



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
RURAL

DANYELLE SORAYA MONTEIRO

Os contratos de integração como forma de manutenção da atividade econômica entre produtores avícolas de Bonito-PE e integradoras: uma aplicação da economia dos custos de transação

Recife
2016

DANYELLE SORAYA MONTEIRO

Os contratos de integração como forma de manutenção da atividade econômica entre produtores avícolas de Bonito-PE e integradoras: uma aplicação da economia dos custos de transação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural – PADR da Universidade Federal Rural de Pernambuco, como requisito para obtenção do grau de mestre em Administração e Desenvolvimento Rural na Área de Concentração: Gestão, Mercados e Agronegócio.

Orientador: Prof. Dr. Almir Silveira Menelau

Recife
2016

Ficha catalográfica

M775c Monteiro, Danyelle Soraya

Os contratos de integração como forma de manutenção da atividade econômica entre produtores avícolas de Bonito - PE e integradoras: uma aplicação da economia dos custos de transação / Danyelle Soraya Monteiro. – Recife, 2016.

141 f. : il.

Orientador: Almir Silveira Menelau.

Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Economia, Recife, 2016.

Inclui referências, anexo(s) e apêndice(s).

1. Especificidade dos ativos 2. Nova Economia Institucional (NEI) 3. Governança 4. Bonito (PE) I. Menelau, Almir Silveira, orientador II. Título

CDD 338.1

DANYELLE SORAYA MONTEIRO

Os contratos de integração como forma de manutenção da atividade econômica entre produtores avícolas de Bonito-PE e integradoras: uma aplicação da economia dos custos de transação

Dissertação apresentada à Universidade Federal Rural de Pernambuco para a obtenção do título de mestre em Administração e Desenvolvimento Rural na área de concentração: Gestão, Mercados e Agronegócio.

Aprovado em: 26 / 04 / 2016

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Almir Silveira Menelau
(Orientador – UFRPE)

Prof. Dr. Tales Wanderley Vital
(Examinador Interno – UFRPE)

Prof. Dr. Emanuel Sampaio Silva
(Examinador Externo – Universidade Salgado de Oliveira)

DEDICATÓRIA

À mainha, Sra. Leide Jane Monteiro da Silva
(*in memorian*), com todo amor, respeito e
gratidão por toda dedicação, ensinamentos e
exemplo de caráter.

AGRADECIMENTOS

À energia única e eterna que a todos vivifica, DEUS.

Ao Prof. Dr. Almir Silveira Menelau, pela atenção e apoio durante o processo de definição do tema, orientação da dissertação e material disponibilizado.

Ao Prof. Dr. Romilson Marques Cabral, pelas valiosas contribuições, discussões e empréstimo de livros.

Aos professores Dr. Tales Wanderley Vital e Dr. Emanuel Sampaio Silva, membros da banca, pelas contribuições dadas.

A todos os professores do Programa de Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), pelo conhecimento repassado e discussões geradas.

À Prof.^a Dra. Roseana Borges de Medeiros, pela presença constante em minha trajetória acadêmica, incentivo e apoio.

Ao meu tio Sr. Masakatsu Morimura e tia Luciene Monteiro Cavalcanti de Melo, pelo suporte logístico fornecido no contato com os avicultores do município.

À Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pela oportunidade de realização do curso de mestrado.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de mestrado e apoio financeiro na realização desta pesquisa.

Ao Programa de Administração e Desenvolvimento Rural (PADR), nas pessoas do coordenador, Prof. Dr. André de Souza Melo e da vice-coordenadora, Prof.^a Dra. Lúcia Maria Góes Moutinho, pelo incentivo aos discentes na participação de grupos de pesquisas e congressos.

Aos avicultores do município de Bonito-PE, gerentes e técnicos das integradoras avícolas, pela disponibilidade e participação no estudo, sem os quais não teria sido possível a realização desse trabalho.

A meus colegas de curso da linha I de Gestão, Mercados e Agronegócio e demais colegas da linha II, especialmente aos amigos Jucimar Andrade (Juju), Rainier Guedes (Rani), Roberto Marques e Daniel Orange, pela interação e troca de conhecimento; com vocês até os dias de tensão tornaram-se alegres.

A todos vocês, muito obrigada.

[...] as partes do contrato são pragmáticas e as ramificações dos contratos alternativos são intuídas, se não pensadas... algumas vezes resultando em omissões e distorções.

Oliver E. Williamson

RESUMO

A presente dissertação procurou identificar e analisar as práticas contratuais minimizadoras dos custos de transação, estabelecidas entre integradoras e produtores avícolas do município de Bonito-PE. O quadro teórico utilizado aborda a Nova Economia Institucional (NEI), mais especificamente a Economia dos Custos de Transação (ECT). A premissa básica é de que os contratos são “via de regra incompletos.” A metodologia utilizada foi predominantemente qualitativa, sendo utilizada estatística descritiva e o método de análise de conteúdo no tratamento dos dados coletados através da aplicação de dois questionários semiestruturados junto aos catorze avicultores integrados do município e às quatro integradoras com as quais transacionam. Como resultado verificou-se a existência de contratos formais (escritos) e informais (acordos verbais), com características neoclássicas, arranjos de longo prazo e com o contrato original servindo de base. Constatou-se a existência de cláusulas gerais e operacionalizadas através de aspectos de flexibilidade e coordenação realizada pelas integradoras através de estruturas híbridas de governança. Foram identificadas as especificidades dos ativos temporal, de capital físico, locacional, de ativos dedicados e de capital humano, porém, de forma mais explícita nos contratos, apenas as especificidades de capital físico e de capital humano. Apesar de verificarem-se ativos totalmente reutilizáveis, com níveis intermediários de especificidade e ativos altamente específicos, de forma geral a frequência das transações é recorrente devido ao monitoramento semanal. Assim sendo, através da análise dos contratos, integrante do ambiente institucional, constataram-se aspectos minimizadores dos custos de transação.

PALAVRAS-CHAVE: especificidade dos ativos; Nova Economia Institucional; governança.

ABSTRACT

This work aims to identify and analyze mitigating contractual practices of transaction costs, established between integrators and poultry producers of Pretty-PE municipality. The theoretical framework addresses the New Institutional Economics (NIE), specifically the Economy of Transaction Costs (ECT). The basic premise is that the contracts are "via incomplete rule." The methodology was predominantly qualitative, and used descriptive statistics and content analysis method in the treatment of the data collected through the application of two semi-structured questionnaires to the fourteenth poultry integrated the city and the four integrators with which they transact. As a result it was found the existence of formal contracts (written) and informal (verbal agreements), with neoclassical features, long-term arrangements and the original contract serving as a base. It was found that general clauses and operationalized through flexibility aspects and coordination achieved by integrating through hybrid governance structures. the specificities of the temporal assets were identified, physical capital, locational, dedicated assets and human capital, but more explicitly in the contracts, only the specifics of physical capital and human capital. Although verifying is totally reusable assets, with intermediate levels of specificity and highly specific assets, generally the frequency of transactions is due to recurring weekly monitoring. Thus, by analyzing the contracts, part of the institutional environment, if found-minimizing aspects of transaction costs.

Keywords: asset specificity; New Institutional Economics; governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Fluxograma representativo da cadeia produtiva do frango de corte, 2015	30
Figura 2 – Esquema representativo do modelo de análise	64
Figura 3 – Mapa do município de Bonito-PE	66

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Produção de carne de frango no Brasil em milhões de t., 2000- 2014.....	32
Gráfico 2 – Destino da produção brasileira de carne de frango – em 2014	32
Gráfico 3 – Consumo <i>per capita</i> de carne de frango no Brasil (Kg/Hab.), 2000-2014	33
Gráfico 4 – Abate de frangos no Brasil em cabeças, 2000-2014	34
Gráfico 5 – Abate de frangos no Brasil por estados (%) em 2014.....	35

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Série histórica das exportações brasileiras	26
Tabela 2 – Exportações brasileiras de material	27
Tabela 3 – Exportações brasileiras de material	27
Tabela 4 – Exportações brasileiras de material genético por regiões e países do mundo (Kg) - 2014	28
Tabela 5 – Exportações brasileiras de carne de frango (Kg) por regiões e produto - 2014	37
Tabela 6 – Exportações brasileiras de carne de frango por regiões e produto	37
Tabela 7 – Sistema de posse das granjas	73
Tabela 8 – Capacidade de alojamento	73
Tabela 9 – Total de pessoas ocupadas na	74
Tabela 10 – Linhagem dos galináceos	75
Tabela 11 – Tecnologia utilizada nos galpões das granjas em	75
Tabela 12 – Total de galpões por metragem	76
Tabela 13 – Fontes de energia utilizadas nas granjas de Bonito-PE, 2015	77
Tabela 14 – Origem da lenha e tipos utilizados	78
Tabela 15 – Tipos de camas de aviário utilizados na	79
Tabela 16 – Forma de retirada dos frangos	79
Tabela 17 – Responsabilidade pelo frete	80
Tabela 18 – Frequência de entrega dos pintos	84
Tabela 19 – Frequência da entrega das rações por ciclo	85
Tabela 20 – Quantidade de rações utilizadas	86
Tabela 21 – Frequência da	87
Tabela 22 – Garantias citadas pelos avicultores	98
Tabela 23 – Sobre informações e treinamentos	99
Tabela 24 – Formas de remuneração dos	101
Tabela 25 – Tipos de bônus citados pelos avicultores	101
Tabela 26 – Vantagens citadas pelos avicultores em serem integrados	102
Tabela 27 – Tipo de contratos de	103
Tabela 28 – Tempo da atual relação	104
Tabela 29 – Poder de decisão sobre os termos da parceria	110
Tabela 30 – Decisão sobre a	110
Tabela 31 – Forma de fixação dos preços dos frangos	111
Tabela 32 – Propriedade das balanças nas	111
Tabela 33 – Propriedade das máquinas	112
Tabela 34 – Exigência das integradoras	112
Tabela 35 – Opções de compra dos equipamentos	113
Tabela 36 – Motivos apontados para compra	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mercado mundial de carne de frango (mil t.) em 2014	36
Quadro 2 – Principais normas do ambiente institucional vigentes na avicultura Brasileira por instituição responsável e objetivo	48
Quadro 3 – Mecânica de possibilidades contratuais frente às condições	57
Quadro 4 – Municípios com os maiores quantitativos de produtores avícolas de Pernambuco, 2014	67
Quadro 5 – Características das frequências das transações	71
Quadro 6 – Níveis de especificidade dos ativos	72
Quadro 7 – Municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores	89
Quadro 8 – Distância em Km do município de Belo Jardim para municípios	91
Quadro 9 – Distância em Km do município de Garanhuns para municípios	92
Quadro 10 – Distância em Km do município de Agrestina para municípios	93
Quadro 11 – Distância em Km do município de Carpina para	94
Quadro 12 – Distância em Km do município de Nazaré da Mata-PE para	95
Quadro 13 – Distância em Km do município de Bezerros para municípios	96

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Galpão com lona de controle de ambiência em Bonito-PE	124
Fotografia 2 – Galpão com pintos de um dia em Bonito-PE.....	124
Fotografia 3 – Círculo de contenção em galpão avícola de Bonito-PE.....	125
Fotografia 4 – Bebedouros e comedouros convencionais em galpões avícolas de Bonito-PE	125
Fotografia 5 – Bebedouro automático de galpões avícolas em Bonito-PE	126
Fotografia 6 – Comedouros convencionais tabulares em galpões avícolas de Bonito-PE	126
Fotografia 7 – Comedouros automáticos em galpões avícolas de Bonito-PE.....	127
Fotografia 8 – Silo para ração em granja de Bonito-PE.....	127
Fotografia 9 – Silos utilizados em fábrica de ração de uma integradora.....	128
Fotografia 10 – Caldeira utilizada no aquecimento de galpão avícola em Bonito-PE	128
Fotografia 11 – Controle de temperatura realizado por caldeira de galpão avícola em Bonito-PE	129

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA	Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
ABPA	Associação Brasileira de Proteína Animal
ADAGRO	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco
AVIPE	Associação Avícola de Pernambuco
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDEPE FIDEM	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
DSA	Defesa Sanitária Animal
ECT	Economia dos Custos de Transação
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
GTA	Guia de Trânsito Animal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MATOPIBA	Acrônimo criado com as iniciais dos Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia.
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
NEI	Nova Economia Institucional
OIE	Organização Mundial de Saúde Animal
POP	Procedimento operacional padrão
PE	Pernambuco
PNCRC	Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes
PNSA	Programa Nacional de Sanidade Avícola
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SINDAN	Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal
UBABEF	União Brasileira de Avicultura
UF	Unidade da Federação
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
2.1	A cadeia produtiva de aves para corte.....	21
2.1.1 Caracterização da avicultura integrada	
	31	
2.2	A Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação.....	39
2.2.1	A Nova Economia Institucional	39
2.2.2	A Economia dos Custos de Transação	42
2.2.3	Atributos das transações (especificidade dos ativos e frequência das transações).....	44
2.2.4	O ambiente institucional.....	46
2.2.5	Aspectos cognitivos dos contratos	54
2.2.6	Contratos e estruturas de governança.....	57
3	METODOLOGIA	60
3.1	Tipo de pesquisa.....	62
3.2	Objeto de estudo.....	62
3.3	Perfil do público alvo	63
3.3.1	Especificações das atividades econômicas dos grupos analisados.....	63
3.4	Modelo de análise	64
3.5	Definição do universo da pesquisa.....	65
3.6	Área de execução da pesquisa	65
3.7	Construção dos instrumentos de coleta de dados	68
3.8	Procedimentos de coleta dos dados	69
3.8.1	Questionário semiestruturado para os avicultores integrados	69
3.8.2	Questionário semiestruturado para os técnicos das integradoras	70
3.9	Método de análise	70
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	73
4.1	Caracterização da cadeia produtiva do frango de corte em Bonito-PE.....	73
4.2	Características das transações	83
4.2.1	Frequência das transações	83
4.2.2	Especificidade dos ativos	88
4.3	Ambiente institucional	100

4.4 Análise dos contratos	103
5 CONCLUSÃO	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE A	124
APÊNDICE B	130
APÊNDICE C	134
ANEXO 1	138
ANEXO 2	140
ANEXO 3	141

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio avícola é importante economicamente para o Brasil por contribuir com 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e gerar cerca de cinco milhões de empregos diretos e indiretos, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2014).

A avicultura brasileira coloca o país entre os maiores produtores de frango do mundo. Em 2014, o Brasil produziu 12,6 milhões de toneladas e ocupou a terceira posição na produção mundial de carne de frango e primeira em exportações, contribuindo com quatro milhões de toneladas exportadas para mais de 150 países, sendo o Estado do Paraná detentor da maior participação nas exportações brasileiras (32,21%), seguido de Santa Catarina (24,45%) e Rio Grande do Sul (18,35%). Pernambuco (PE) contribuiu com 0,03% do total exportado e 0,39% da produção nacional, segundo números de 2014 contidos no relatório do ano seguinte (ABPA, 2015). No município de Bonito, localizado no Estado de Pernambuco, a avicultura participa com 50% dos estabelecimentos do setor agropecuário e 47,2% dos empregos formais gerados pelo segmento (MTE, 2014).

A cadeia produtiva do frango de corte tem destaque entre as mais importantes do cenário nacional. À montante, a produção industrial de frango movimentava paralelamente as indústrias de máquinas e equipamentos, de produtos químicos e farmacêuticos, de embalagens e produtores de grãos. À jusante da produção, ela movimentava indústrias de alimentos, de aproveitamento dos resíduos e fabricantes de conservas, embutidos e semipreparados.

O aumento do consumo *per capita*, da produção e exportações do frango brasileiro deve-se em parte ao rigoroso controle de sanidade instituído pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) na cadeia produtiva principal, com normativas e monitoramento que englobam desde a produção e aquisição do material genético, passando pelos controles estabelecidos nos avozeiros, matrizeiros e incubatórios, até o manejo estabelecido na fase de engorda, no transporte e abate das aves, tornando o produto brasileiro livre da Influenza Aviária e demais doenças, garantindo e ampliando seu mercado.

Logo, seguindo a abordagem sistêmica do agronegócio, faz-se necessária a organização dos elos componentes da cadeia produtiva para que os objetivos comuns sejam eficientemente atingidos. Assim sendo, a coordenação do sistema frequentemente realizada através de contratos, torna-se vital para a manutenção e competitividade de toda cadeia produtiva, reduzindo riscos e custos de transação, muitas vezes superiores aos custos de produção.

Além disso, estima-se que mais de 90% da avicultura industrial brasileira esteja em sistema de integração e para tal se faz necessária a eficiência da coordenação, substituída pelas integradoras avícolas por contratos, formais (escritos) e informais (não escritos). Ou seja, a cadeia produtiva funciona através de um conjunto de contratos (MOTTER, 1996, p. 7). Deste modo, os estudos de mais de três décadas de Williamson continuam atuais e os contratos permanecem “via de regra incompletos”, justificando estudos que contribuam para uma maior compreensão da dinâmica econômica e suas falhas.

Se a forma pela qual os agentes econômicos interagem na busca da eficiência e objetivos em comum é relevante, as “regras do jogo” com as quais jogam devem participar da análise. O ambiente institucional configura-se por normas e regras legais, mas também pela cultura local, por acordos verbais baseados na confiança, contratos com cláusulas gerais que contribuem para o aumento da assimetria de informação no elo produtor avícola, em decorrência da racionalidade limitada, favorecendo o aparecimento do comportamento oportunista.

Eis a importância do arcabouço teórico da Economia dos Custos de Transação (ECT), que levanta questionamentos de importância estratégica ao corroborar e incentivar trabalhos que se proponham a investigar o alinhamento das práticas contratuais com os atributos das transações, proposta essa sustentada por Williamson (2012, p. 19), que chama atenção para a importância do alinhamento das práticas contratuais com os atributos das transações (especificidade dos ativos e frequência) nos estudos institucionais, pois se as atividades forem bem coordenadas, são passíveis de reduzir custos de transação e favorecer parcerias de longo prazo.

A presença de regras formais, informais e de incentivos atrelados a maiores níveis de exigências por parte das integradoras¹, algumas vezes configuradas sob a forma de cláusulas contratuais gerais, na prática operacionalizadas com aspectos de flexibilidade, torna a análise dos contratos uma tarefa árdua, porém, relevante do ponto de vista da governança estabelecida como forma de viabilizar a redução dos custos de transação.

Ademais, trazendo a ECT para a realidade da cadeia produtiva do frango de corte, a importância do ambiente institucional estabelecido entre os integradores e os produtores avícolas de Bonito-PE, configurado na forma de contratos formais e informais, justifica o presente estudo não apenas por rebater sobre a segurança do alimento, mas por se tratar de uma cadeia fabricante de produtos de alta especificidade e que utilizam insumos também específicos, alguns controlados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a exemplo das vacinas e medicamentos.

Diante da importância da atividade avícola para a economia brasileira e para o município de Bonito-PE, segundo maior em quantitativo de avicultores (MTE, 2014), a necessidade de se entender as estruturas de governança estabelecidas através de contratos, de forma a reduzir os custos de transação num ambiente institucional caracterizado pela assimetria de informação, racionalidade limitada e suposta ocorrência de comportamento oportunista, surgem as questões-problema a serem respondidas pela pesquisa: Até que ponto os contratos de integração refletem os atributos das transações, minimizadores dos custos de transação? Qual a importância desses contratos para os elos produtores e integradoras avícolas? A operacionalização desses contratos corrobora com o que foi aprioristicamente estabelecido?

Ao responder esses questionamentos será possível identificar e analisar a real importância desses contratos de integração para os elos envolvidos.

O objetivo geral dessa pesquisa é identificar e analisar as práticas contratuais minimizadoras dos custos de transação, estabelecidas entre integradoras e avicultores do município de Bonito-PE. Para alcançá-lo foram traçados os seguintes objetivos específicos:

¹ Firmas que fornecem insumos necessários à atividade econômica, no caso, à atividade avícola, como os pintos de um dia, medicamentos, rações e assistência técnica, que possuam ou não abatedouros, responsáveis também pela comercialização das aves.

- I) Identificar os atributos das transações e analisar seus alinhamentos com os contratos de integração.

- II) Caracterizar o ambiente institucional estabelecido entre os dois elos estudados.

Os objetivos específicos utilizam como aporte teórico a Economia dos Custos de Transação (ECT), parte da Nova Economia Institucional (NEI) voltada à análise microanalítica que engloba os contratos e as estruturas de governança.

Para tratar dos objetivos, geral e específicos, o referencial teórico dessa pesquisa discute os conceitos de: custos de transação, ambiente institucional e atributos das transações.

Além dessa introdução, essa dissertação encontra-se estruturada em mais quatro partes:

A segunda parte refere-se à fundamentação teórica da pesquisa, descrevendo-se a importância da cadeia produtiva de aves de corte e da avicultura integrada para a economia, do aporte teórico escolhido, passando pela Nova Economia Institucional (NEI) para só então adentrar na Economia dos Custos de Transação (ECT) e importância dos contratos de integração estabelecidos no município de Bonito-PE. Para tanto, foram estabelecidos de acordo com o aporte teórico os conceitos de custos de transação, ambiente institucional e atributos das transações. A terceira parte apresenta a metodologia, abordando o tipo de pesquisa escolhido, o objeto de estudo, perfil do público alvo, bem como o modelo de análise, os procedimentos de coleta de dados e os métodos de análise dos resultados. A quarta parte trata dos resultados e discussões da pesquisa. E por fim, a quinta e última parte apresenta a conclusão do trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A cadeia produtiva de aves para corte

No estudo das cadeias produtivas, a escolha da lógica de encadeamento de análise das operações é importante. Goldberg (1968) instituiu a noção de *commodity system approach* (CSA) na Escola de Harvard, onde o foco deve ser em um produto específico, sendo a análise realizada de montante à jusante, enquanto que na Escola francesa da análise de *Filière*, o encadeamento é realizado de jusante à montante (BATALHA, 1997, p.25-27). Ou seja, fica evidente a interligação entre o CSA e a ECT, afirmação atestada quando o próprio Goldberg (1968, p. 55) cita a indústria do trigo em relação às muitas relações contratuais que subsidiam “as operações verticalmente integradas em substituição à posse integrada das operações”.

Dessa forma, a cadeia produtiva funciona como um conjunto de contratos e a firma passa a ser também uma coordenadora desses contratos (MOTTER, p. 7).

A carne de frango é um produto de alta especificidade e uma commodity. Seus subprodutos estão em constante diversificação objetivando o atendimento aos contemporâneos hábitos de consumo e estilo de vida dos consumidores, diferentes não apenas entre as regiões brasileiras, mas também no mundo e por isso nessa pesquisa nos abstermos de definir apenas uma dessas duas lógicas de análise por se tratar de uma cadeia produtiva que requer ambos os encadeamentos.

Outra questão relevante é a abordagem sistêmica do agronegócio, que implica na organização dos elos componentes da cadeia produtiva para que os objetivos comuns sejam eficientemente atingidos. Dessa forma, a coordenação do sistema torna-se uma questão relevante para manutenção e competitividade de toda a cadeia produtiva, reduzindo riscos e incertezas.

Cabe ressaltar que o conceito de competitividade adotado nesse trabalho foi o de que é a capacidade de uma empresa de se manter e conseguir crescer em determinado mercado. Jank e Nassar (2000, p. 428) trazendo o conceito de competitividade para a realidade de um sistema agroindustrial dividiu-a em capacidade produtiva/tecnológica, de inovação e de coordenação, englobando variáveis ligadas às vantagens de custos, produtividade, formação de capital humano, difusão de informações e controles, afirmando que ela seria o resultado das estratégias competitivas adotadas pelas empresas.

Definidas as questões analíticas, os números da avicultura industrial brasileira só corroboram com sua importância para o agronegócio brasileiro. Estima-se que mais de 90% da avicultura industrial brasileira seja integrada e o comportamento sistêmico dos atores é um dos componentes que favorece esse tipo de arranjo produtivo.

Existem duas formas de integração. Uma se dá pela verticalização da empresa, ou seja, com todas as atividades controladas e sob responsabilidade da empresa integradora, inclusive com mão-de-obra própria e assalariada. A outra forma de integração realiza-se através dos contratos, com o produtor responsabilizando-se pela engorda dos pintos recebidos da integradora e entregando-os quando do atingimento do peso e idade especificadas, além de fornecer toda a infraestrutura necessária, englobando os galpões, equipamentos, água, energia e mão-de-obra especializada. As integradoras, por outro lado, participam fornecendo os pintos de um dia, rações, medicamentos e em alguns casos até intermediando a compra das camas de galinha e dos equipamentos.

A coordenação e o monitoramento realizado por um agente coordenador, dentro da cadeia produtiva da avicultura de corte são estratégicos para a manutenção e competitividade da atividade setorial. Nesse caso, independente das duas formas de integração, o controle é realizado pela empresa integradora, com ou sem frigorífico. Frequentemente, ela atua desde a produção das rações e dos pintos, abatendo, processando, comercializando e em alguns casos exportando.

A coordenação vertical assegura, para a cadeia produtiva da avicultura de corte, sua manutenção e expansão de seus mercados.

Segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA, 2015), o crescimento das exportações brasileiras de frango, a ampliação do mercado chinês, somando-se a manutenção de bons níveis de embarques registrados para a Venezuela, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita e Japão, além da abertura do mercado do Paquistão, decorre da confiabilidade conquistada pela qualidade e sanidade do produto brasileiro, livre da Influenza Aviária devido ao nível acentuado de coordenação e monitoramento da cadeia produtiva, influenciada pelo ambiente institucional que ao mesmo tempo em que dita “as regras do jogo”, especificamente as formais em relação à sanidade avícola, também é desenhado de forma a atender as necessidades e mudanças da cadeia produtiva.

A cadeia produtiva da avicultura de corte brasileira é caracterizada à montante pelos elos de Pesquisa e Desenvolvimento, indústrias de produtos químicos e farmacêuticos, produtores de grãos, indústrias de máquinas e equipamentos, indústrias de embalagens e prestadoras de serviços. O elo de Pesquisa e Desenvolvimento é representado pela divisão de suínos e aves da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que objetiva o controle de doenças, o aperfeiçoamento de rações, melhoria da qualidade genética dos animais, preservação do meio ambiente e desenvolvimento de equipamentos. Outra instituição de pesquisa também integrante do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA) é o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), voltado à pesquisa, desenvolvimento e produção de bens e serviços agropecuários, incorporando as atividades de assistência técnica, extensão rural e infraestrutura hídrica (IPA, 2015).

As indústrias de produtos químicos e farmacêuticos, segundo somatório das classes voltadas à avicultura, totalizam 2.468 firmas, sendo que 69,8% localizam-se nas regiões sul e sudeste. Pernambuco (Nordeste) participa com 4,1% do total nacional e Goiás (Centro-Oeste) com 1,5%, o que somando-se à participação do sul e sudeste atinge 75,4% do setor instalado no Brasil (MTE, 2014). A indústria química possui estrutura de mercado de concorrência monopolista, na qual as empresas concorrem no mercado através da diferenciação de seus produtos, de forma que todas possuem certo grau de poder de monopólio, Varian (2008, p.488) e produz desde defensivos agrícolas para os produtores de grãos utilizados nas rações

agrícolas até desinfestantes domissanitários, sabões, detergentes e produtos de limpeza utilizados na limpeza dos galpões de engorda e demais elos da cadeia produtiva. Já as fabricantes de farmoquímicos e farmacêuticos possui uma estrutura de mercado característica de oligopólio, constituída por um grande número de concorrentes no mercado, mas não tantos a ponto de desconsiderar-se nula sua influência sobre o preço (VARIAN, 2003, p.508). Para Sandroni (2004, p.431), essa estrutura de mercado é composta por poucas empresas que dominam a maior parte do mercado e dessa maneira, conseguem dividir entre si a área de atuação de cada uma, limitando os custos advindos de uma maior concorrência e fixando preços. Dentre os produtos desse segmento destacam-se os farmoquímicos e os medicamentos para uso veterinário, esse último com 114 das firmas associadas ao Sindicato Nacional de Defensivos Animais (SINDAN, 2015), sendo 70 dessas voltadas ao atendimento da avicultura, disponibilizando ao mercado 558 produtos, dentre suplementos, terapêuticos, antimicrobianos, antiparasitários e controladores biológicos.

Outros insumos que impactam nos custos de produção avícola são os grãos utilizados na fabricação das rações utilizadas na produção de frangos de corte, mais especificamente o milho e a soja, com a ração representando cerca de 65% do custo total de produção e o milho representando 35% do custo da ração (MATTOSO, 2001, p. 322). Além disso, o milho destinado à alimentação animal corresponde a dois terços do milho produzido no Brasil, sendo 45% destinado à produção de frango de corte e outros 23% na produção de ovos, (EMBRAPA, 2001, p. 322). As principais regiões produtoras de grãos no Brasil são as regiões Centro-oeste (43,0% do total) e Sul (35,6%), seguidas pelas regiões Sudeste (9,4%), Nordeste (8,0%) e norte (3,9%), números referentes às estimativas da safra 2015/2016, divulgados pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2016).

Em relação às unidades da federação destacam-se os Estados de Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Goiás e a região de Matopiba, que engloba os Estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, que juntos participam com 76,4% da produção nacional. A atual realidade de Matopiba foi prevista nos cenários elaborados sobre as regiões potencialmente produtoras de grãos (milho, soja, sorgo), disponíveis no estudo pioneiro sobre o Complexo Agroindustrial de Aves e Ovos do Nordeste, com exceção do Tocantins, (MENELAU et. al., 1995).

Em relação à produção de milho (em mil t.), as estimativas realizadas pela Conab para a safra brasileira 2015/2016 foi de 82.327,4 mil/t., com concentração também nos Estados do Centro-oeste (47,9%) e Sul (28,8%). A estimativa geral é de redução da área plantada em 7,8% em relação à temporada passada, em decorrência da perda de área para o plantio de soja nos Estados do Mato Grosso do Sul e Goiás, apesar do aumento das exportações na safra passada decorrente da desvalorização do real.

Quanto às indústrias de máquinas e equipamentos, o Brasil apresenta um total de 7.586 firmas, estando 90,4% localizadas nas regiões Sul e Sudeste do país. Pernambuco participa com apenas 1,2% do total nacional (MTE, 2014), ou seja, a tecnologia de produção utilizada na avicultura nordestina continua sendo, via de regra, originária dos fornecedores de insumos, situação preocupante e já prevista (MENELAU et. al., 1995, p.66). Cabe destacar que o novo padrão tecnológico apoiado pela genética, intensificou-se no Brasil a partir de 1970, ampliando a influência do Estado através de um novo aparato institucional e fazendo surgir instituições de pesquisa públicas e privadas (MOTTER, 1996, p. 12).

Cabe frisar que esse quantitativo de firmas fabricantes de máquinas e equipamentos refere-se às classes 2829-1 (Fabricação de máquinas e equipamentos de uso geral não especificados anteriormente), 2823-2 (Fabricação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial), 2822-4 (Fabricação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas e pessoas), 2821-6 (Fabricação de aparelhos e equipamentos para instalações térmicas), 2833-0 (Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária, exceto para irrigação), 2862-3 (Fabricação de máquinas e equipamentos para as indústrias de alimentos, bebidas e fumo) e 2866-6 (Fabricação de máquinas e equipamentos para a indústria do plástico), segundo a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE 2.0).

As fabricantes de embalagens de material plástico totalizam 3.460 empresas e 78,6% estão localizadas nas regiões Sul e Sudeste, com Pernambuco participando com 3,7% do total do país.

Em se tratando da cadeia produtiva principal da avicultura de corte, os elos são: material genético, matrizeiro, incubatório, aviários (engorda), abate, comercialização e consumidor final.

O material genético embora seja em sua maioria importado, já conta atualmente com a contribuição nacional, com produção e exportação de pintos de um dia e ovos férteis de galinha.

De acordo com série histórica das exportações brasileira em mil/t., entre 2000 e 2014, o país ampliou sua participação no mercado mundial em 55,0% no produto pintos de um dia e 37,2% em ovos férteis de galinha. (Tabela 1)

Tabela 1 - Série histórica das exportações brasileiras
(mil t.) - 2000-2014

Ano	Pintos de um dia	Ovos férteis de galinha
2000	0,44	4,39
2001	0,41	4,33
2002	0,27	1,66
2003	0,29	1,39
2004	0,36	3,36
2005	0,68	8,45
2006	0,61	14,24
2007	0,81	16,13
2008	0,75	9,56
2009	0,78	10,04
2010	1,14	13,93
2011	1,24	14,17
2012	1,06	10,07
2013	1,06	7,51
2014	0,80	11,80

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

Os principais Estados brasileiros exportadores de material genético foram São Paulo, Paraná e Santa Catarina, concentrando juntos 94,4% das exportações de pintos de um dia e 73,5% dos ovos férteis de galinha. (Tabela 2)

Tabela 2 - Exportações brasileiras de material genético por estados (%) em 2014

Estados	Pintos de um dia	Ovos férteis de galinha
São Paulo	48,4	42,9
Paraná	46,0	30,6
Santa Catarina	3,4	8,6
Rio Grande do Sul	8,6	0
Minas Gerais	1,8	5,2
Rio de Janeiro	0	1,9
Goiás	0,1	2,2
Distrito Federal	0,2	0,1

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

Os principais mercados brasileiros são os países americanos que possuem uma fatia de mercado de 99,33% do total exportado de pintos de um dia e 58,93% dos ovos férteis de galinha, seguidos pelos países do Oriente Médio, que possuem participação de 0,34% em pintos de um dia e 28,88% em ovos férteis de galinha. (Tabelas 3)

Tabela 3 - Exportações brasileiras de material genético por regiões do mundo (%) 2014

Regiões	Pintos de um dia	Ovos férteis de galinha
América	99,33	58,93
Oriente Médio	0,34	28,88
África	0,00	10,81
União Européia	0,20	1,35
Ásia	0,14	0,03
Total	100,00	100,00

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

Dentre as exportações brasileiras de material genético realizadas por regiões do mundo, destacam-se os países abaixo. (Tabela 4)

Tabela 4 - Exportações brasileiras de material genético por regiões e países do mundo (Kg) - 2014

Regiões	Países por regiões	Pintos de um dia	Ovos férteis de galinha
América	Venezuela, Paraguai, México, Colômbia, Peru, Bolívia, Equador, Argentina, Uruguai, Chile e República Dominicana	797.536	6.954.146
Oriente Médio	Emirados Árabes, Barein, Arábia Saudita, Turquia e Omã	2.697	3.407.435
África	Senegal, Sudão, Costa do Marfim, Mali e Guiné Equatorial	0	1.276.118
União Européia	Alemanha, França, Países Baixos, Reino Unido e Espanha	1.614	159.212
Ásia	Paquistão e Índia	1.096	3.672
Total	-	802.943	11.800.583

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

O segundo elo da cadeia principal são os avozeiros, onde são alojadas as galinhas avós provenientes de genética nacional ou importada, as quais são cruzadas para produzir as matrizes que, por sua vez, vão gerar os pintos criados para o abate.

As granjas matrizeiras é o terceiro elo da cadeia produtiva principal, pertencente ou não às integradoras avícolas, onde se originam os ovos.

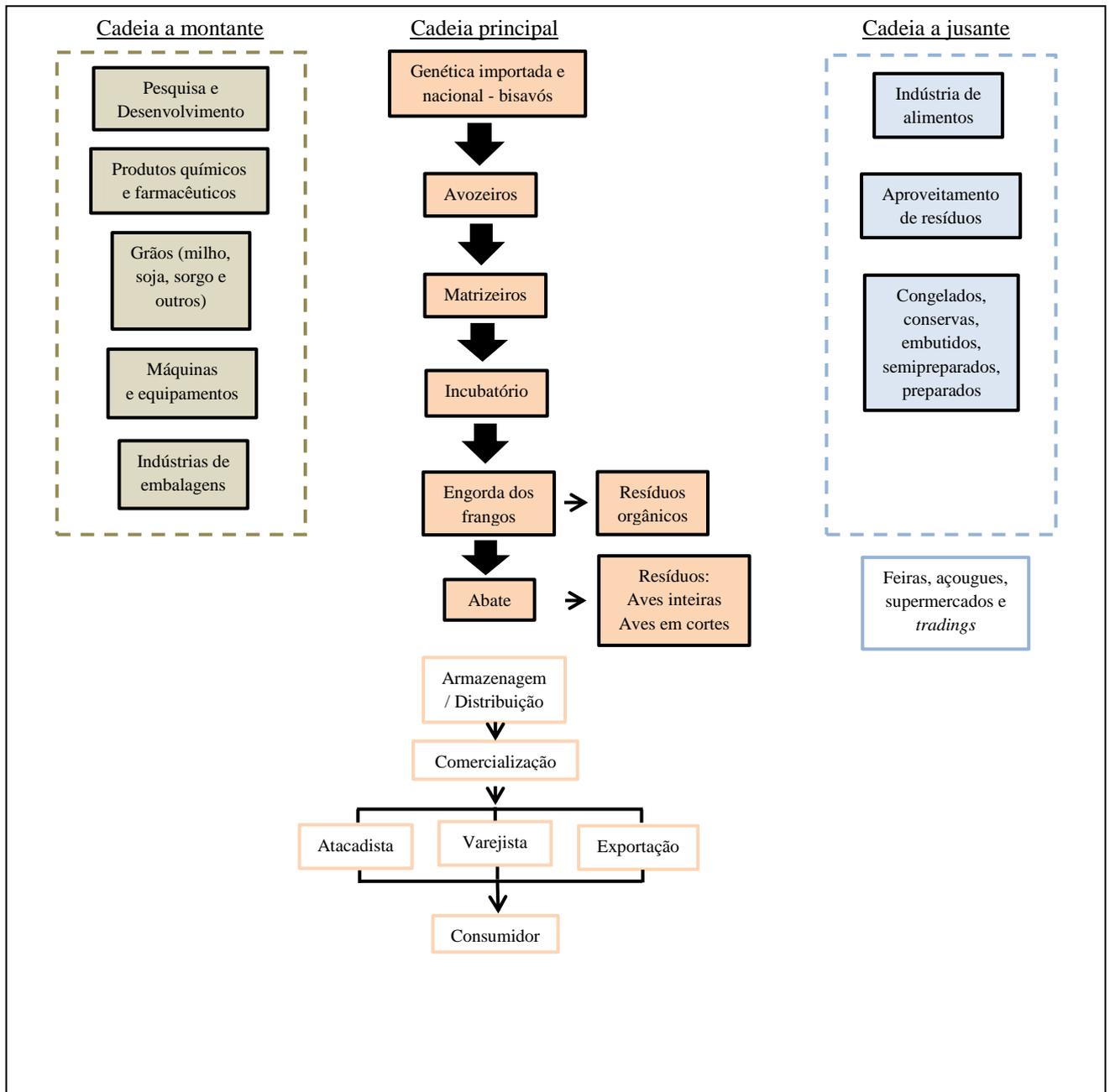
O quarto elo da cadeia produtiva é o incubatório, também pertencentes ou não às agroindústrias avícolas, responsáveis por “chocar” os ovos, com o objetivo de gerar os pintos de corte que serão encaminhados aos aviários poucas horas após seu nascimento.

O aviário é o quinto elo da cadeia produtiva avícola principal e corresponde à etapa produtiva caracterizada pelos contratos de integração entre integradoras e avicultores. É no aviário que se dá o desenvolvimento e engorda dos pintos de um dia, que lá chegam com algumas horas de nascidos e permanecem até atingir o peso estabelecido para o abate, em torno de 42 dias, para passarem para a fase de armazenagem, distribuição e comercialização, através dos atacadistas, varejistas e exportadores, até chegar ao consumidor final. Cabe destacar que há integradoras que não possuem abatedouro e comercializam os frangos vivos, coletados com idade e peso variáveis, a depender do mercado.

À jusante da cadeia produtiva, temos as indústrias fabricantes de alimentos, onde se destacam as classes produtoras de alimentos para animais, com 1.786 firmas no Brasil e 43 em Pernambuco, 77,7% delas instaladas nas regiões sul e sudeste; a classe fabricante de produtos de carne, com 1.580 empresas no Brasil e 18 em Pernambuco, 80,0% delas também concentradas na região Sul e Sudeste. E por fim, a classe responsável pelo abate de suínos, aves e outros pequenos animais, com um quantitativo de 1.203 firmas no Brasil e 30 em Pernambuco, mas com uma concentração menor nas regiões Sul e Sudeste, regiões que participam com 67,0% do país (MTE, 2014).

Juntas, essas empresas produzem desde congelados, conservas, embutidos, preparados, semipreparados, comercializando seus produtos em redes atacadistas, varejistas ou exportando.

Figura 1 – Fluxograma representativo da cadeia produtiva do frango de corte, 2015



Fonte: Adaptada de MENELAU (1996); SEBRAE/Multivisão (2008); ARAÚJO et al. (2008).

2.1.1 Caracterização da avicultura integrada

A primeira referência da atividade no Brasil remete às cartas e registros do escrivão Pero Vaz de Caminha sobre suas impressões do país, quando da chegada dos portugueses em 1500 onde, segundo registros, chegou nas primeiras caravelas portuguesa. Em 1.502, a frota portuguesa comandada por Gonçalo Coelho também trouxe matrizes para o Brasil.

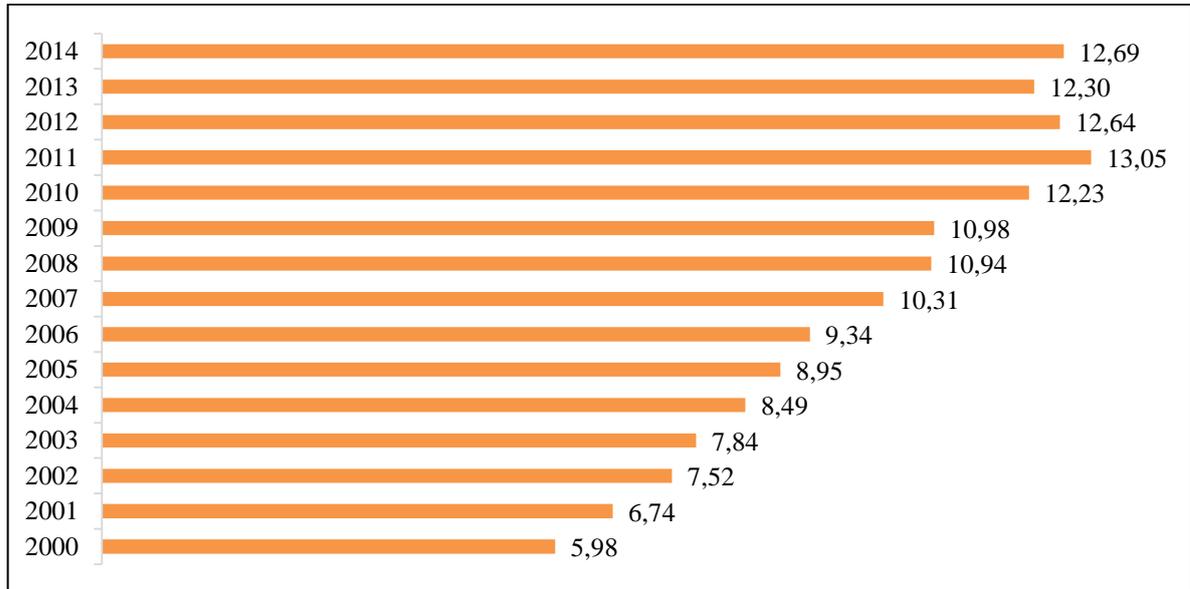
No início eram galinhas mestiças e a ausência de dificuldades na criação de aves fez com que se desenvolvessem, inicialmente no litoral e de forma artesanal, (ABPA, 2015).

Com o ciclo de mineração do ouro e conseqüente crescimento econômico e populacional das cidades do interior, a maior demanda por alimentos estimulou a produção comercial, tornando o Estado de Minas Gerais o maior produtor nacional. Criadores de raças puras conhecidas como basse-cour, fundaram aviários e conduziram estudos no Rio de Janeiro em 1895, incluindo a seleção de raças de aves importadas que proporcionassem o melhor retorno econômico. Em apenas cem anos, a avicultura do Nordeste já utilizava material genético das raças hubbard; cobb; lohmann; baby-cook; hay-line e arbor-acres, (MENELAU et. al., 1996, p.61).

O agronegócio avícola se consolidou em importância econômica para o Brasil, sendo responsável por 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, gerando cinco milhões de empregos diretos e indiretos e 8,5 bilhões de dólares em exportações, tendo o país conquistado 40% do mercado mundial de carne de frango e 47% das carnes produzidas no país (ABPA, 2014).

Mais recentemente, a evolução da produção de carne de frango no Brasil passou de 5,98 milhões de t. em 2000 para 12,69 milhões de t. em 2014, ou seja, cresceu 212,2%. (Gráfico 1)

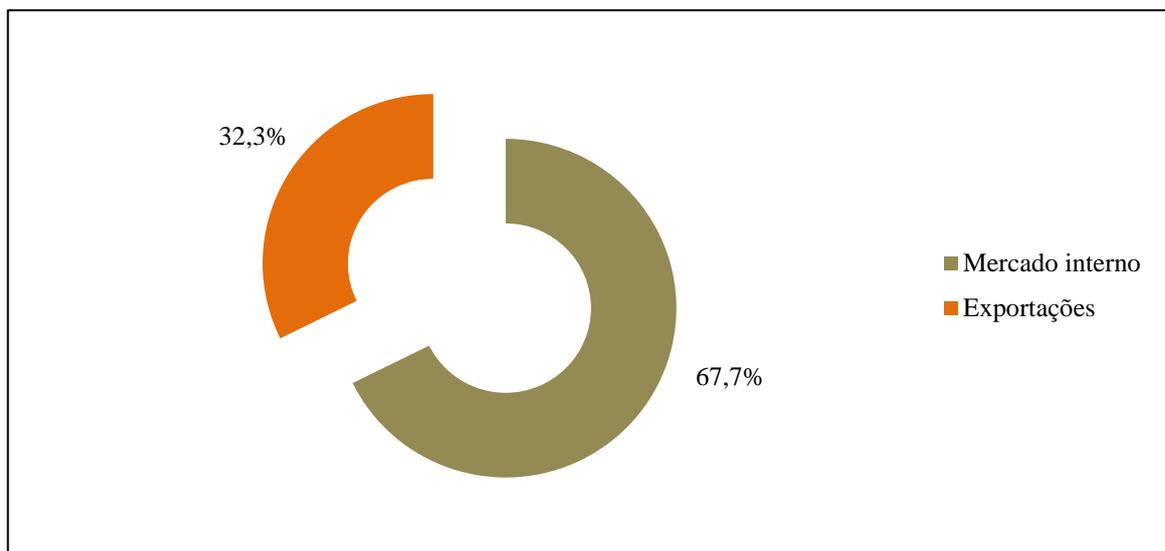
Gráfico 1 – Produção de carne de frango no Brasil em milhões de t., 2000- 2014



Fonte: Elaborado pela autora baseada em relatórios da ABPA (2014-2015).

Do total produzido, 67,7% é destinado ao mercado interno e 32,3% às exportações. (Gráfico 2)

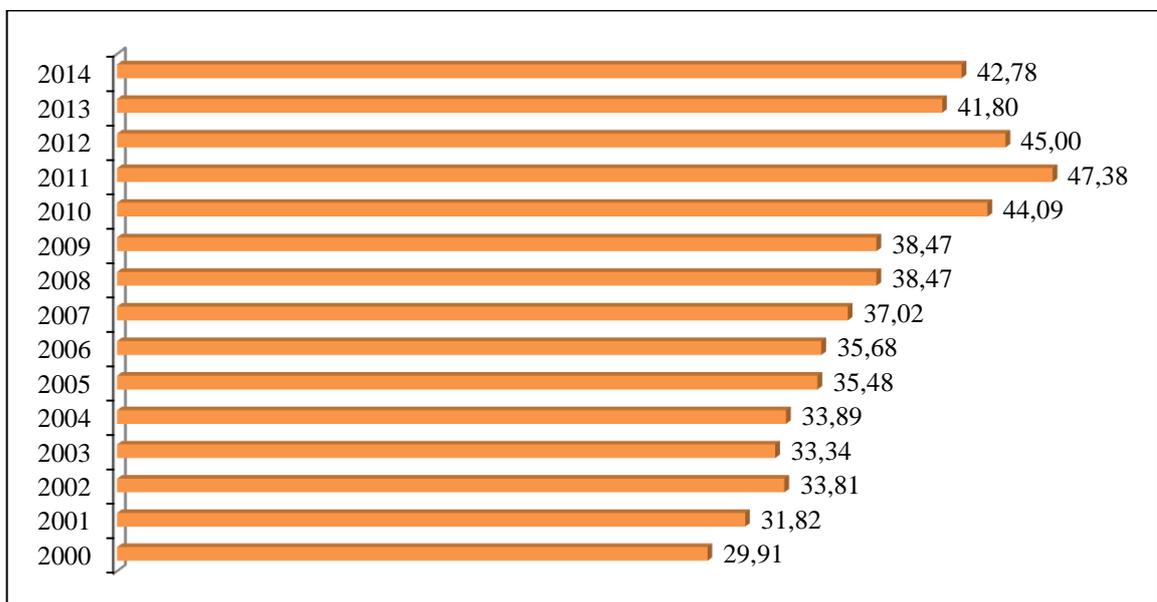
Gráfico 2 – Destino da produção brasileira de carne de frango – em 2014



Fonte: ABPA (2015).

Desses 12,69 milhões de t. produzidas em 2014, 67,7% foi para abastecer o crescente mercado interno, ou seja, cerca de 8,59 milhões de t., (ABPA, 2014). O consumo per capita cresceu 69,9% de 2000 para 2014, passando de um consumo de 29,91 Kg/Hab. para um consumo de 42,78 Kg/Hab. em 2014. (Gráfico 3)

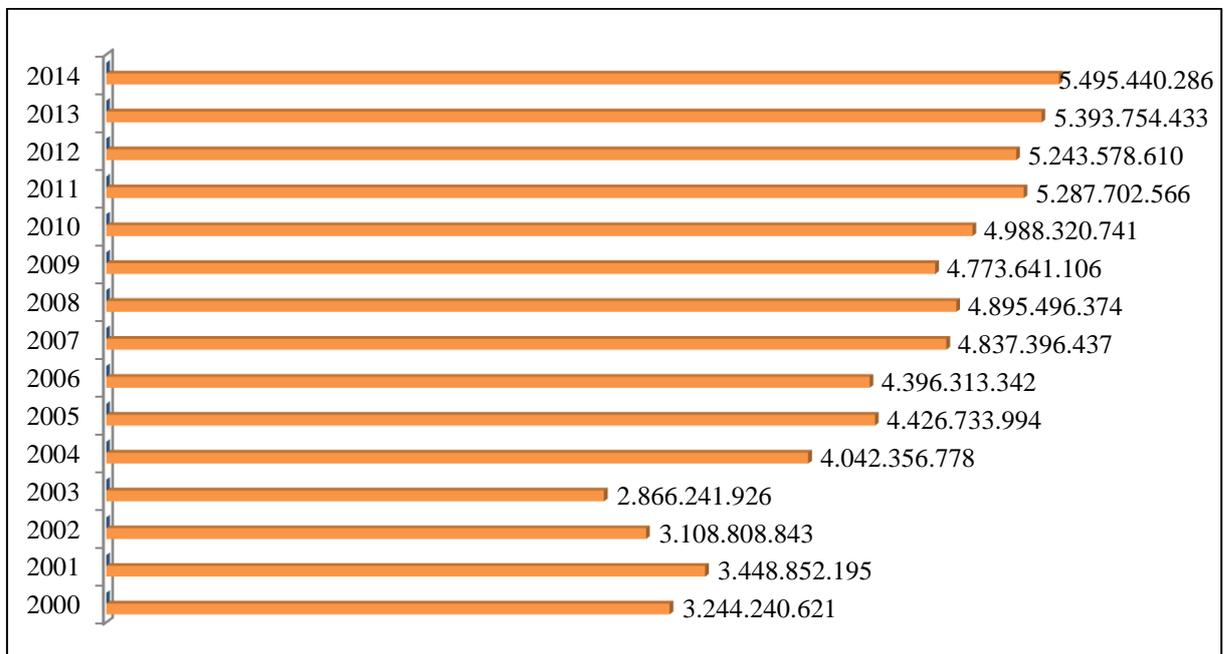
Gráfico 3 – Consumo *per capita* de carne de frango no Brasil (Kg/Hab.), 2000-2014



Fonte: Elaborado pela autora baseada em relatórios da ABPA e UBABEF (2014-2015).

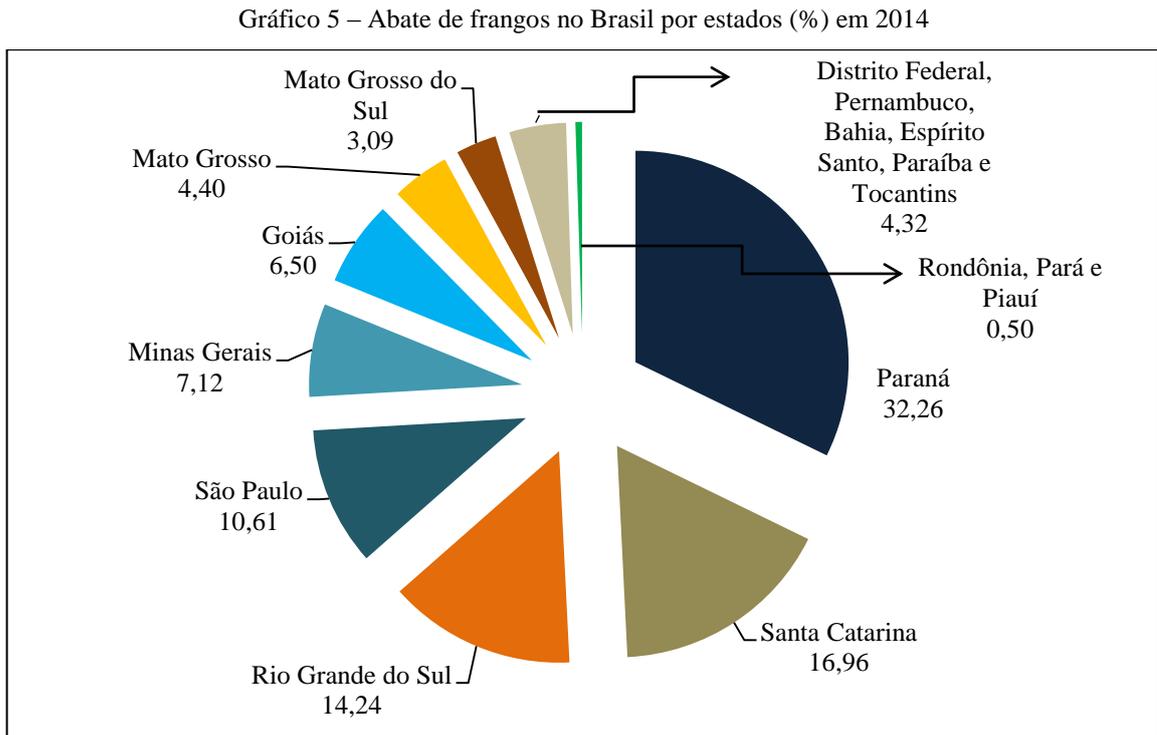
Em termos de efetivo de rebanho, em número de cabeças de galinhas, segundo a pesquisa de produção pecuária nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), o Brasil registrou um abate de 5,495 bilhões de cabeças, apresentando uma expansão de 59,0% em relação ao número registrado em 2000. (Gráfico 4)

Gráfico 4 – Abate de frangos no Brasil em cabeças, 2000-2014



Fonte: Elaborado pela autora baseada em relatórios da ABPA (2001; 2004-2008; 2015); IBGE (2002).

Dessas 5,495 bilhões de cabeças abatidas em 2014, 32,26% foi efetuado no Estado do Paraná, 16,96% em Santa Catarina, 14,24% no Rio Grande do Sul e 10,61% em São Paulo, (ABPA, 2014). Os demais Estados que realizaram abates não ultrapassaram números acima de dois dígitos. (Gráfico 5)



Fonte: ABPA (2015).

Atualmente o Brasil ocupa a terceira posição na produção mundial de carne de frango, contribuindo com 12,6 milhões de toneladas em 2014, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (17,2 milhões t.) e da China (13,0 milhões t.). No entanto, na lista dos maiores exportadores, o Brasil se destacou na primeira posição e exportou 4,0 milhões de toneladas, seguido pelos Estados Unidos (3,2 milhões t.) e União europeia-27 (1,1 milhão t.), segundo (MDIC/SECEX, 2015; ABPA, 2015).

Dentre os principais países importadores de carne de frango estão o Japão (880 milhões t.), Arábia Saudita (770 milhões t.) e o Iraque (720 milhões t.), em 2014. (Quadro 1)

Quadro 1 – Mercado mundial de carne de frango (mil t.) em 2014

Maiores produtores		Maiores importadores		Maiores exportadores	
Países	Mil t.	Países	Mil t.	Países	Mil t.
Estados Unidos	17.254	Japão	880	Brasil	4.099
China	13.000	Arábia Saudita	770	Estados Unidos	3.297
Brasil	12.691	Iraque	720	União europeia-27	1.100
União europeia – 27	10.070	México	705	Thailândia	540
Índia	3.725	União europeia-27	675	China	440
Total Mundial	86.077	Total Mundial	8.550	Total Mundial	10.977

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - USDA; ABPA (2015).

Em se tratando do volume exportado, o Brasil assumiu, de fato, a liderança desde 2004 como o primeiro no *ranking* de países exportadores, terminando 2014 com um volume de 4,0 milhões de toneladas transacionadas com mais de 150 países. (Tabela 5)

Tabela 5 - Exportações brasileiras de carne de frango (Kg) por regiões e produto - 2014

Regiões	Inteiro	Corte	Industrializado	Salgado	Total
Oriente médio	954.050.353	404.761.209	13.779.056	59.913	1.387.584.063
Ásia	38.410.572	1.140.005.727	3.387.290	0	1.192.099.360
África	204.750.702	306.548.149	5.016.161	0	578.192.800
União europeia	6.003.990	92.477.878	127.621.330	187.882.433	414.013.133
América	221.453.678	115.614.332	7.254.017	0	361.492.869
Europa extra-EU	3.281.143	159.125.470	597.817	787.038	163.791.468
Total	1.427.950.438	2.218.532.765	157.655.671	188.729.384	4.097.173.693

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

Do total exportado, 54,15% foi em cortes, 34,85% inteiros, 4,61% para os salgados, 3,85% industrializados e 2,55% embutidos, destinando-se a maior parte para o Oriente Médio, Ásia e África. (Tabela 6)

Tabela 6 – Exportações brasileiras de carne de frango por regiões e produto (em %) - 2014

Regiões	Inteiro	Corte	Industrializado	Salgado
Oriente médio	68,76	29,17	0,99	0,00
Ásia	3,22	95,63	0,28	0,00
África	35,41	53,02	0,87	0,00
União europeia	1,45	22,34	30,83	45,38
América	61,26	31,98	2,01	0,00
Europa extra-UE	2,00	97,15	0,36	0,48
Total	34,85	54,15	3,85	4,61

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MDIC/SECEX; ABPA (2015).

A receita das exportações de carne de frango (considerando frango inteiro, cortes, processados e salgados) totalizou a US\$ 676,7 milhões em agosto de 2014, 5,7% maior em relação ao oitavo mês de 2013, segundo a Associação Brasileira de Proteína Animal (UBABEF/ABPA).

Os principais Estados brasileiros exportadores de carne de frango são o Paraná (32,21%), Santa Catarina (24,45%), Rio Grande do Sul (18,35%) e São Paulo (6,34%). Pernambuco participa com apenas 0,03% (MDIC/SECEX; ABPA, 2015). As principais empresas exportadoras em 2014 foram a BRF, JBS, Aurora, C. Vale e Copacol, (MDIC/SECEX; ABPA, 2015).

A demanda por carne de frango está aumentando e parte do sucesso do produto brasileiro deve-se ao rigoroso controle de sanidade instituído no Plano de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNRC) e desenvolvido pelo Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), executado no Estado pela Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco (ADRAGO), ambos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), corroborando para que o país mantenha o controle das principais doenças que afetam a saúde das aves, a exemplo da Newcastle, Salmoneloses e Micoplasmoses. Outras doenças de menor gravidade são tratadas através de suplementos alimentares que incluem iodo, vitaminas, cálcio e minerais.

2.2 A Nova Economia Institucional e a Economia dos Custos de Transação

2.2.1 A Nova Economia Institucional

Commons (1934, pp.4-8) ao analisar como unidade básica da atividade econômica a transação, observou-se que a organização econômica não é consequência apenas de variáveis ligadas à produção, a exemplo das economias de escala e de escopo, mas que também objetiva equilibrar as relações entre as partes.

Porém, o crescente interesse pelo estudo das instituições em diversos segmentos econômicos e, mais especificamente na organização do agronegócio ganhou ênfase com o trabalho seminal de Ronald Coase² e seu clássico questionamento: “Por que toda a produção não é realizada em uma única grande firma?”, (1937 apud ZYLBERSZTAJN, 1995, p.6).

A partir de então, pesquisadores e economistas de várias correntes, principalmente os ligados às agroindústrias e ao setor rural tentaram respondê-la através de inúmeros trabalhos de natureza qualitativa e quantitativa.

A relevância da problemática deve-se a discussão gerada sobre a teoria neoclássica da firma, vista como uma função de produção, responsável por transformar fatores de produção em produtos com valor de mercado. Nesse mercado não havia racionalidade limitada, tampouco comportamento oportunista e assimetria de informação, já que todos os consumidores detinham igualmente todas as informações sobre todos os produtos e preços. Quando verificada a ocorrência de desequilíbrios, a figura mítica Marshalliana do leiloeiro era responsável por trazer à tona os preços prevalecentes no sistema.

² COASE, Ronald Harry. “**The Nature of the Firm**”, *Economica*, 4:386-405, reprinted in Coase, 1988, *The Firm, the Market and the Law*. Chicago: University of Chicago Press, Chapter 2.

Apesar de Coase reconceituar a firma a partir de sua eficiência interna e conceber o mercado como uma alternativa à firma, ele considera que a formalização de sua teoria deveria ser vista de forma complementar a teoria neoclássica e não de forma separada (ZYLBERSZTAJN, 1995, p.20). A escolha do tipo de coordenação, se hierarquicamente dentro da firma ou via mercado dependeria dos custos de transação. Sua contribuição teórica foi reconhecida, premiando-o com o Nobel de Economia em 1991.

Arrow³ (1969 apud WILLIAMSON, 2012, p. 16) complementou a análise de Coase ao conceituar os custos de transação como sendo os “custos de funcionamento do sistema econômico”, prevendo o surgimento de uma nova teoria que teria por objetivo tratar dos fundamentos econômicos das instituições e das organizações. Assim, a teoria neoclássica da firma vigorou sem maiores questionamentos até meados de 1970.

Williamson (2012, p.11) em seus estudos contribui com a evolução da teoria ao afirmar que práticas contratuais não convencionais servem ao propósito de economizar em custos de transação e define-os como sendo os custos de má adaptação, que incluem os custos de barganha, de criação de vínculos para realização de compromissos seguros e que subdivide-se em:

[...] os custos ex-ante de preparar, negociar e salvaguardar um acordo bem como os custos ex-post dos ajustamentos e adaptações que resultam, quando a execução de um contrato é afetada por falhas, erros, omissões e alterações inesperadas. Em suma, são os custos de conduzir o sistema econômico.

³ ARROW, Kenneth Joseph. “**The organization of economic activity: Issues pertinent to the choice of market versus nonmarket allocation.**” In *The Analysis and Evaluation of Public Expenditure: The PPB System*. Vol. I. U.S. Joint Economic Committee, 91st Congress, 1st Session. Washington, D.C.: U.S. Government Printing Office, pp. 59-73.

Zylbersztajn (1995, p.19) caracterizou a evolução da teoria em quatro fases distintas:

- A primeira fase definida como informal, a partir de Coase (1937).

- A segunda caracterizada como fase pré-formal, com Williamson como seu maior expoente; nessa etapa surgem os modelos de comparação entre modos contratuais alternativos.

- A terceira fase chamada de semiformal, representada por estudos comparativos aplicados às estruturas de governança.

- A última fase definida como formal, representada pelos trabalhos de Grossman e Hart (1986) e de Hart e Moore (1990).

Apesar da contínua evolução da teoria e crescente interesse da academia pela temática, a agenda de pesquisa neo-institucionalista não se configura numa abordagem unificada. Nesse trabalho, apesar da subdivisão realizada por Zylbersztajn ter servido de base, não a consideramos cronologicamente estática e subsequente, visto essa sustentada por trabalhos que se utilizaram do mesmo arcabouço teórico e que apesar de atuais se valeram de autores de uma das fases iniciais, a exemplo de Williamson, um dos mais citados.

Pela relevância de suas pesquisas, além de Coase, Douglass North e Oliver Williamson também foram agraciados com o Nobel de Economia por suas contribuições, o segundo em 1993 por seus trabalhos fazerem a ligação entre as instituições e o desenvolvimento econômico e o terceiro em 1995 pelo mérito de seus estudos de mais de três décadas interligarem o ambiente institucional com as estruturas de governança.

2.2.2 A Economia dos Custos de Transação

Dentre as várias linhas de pesquisas e divisões propostas por autores e pesquisadores, não podemos ignorar os pontos de convergência entre tais vertentes.

Enquanto para muitos pesquisadores institucionais a transação foi vista como a unidade chave de análise, Lance Davis e Douglass North (1971, pp.5-6) observaram que a Nova Economia Institucional esteve se desenvolvendo em duas correntes complementares: a primeira com um enfoque nos direitos de propriedade, nos contratos, costumes e normas, enquanto a segunda linha tratava dos mecanismos de governança.

Zylbersztajn (1995, p.15), ao caracterizar o objetivo central da NEI como sendo o de estudar os custos das transações, indutores das formas alternativas de organização da produção ou governança, também a denomina de ECT.

Azevedo (1996, p.14) ao criticar as deficiências do trabalho de Coase, concluiu que os custos de transação não são facilmente observáveis, e, portanto são de difícil quantificação em decorrência de alguns elementos das transações serem tácitos e seus custos implícitos. Este subdivide os elementos do ambiente institucional entre componentes do macroambiente e do microambiente. O primeiro caracterizado por direitos de propriedade, políticas agrícolas, reforma agrária, regras formais e informais, enquanto o enfoque do segundo se dá pelas regras que regulam as relações entre os agentes. A Nova Economia Institucional foi abordada por este através de dois níveis analíticos: o ambiente institucional (macroinstituições) e as estruturas de governança (microinstituições), o qual denominou de Economia dos Custos de Transação.

Para Hobbs (1996, pp.15-27), a ECT deve ser entendida através de quatro tópicos: especificidade dos ativos, racionalidade limitada, informação assimétrica e oportunismo.

Fava Neves (1999, p.73) subdivide a ECT em quatro partes principais:

- Interdisciplinaridade.
- Busca de maior compreensão do comportamento humano.
- Importância das instituições na alocação de recursos.
- Análises comparativas das estruturas de governança.

Williamson (2012, p.1) em sua fundamentação teórica sobre a ECT conclui que seu enfoque é microanalítico, cita os aspectos comportamentais dos agentes e introduz a importância econômica das especificidades dos ativos, considerando a firma como uma estrutura de governança e não mais apenas como uma função de produção (WILLIAMSON, 2012, p.15).

Sobel et al. (2011, p.742) chama a atenção para a dificuldade de mensuração das análises que utilizam a ECT como referencial teórico, pela inexistência de um modelo unânime que sirva para identificação das estruturas de governança, forçando os pesquisadores a realizarem proxys ou utilizarem variáveis binárias, na tentativa de uma melhor explicação da realidade estudada.

A pesquisa empírica sobre assuntos de custos de transação raramente mensura tais custos diretamente, optando por análises que verifiquem o alinhamento das práticas contratuais e estruturas de governança com os atributos das transações (WILLIAMSON, 2012, p.19).

2.2.3 Atributos das transações (especificidade dos ativos e frequência das transações)

Segundo Cabral (2011, p.108), a frequência das transações aponta para a recorrência com as quais são realizadas e quanto mais intensas, maior a probabilidade de construção de reputação, limitação ao comportamento oportunista e rapidez nos retornos sobre os investimentos realizados.

Citando Williamson (1985), Zylbersztajn (1995, p.58-59) retoma o conceito de análise institucional discreta comparada, que trata de um enfoque comparativo entre opções de coordenação alternativas, priorizando a eficiência como forma de diminuir os custos de transação, onde são definidos três grupos de fatores condicionantes das formas eficientes de governança, subdividindo as transações em termos de frequência entre:

$f = 1$ para transações realizadas apenas uma vez.

$f = 0$ para transações ocasionais.

$f = r$ para transações recorrentes.

A Especificidade dos ativos também é desagregada em três grupos:

$K = 0$ significando ativos totalmente reutilizáveis.

$K = \infty$ para ativos altamente específicos.

$K = m$ para níveis intermediários de especificidade.

Sobel (2011, p. 740-741) ao afirmar que as especificidades dos ativos surgem de diversas situações, considera o que Williamson (1996) destacou como sendo de seis tipos:

- A especificidade locacional; visa diminuir despesas com armazenagem e transporte. Nesse tipo de especificidade, Neves (1999, p. 74-77) chama atenção para a necessidade de proximidade de certos recursos naturais, a exemplo de fontes de água, condizente com o delineamento adotado nessa pesquisa.

- Especificidade física; refere-se a ativos envolvidos na produção, a exemplo de máquinas e equipamentos.

- Especificidade de capital humano; trata-se do conhecimento fundamentado e específico dos recursos humanos e de sua capacidade de aprender e executar funções específicas.

Desde Marshall (1982, p. 233) que a especificidade de capital humano é discutida e bem lembrada quando o autor afirma que “a capacidade mecânica de Lancashire decorreu da influência dos ferreiros normandos”, assim como a indústria manufatureira da Inglaterra se desenvolveu através de colônias de flamengos e outros artesãos, atestando a importância desse tipo de especificidade.

- Especificidade de ativos dedicados são investimentos específicos para aquela determinada transação.

Para Azevedo (1996, p. 156), os custos advindos dessa especificidade não derivam de características do ativo, mas das condições de mercado geradas, sendo a especificidade dedicada definida pela proporção do que é transacionado. Seguindo essa lógica, no caso da avicultura de corte que possui mais de 90% em sistema de integração, os frangos produzidos podem ser considerados ativos específicos dedicados, porque sua utilização para outra finalidade – produção e comercialização de frangos apenas vivos – acarretaria alteração nos custos de produção, de transação e possível queda da receita.

Neves (1999, p. 74-77) considera a especificidade física como dedicada, conceituando-a como os ativos envolvidos na produção e que permite realocações mais ou menos custosas. Cita como exemplo máquina extratora de suco cítrico.

- Especificidade de marca; ativo intangível cujo retorno se materializa na marca de uma empresa.

- Especificidade temporal; refere-se ao tempo para efetivação da transação, em que o seu valor de retorno depende do tempo em que ela se processa.

2.2.4 O ambiente institucional

O ambiente institucional é quem define as formas de cooperação e ou competição no mercado, são as regras que estabelecem os fluxos econômicos, os direitos de propriedade e as relações entre seus membros.

North (1991, p.97) define o ambiente institucional como composto por regras formais e informais, dentre as quais cita as sanções, as leis, as tradições, os direitos de propriedade, são “as regras do jogo”.

Ao mesmo tempo em que normatiza os deveres e direitos entre as partes envolvidas nos contratos, cria salvaguardas contratuais, objetivando restringir o comportamento oportunista.

Para Zylbersztajn, elas não são neutras (1995, p.12), portanto, interferem nos custos de transação. Azevedo (2000, p. 37) acrescenta que faz-se necessário que o arranjo institucional sinalize corretamente as informações importantes, principalmente em se tratando de casos que impactem na saúde pública.

Dias (2013, pp.52-64) ao citar a importância dos costumes nas transações, define como fatores relevantes a serem avaliados a constância dos treinamentos, a contratação de recursos humanos especializados, a utilização de termos de responsabilidade e de manuais de boas práticas.

Fazendo um paralelo entre a ECT e a teoria das organizações, Williamson (2012, p.4) resgata o pensamento de Chester Barnard (1938), o qual enfatiza a importância não apenas da organização formal, mas também informal, acrescentando que a primeira é condicionada pela segunda, já que facilita a comunicação e a coesão. Também atribui relevância à cooperação, por esta ser determinada por fatores sociais e incentivos, sendo a eficiência consequência desse processo distributivo.

Na cadeia produtiva avícola, por se tratar de uma cadeia agroalimentar, com reflexo direto na qualidade do alimento e na saúde pública, o ambiente institucional regulamenta, normatiza e monitora toda a cadeia produtiva. Cabral (2007, p. 58) acrescenta que podendo os jogadores serem empresas públicas ou privadas, o empreendedor além de sofrer influência do meio, também interfere e modifica-o.

No Brasil foram criados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Programas Nacionais voltados à atividade avícola, como o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA) e o Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC), em conformidade as notificações da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), além de Portarias voltadas ao intercâmbio internacional, a exemplo da Portaria nº 542 de 16/11/1998, voltada ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Planos, Regulamentos, Instruções Normativas (IN), protocolos e Programas de qualidade norteadores da atividade avícola produzidos por elos da cadeia produtiva.

Dessa forma, inicialmente optou-se por destacar as principais Normativas balizadoras da atividade avícola no Brasil, para posterior desenvolvimento de algumas dessas, de forma a melhor explicar o verificado na pesquisa de campo.

Quadro 2 – Principais normas do ambiente institucional vigentes na avicultura Brasileira por instituição responsável e objetivo

Normas, regras e programas do Ambiente Institucional	Ano	Instituição responsável	Objetivo
Codex Alimentarius	1963	FAO	Tem a finalidade de proteger a saúde dos consumidores e assegurar práticas equitativas no comércio regional e internacional de alimentos.
Código Zoosanitário Internacional	1968	OIE	Objetiva prezar pela seguridade sanitária do comércio internacional de animais (mamíferos, aves e abelhas) e produtos de origem animal.
Programa Nacional de Controle de Resíduos e Contaminantes (PNCRC)	1989	MAPA	É um programa federal de inspeção e fiscalização das cadeias produtivas de alimentos, baseado em análise de risco, que visa monitorar a efetividade dos controles implementados pelos sistemas de produção e a respectiva qualidade e segurança dos produtos de origem animal e vegetal disponibilizados ao comércio e ao consumo.
Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)	1994	MAPA	Regulamentar e salvaguardar o plantel avícola nacional.
Portaria nº 70 de 03/03/1994	1994	MAPA	Regulamenta a obrigatoriedade de comunicação de suspeita da doença de Newcastle
Portaria nº 193 de 19/09/1994	1994	MAPA	Institui o PNSA.
Portaria nº 115 de 04/10/1995	1995	MAPA	Determina as atribuições do Comitê Científico do PNSA.
Portaria nº 542 de 16/11/1998	1998	MAPA	Dispõe sobre Normas de Higiene e Segurança Sanitária para Habilitação de Estabelecimentos Avícolas de Criação de Aves e Incubatório Avícolas para Intercâmbio no MERCOSUL.
Instrução normativa (IN) nº 14	1999	MAPA	Monitoramento de todo material genético avícola ingresso no país
Código Zoosanitário Internacional	2001	OIE	Objetiva prezar pela seguridade sanitária do comércio internacional de animais (mamíferos, aves e abelhas) e produtos de origem animal.
Instrução normativa (IN) nº 44 de 23/08/2001	2001	MAPA	Aprova as Normas Técnicas para o controle e a certificação de núcleos e estabelecimentos avícolas para a Micoplasmose Aviária.
Instrução normativa (IN) nº 32 de 13/05/2002	2002	MAPA	Estabelece as Normas Técnicas de Vigilância, Controle e Erradicação da doença de Newcastle e da influenza aviária.
Instrução normativa (IN) nº 11 de 01/09/2003	2003	MAPA	Declara os plantéis avícolas industriais dos Estados do RS, SC, PR, SP, MG, Goiás, MT, MTS e DF livres da doença de Newcastle.
Instrução normativa (IN) nº 78 de 03/11/2003	2003	MAPA	Aprova as normas técnicas para controle e certificação de núcleos e estabelecimentos avícolas como livres de salmonella gallinarum, pullorum e livres ou controladas para salmonella enteritidis e typhimurium.

Continua

Quadro 2 – Principais normas do ambiente institucional vigentes na avicultura Brasileira por instituição responsável e objetivo
Conclusão

Normas, regras e programas do Ambiente Institucional	Ano	Instituição responsável	Objetivo
Instrução normativa IN nº 17 de 07/04/2006	2006	MAPA	Aprova o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle.
Portaria 147 de 14/07/2006 de 14/06/2006	2006	MAPA	Constitui Comitê Técnico Consultivo para auxiliar na elaboração de propostas técnicas que se referem à Influenza Aviária e Doença de Newcastle.
Instrução Normativa (IN) nº 56	2007	MAPA	Estabelece os procedimentos compulsórios para registro, fiscalização e controle desses locais; implantou medidas de biossegurança mínimas para que os estabelecimentos de avicultura comercial obtivessem o registro nos serviços veterinários dos estados onde estão localizados.
Protocolo de bem-estar de frangos e perus	2008	UBA	Objetiva ser utilizado como documento norteador para as empresas avícolas do Brasil.
Protocolo de bem-estar de aves poedeiras	2008	UBA	Objetiva ser utilizado como documento norteador para as empresas produtoras e indústrias processadoras de ovos do Brasil.
Procedimentos de biossegurança	2008	OIE, ABPA, iniciativa privada e agências estaduais	Manter o status sanitário brasileiro livre da influenza aviária.
Protocolo de boas práticas de produção de frango	2008	UBA	Objetiva ser utilizado como documento norteador para harmonização das práticas de manejo adotadas pelas diferentes empresas.
Regulamento europeu EC 1099/2009	2009	EU	Regulamentar os novos padrões que deverão ser cumpridos no abate humanitário.
Instrução Normativa (IN) nº 59	2009	MAPA	Define alterações para a IN nº 56, incluindo o prazo para que os estabelecimentos atendessem às suas determinações.
Plano de Contingência para Influenza Aviária e doença de Newcastle	2013	MAPA	Prover documento básico de referência às Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária, Abastecimento (SFAs), Serviços Veterinários Estaduais (SVEs), criadores de aves e público interessado em geral, sobre as ações a serem executadas pelo SVO, como medida de prevenir, controlar e impedir a disseminação dos agentes dessas doenças no plantel avícola nacional.
Instrução Normativa nº 10, de 1º de abril de 2014	2014	MAPA	Estabelecer os modelos oficiais de Certificado Sanitário Nacional (CSN) e Guia de Trânsito (GT) e os procedimentos a serem adotados para o trânsito de produtos de origem animal comestíveis e não comestíveis, produzidos em estabelecimentos registrados e relacionados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), em todo o território nacional.

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MAPA; FAO; ABPA; UBA.

Devido à ocorrência em outros países das principais doenças de notificação obrigatória à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), o Brasil optou por instituir o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA), através da Portaria nº 193 de 19/09/1994, responsável por desenvolver programas sanitários para controle da doença de Newcastle, Salmoneloses e Micoplasmoses. Sua atuação está pautada na execução das atividades de vigilância epidemiológica e sanitária das principais doenças aviárias. Para tal, optamos por ressaltar apenas as medidas de defesa sanitária verificadas em campo, como forma de melhor contribuir para a discussão nos resultados da pesquisa.

Referente ao PNSA:

- Atenção a toda comunicação de suspeitas de influenza aviária, doença de Newcastle e demais doenças de controle oficial.
- Assistência aos focos das doenças de controle oficial.
- Padronização das medidas de biossegurança e de desinfecção.
- Realização de sacrifício sanitário em caso de ocorrência de doenças de controle oficial.
- Fiscalização das ações de vazão sanitário.
- Controle e fiscalização de trânsito de animais.
- Realização de inquérito epidemiológico local.
- Vigilância sanitária de material genético.
- Fiscalização e registro de estabelecimentos avícolas.
- Monitoramento sanitário nos plantéis de reprodução para certificação dos núcleos e granjas avícolas como livres de salmoneloses e micoplasmoses.
- Vigilância em aves migratórias.

Essas medidas estão descritas nos manuais desenvolvidos pelo PNSA, a saber:

- Plano de Contingência para Influenza Aviária e Doença de Newcastle, versão 1.4/2013.
- Procedimentos para atendimento a suspeitas de Influenza Aviária em aves silvestres e de subsistência.

- Perguntas frequentes sobre Influenza Aviária – tire suas dúvidas.
- Manual para prevenção e o controle da gripe aviária na avicultura de pequena escala.
- Informação básica sobre Influenza Aviária para viajantes ao exterior.
- Informação básica sobre Influenza Aviária para produtores.

Dentro desse último Manual desenvolvido no PNSA (MAPA), cabe destacar algumas das medidas preventivas à Influenza Aviária, identificadas em campo e que serão discutidas nos resultados:

- Evitar o trânsito de outras pessoas e animais, além de contatos com outras aves e pássaros silvestres.
- Medidas profiláticas de limpeza das mãos, sapatos, roupas, mãos, gaiolas, caixas, debicadores.
- Não compartilhamento de ferramentas, equipamentos e implementos usados.
- Limpeza e desinfecção dos pneus de veículos que visitaram outros criadouros de aves.
- Manutenção das aves recém-chegadas ou de situação sanitária desconhecida separadas das outras.

Pelo fato de duas das quatro integradoras serem exportadoras, cabe destacar alguns tópicos da Portaria nº 542, de 16/11/1998, que trata das normas de higiene e segurança sanitária para habilitação de estabelecimentos avícolas de criação de aves e incubatórios avícolas para intercâmbio no MERCOSUL:

Os núcleos de reprodução de matrizes, avós ou bisavós deverão cumprir as seguintes condições:

- Ter cercas de segurança.
- Porta de acesso para controle rígido do trânsito de veículos e pessoas, com equipamentos de lavagem e desinfecção de veículos.
- Galpões com superfícies interiores de material liso e lavável.

- Galpões de aves e armazenamento de alimentos livres de insetos e do acesso de aves silvestres e ou animais domésticos.

- Núcleos de reprodução livres de: Salmonella Pullorum e Salmonella Gallinarum, Micoplasmose Aviária.

- Vigilância epidemiológica permanente.

- Provas de diagnósticos laboratoriais credenciados.

- As aves deverão ser vacinadas.

- As vacinas utilizadas devem ser aprovadas e controladas pelos órgãos oficiais.

- Os incubatórios receberão ovos férteis de estabelecimentos habilitados para reprodução de aves de uma única espécie.

- Aves de um dia devem ser vacinadas contra a doença de Marek e com vacinas aprovadas pelo país exportador.

- Pessoas responsáveis pelo manejo deverão usar roupas de proteção desinfetadas, assim como os veículos também deverão ter sido desinfetados.

Os estabelecimentos de reprodução e os incubatórios deverão possuir registro zoossanitário completo (mortalidade, diagnóstico de doenças, tratamentos, vacinações e monitoramento), relativo a cada lote de aves.

- Os núcleos de reprodução devem estar em áreas livres da Doença de Newcastle, por pelo menos há seis meses.

Em relação à Portaria nº 70 de 03/03/1994, que regulamenta a obrigatoriedade de comunicação de suspeita da Doença de Newcastle, optou-se por destacarmos alguns tópicos para melhor compreensão dos controles e monitoramento permanentes, realizados nos galpões de engorda dos pintos de um dia.

- Os médicos veterinários, proprietários, depositários, que tenham conhecimento da ocorrência da Doença de Newcastle, ficam obrigados a comunicar o fato, imediatamente, ao serviço federal ou estadual de defesa sanitária animal da jurisdição, suspendendo a movimentação das aves, assim como de produtos dessas aves e materiais diversos que tiveram contato com as mesmas, até que a autoridade sanitária decida sobre as medidas a adotar.

- Os estabelecimentos avícolas de reprodução e comerciais seguem procedimentos de registro, fiscalização e controle.

- As aves de um dia deverão ser expedidas diretamente do incubatório ao local de destino.

- Os estabelecimentos avícolas que realizem comércio internacional deverão cumprir, além dos procedimentos estabelecidos pelo MAPA, as exigências dos países importadores.

- As vacinas são registradas no MAPA.

Antes de saírem dos incubatórios, os pintinhos recebem vacina obrigatória contra a doença de Marek.

Ainda para uma compreensão institucional mais apropriada da documentação apresentada pelos avicultores na fase exploratória da pesquisa, cabe destacar algumas regras estabelecidas pela Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que aprova no âmbito do PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle:

- Há um cadastro nacional de médicos veterinários credenciados para emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) para trânsito interestadual de aves, documento esse apresentado por alguns avicultores, entregue por suas integradoras.

- Informar a Defesa Sanitária Animal (DSA) a ocorrência de morte acima de 10% em período inferior a 72 horas.

- Controle de vacinas por Unidade da Federação (UF) referente à quantidade produzida ou importada e da quantidade utilizada.

- Promoverá programas de educação continuada, dirigidos aos médicos, técnicos e produtores avícolas, conforme manuais do PNSA.

Além disso, como já destacado, apesar de aparentemente ter-se dado maior ênfase na descrição do ambiente institucional formal, regulatório, a identificação de contratos informais baseados em aspectos relacionais, suporte para estruturas híbridas de governança estabelecidas pelas integradoras avícola atuantes em Bonito-PE, configura-se como o lado informal do ambiente institucional. Essa prática, muitas vezes utilizadas conjuntamente com contratos formais por algumas integradoras, faz parte das estratégias utilizadas por algumas firmas avícolas, assim como em outros segmentos do agronegócio, conforme apontado por Koenig et al. (2014, p. 233-247) ao estudarem o setor de vinhos finos no Brasil.

2.2.5 Aspectos cognitivos dos contratos

Desde Marshall (1982, p. 212), que vislumbrou-se o aparecimento do que hoje na ECT chama-se de oportunismo. Este já afirmava que tendia a “sobreviver os organismos mais aptos a utilizar o meio ambiente para os seus próprios fins”.

Para a economia dos custos de transação, a natureza do homem é caracterizada pela racionalidade limitada (subdividida em forte, semiforte e fraca) e oportunismo (forma mais forte), forma semifraca que é a busca do auto interesse simples e a forma fraca caracterizada como obediência, (WILLIAMSON, 2012, p.40-42).

O conceito de racionalidade surgiu inicialmente com Barnard (1938), quando ao se interessar pelo estudo dos costumes e das instituições desejou se aprofundar nessa questão de natureza cognitiva e a definiu como racionalidade intencional, por entendê-la como sendo decorrente de fatores físicos, biológicos e sociais, limitantes da capacidade cognitiva dos agentes econômicos, apesar da intenção de ser racional, (WILLIAMSON, 2012, p. 5).

Simon ao publicar seu livro *Comportamento Administrativo*, baseado em Barnard, desenvolveu alguns conceitos mais relevantes para a ciência da administração, dentre eles, a racionalidade limitada, que para ele seria a pequena capacidade da mente humana para formatar e resolver problemas complexos quando comparado aos problemas reais cuja solução é necessária, sugerindo que os economistas se preocupassem menos com a questão da maximização e dessem mais atenção à satisfação nas questões que envolvem escolha, levando sua abordagem da satisfação ao descrédito perante os economistas por identificarem-na com a psicologia, (WILLIAMSON, 1995, p. 178-179).

Atualmente, a racionalidade limitada tem sido vista de forma menos controversa, pois sabe-se hoje que os contratos complexos são inevitavelmente incompletos. Para a economia dos custos de transação, os agentes humanos possuem racionalidade limitada. Logo, esse é o motivo do comportamento ser “intencionalmente racional, porém, apenas limitadamente assim”, Simon⁴ (1961 apud WILLIAMSON, 2012, p. 26).

⁴ SIMON, Herbert Alexander. **Administrative Behavior**. 2 ed. New York: Macmillan. Original publication: 1947.

Nesse contexto, os contratos são inevitavelmente incompletos e dessa forma suscetíveis ao comportamento oportunista, definido por Williamson (1975, pp.26-37) como sendo a “busca do auto interesse com avidez”.

Azevedo (1996, p. 15-17) ao retomar a discussão acerca da queda do pressuposto econômico ortodoxo de informação perfeita, resgata a questão da assimetria de informação, linha de pesquisa que gerou teorias complementares e que foram descritas de forma geral como pertencentes à “Teoria dos Contratos”.

Sobre assimetria de informação, Stiglitz (2001, pp. 483-488) ao tratar de problemas relacionados à temática, fornecendo como exemplo as disparidades informacionais referentes aos preços e qualidade dos produtos, percebeu que ela é imperfeita, ou seja, assimétrica e que essas falhas estão presentes na economia e podem reduzir a concorrência daqueles que dispõem de maiores níveis informacionais. Pindyck e Rubinfeld (2002, p. 491) complementam a análise ao concluírem que os mercados não podem ser completamente eficientes no tocante às informações. Dessa forma, a informação existe, mas não é acessível a todos igualmente, em decorrência dos custos de adquiri-la.

Dentre as muitas vertentes da Teoria dos Contratos, destacam-se o risco moral, a teoria de Agente-Principal e a seleção adversa. Para que seja configurado o risco moral, tão usual na literatura de seguros, faz-se necessária a existência de assimetria de informação, com a qual uma das partes do contrato dispõe de informações privilegiadas e delas tira proveito em detrimento da outra parte, além da divergência de interesses, questão essa em que as ações do Agente são observáveis e verificáveis pelo Principal, podendo servir para casos de disputas contratuais, quiçá via tribunais. No entanto, a suposta quebra contratual só ocorrerá caso um “*payoff*” maior do que aquele que seria obtido pela continuidade contratual seja garantido ao Principal, (AZEVEDO, p. 15-16). Já o conceito de seleção adversa elaborado por Akerloff (1970), diz respeito à eliminação de produtos de boa qualidade do mercado em decorrência do vendedor não conseguir convencer o comprador sobre a qualidade do produto, ou seja, deixa de ser uma problemática de comportamento pós-contratual e pode ser resolvido através da sinalização dos vendedores, através de certificados de qualidade e garantias, objetivando diminuir a assimetria de informação. E por fim, incorporado a NEI de forma explícita, a

Economia da Informação introduz os custos advindos do comportamento aético, chamado de oportunismo.

Na literatura de seguros o oportunismo ex ante e ex post é conhecido como seleção adversa e risco moral, consecutivamente.

Zylberstajn (2005, p. 390) chama a atenção para a questão das salvaguardas reputacionais necessárias aos acordos informais, além de outros mecanismos sociais. Essa necessidade advém da potencial perda de renda futura por uma das partes, caso o contrato seja rompido de forma oportunista, impedindo futuras transações.

Para Williamson (2012, p.44), a proposição mais importante no estudo das organizações econômicas é que as transações que estão sujeitas ao oportunismo ex post se beneficiarão caso salvaguardas apropriadas sejam elaboradas ex ante.

Dessa forma, a incerteza advinda de aspectos comportamentais do homem econômico desaparecerá caso esse se tornasse obediente (não oportunista) ou teria uma probabilidade menor de ocorrência do oportunismo caso a possibilidade de quebra contratual e perdas de renda futuras fossem mais proeminentes.

Um modelo de análise paralela entre racionalidade limitada e oportunismo é proposto por Williamson (2012, p. 59-60), no qual ele distingue os quatro casos em que problemas de contratação desapareceriam: o cruzamento entre a (1) racionalidade ilimitada com o não oportunismo (utopia contratual); (2) racionalidade ilimitada com oportunismo (com os contratos trabalhando bem se utilizando da contratação ampla); (3) racionalidade limitada/não oportunismo (os contratos funcionam bem com a proteção da cláusula geral); e (4) racionalidade limitada/oportunismo. (Quadro 3)

Quadro 3 – Mecânica de possibilidades contratuais frente às condições de racionalidade limitada e oportunismo

		Condição de Racionalidade Limitada	
		Ausente	Admitido
Condição de Oportunismo	Ausente	Felicidade	Contratação “cláusula geral”
	Admitido	Contratação abrangente	Dificuldades contratuais sérias

Fonte: Williamson, 2012.

Cabe verificar na pesquisa de campo se o modelo acima proposto permanece válido ou se sofreu alguma alteração ao longo dos anos.

2.2.6 Contratos e estruturas de governança

Segundo Menelau [...] (informação verbal)⁵, os contratos são mecanismos utilizados para viabilizar e garantir a eficiência de mercado, pois estabelecem regras claras de deveres e direitos.

Para Williamson (2012, p. 26), em decorrência da racionalidade limitada desenvolvida por Simon (1961), os contratos são via de regra incompletos e assim, suscetíveis ao comportamento oportunista, visão essa sustentada pelo aporte teórico da economia dos custos de transação, que defende a impossibilidade de concentração de todas as ações relevantes na fase contratual ex ante, destacando a generalização das negociações, a relevância do direito de propriedade e dos alinhamentos de incentivos ex ante.

Todo esse aparato contratual visa garantir os atributos do produto, visão essa alinhada com o pressuposto de que não basta garantir os atributos, mas coordená-los ao longo do sistema (MOTTER, 1996, p. 6).

⁵ Informação verbal fornecida pelo professor Dr. Almir Silveira Menelau em aula da disciplina de Mercados Agrícolas, em 2014, no Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural da UFRPE.

Trazendo a ECT para uma realidade prática, a observação de Assunção; Spinelli; Cardoso (2013, p. 162) de que durante anos os contratos foram um problema pela falta de conhecimento dos produtores sobre a cadeia produtiva, fazendo com que recebessem preços que algumas vezes não cobriam os custos de produção, nos abre um leque de análise de cunho aplicado.

Zylbersztajn (1995, p. 52-56) subdividiu os contratos em:

- Contratos clássicos; os quais se referem a transações isoladas, descontínuas; relaciona-se diretamente ao conceito de mercado em competição perfeita, com os ajustes realizados via mercado.

- Contratos neoclássicos; os quais reconhecem que as transações demandam arranjos de longo prazo, sendo necessários aspectos de flexibilidade.

- Contratos relacionais, nos quais há flexibilidade e possibilidade de renegociação, diferindo dos contratos neoclássicos porque o contrato original deixa de servir de base para as negociações.

Sobel (2011, p. 739-740) ao retomar o pensamento de Williamson (1985) em relação às estruturas de governança, subdivide-as em três tipos básicos:

- Estrutura de mercado, onde vigoram os contratos clássicos.

- Estruturas híbridas, que são formas intermediárias de governança entre os contratos clássicos e de integração vertical (contrato relacional), onde apesar das partes serem autônomas, há um certo grau de dependência bilateral.

- Estrutura hierárquica ou de integração vertical.

Zylbersztajn (1995, pp.24-25) ao estudar a análise institucional discreta comparada de Williamson, que objetiva a comparação entre formas alternativas de governança segundo critério minimizador dos custos de transação, delimitou três grupos de fatores condicionantes das formas eficientes de governança:

-O primeiro composto pelas características das transações: frequência das transações, especificidade dos ativos e incerteza.

- O segundo caracterizado pelo ambiente institucional: são os aspectos legais, as leis, as normas, arbitragem, aspectos culturais.

- E por fim os pressupostos comportamentais: a racionalidade limitada e o comportamento oportunista.

Em atendimento aos objetivos desse trabalho, abordaremos de forma mais aprofundada os dois primeiros grupos de fatores, com exceção da incerteza pela impossibilidade de previsão e mensuração.

Sobel (2011, p.741-742) chama a atenção para as diversas possibilidades de estruturas de governança, que vão desde a utilização de variáveis binárias numa tentativa de melhor identifica-las, até às definições realizadas por numerosos autores.

3 METODOLOGIA

O aporte teórico utilizado como base dessa dissertação foi o relativo à Nova Economia Institucional, mais especificamente a Economia dos Custos de Transação, essencial em estudos que tratem das regras do jogo com as quais as transações são realizadas.

Para cumprir o intento, a pesquisa foi desenvolvida em três etapas: a primeira constou do levantamento de dados secundários do setor, abrangendo consulta a literatura corrente e a fontes oficiais do segmento, a exemplo da Associação Avícola de Pernambuco – AVIPE, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, através de sua subdivisão de aves e suínos, da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, dentre outros.

Numa segunda etapa foi realizada visita aos avicultores para abordagem inicial sobre a pesquisa e levantamento da documentação, dos contratos e de dados do segmento no município.

E por fim, a terceira etapa que se constituiu na pesquisa de campo para coleta dos dados primários.

Foram utilizados dois questionários semiestruturados, o primeiro composto por 37 questões, aplicado aos 14 avicultores integrados do município de Bonito-PE e o segundo, composto por 39 questões, elaborado para aplicação às quatro integradoras que transacionam com esses avicultores.

Ambos os questionários aplicados foram constituídos de variáveis numéricas e categóricas, subdivididas em quatro blocos, objetivando a caracterização da cadeia produtiva, dos atributos das transações, ambiente institucional e das práticas contratuais.

Assim sendo, as variáveis principais dessa pesquisa (exploratória-descritiva) são: os atributos das transações (frequência das transações e especificidade dos ativos), o ambiente institucional (regras do jogo) e as práticas contratuais identificadas.

A pesquisa pode ser caracterizada como descritiva por estudar as características de grupos específicos (produtores e integradores) e ou descobrir a existência de associações entre variáveis (contratos), se valendo, conforme preconizado por Gil (2008, p. 48), Lakatos e Marconi (2013, p. 69), da técnica padronizada de coleta de dados (questionários e observação sistemática). O delineamento adotado foi a pesquisa de campo, definida como instrumento para conseguir informações sobre determinado problema para o qual se procurou respostas.

3.1 Tipo de pesquisa

Quanto ao tipo de pesquisa, pode-se classificá-la como sendo exploratória-descritiva, com abordagem predominantemente qualitativa.

É exploratória porque objetiva maior familiaridade com as questões levantadas, tornando-as explícitas, contribuindo com a construção de hipóteses (KAUARK; MANHÃES; MEDEIROS, 2010, p. 28). Segundo Gil (2008, p. 48); Lakatos e Marconi (2013, p. 69), a pesquisa é caracterizada como descritiva por:

[...] estudar as características de grupos específicos (produtores e integradores) e ou descobrir a existência de associações entre variáveis, se valendo da técnica padronizada de coleta de dados, questionários e observação sistemática, (GIL, 2008, p. 48; LAKATOS E MARCONI, 2013, p. 69).

3.2 Objeto de estudo

O objeto de estudo materializou-se nos contratos de integração da avicultura de corte no município de Bonito-PE. Tais contratos caracterizam-se, aprioristicamente, como instrumento de manutenção da atividade econômica. Estes, ao mesmo tempo em que fazem parte do ambiente institucional e ditam as “regras do jogo” entre integradoras e avicultores, deixam de refletir uma série de questões que impactam nas estruturas de governança, nas decisões econômicas e na remuneração dos elos estudados, em decorrência da alta especificidade dos ativos e da frequência das transações, justificando uma atenção especial no campo da pesquisa.

3.3 Perfil do público alvo

Optou-se por investigar dois elos da cadeia produtiva da avicultura de corte que transacionam entre si através de contratos formais e informais de integração:

- Os produtores avícolas integrados do município de Bonito-PE.
- As integradoras avícolas (com ou sem frigoríficos) que transacionam com esses avicultores.

3.3.1 Especificações das atividades econômicas dos grupos analisados

O primeiro grupo analisado foi o dos produtores de frango de corte localizados no município de Bonito-PE, que de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0, pertence à classe 0155-5 de criação de aves, subclasse 0155-5/01, voltada à criação de frangos para corte. Esta subclasse compreende a criação de frangos para corte e não engloba a produção de pintos de 1 dia, a criação de outros galináceos exceto para corte, a produção de ovos de galinha, o abate de aves, a preparação de produtos de carne e a preparação de subprodutos do abate.

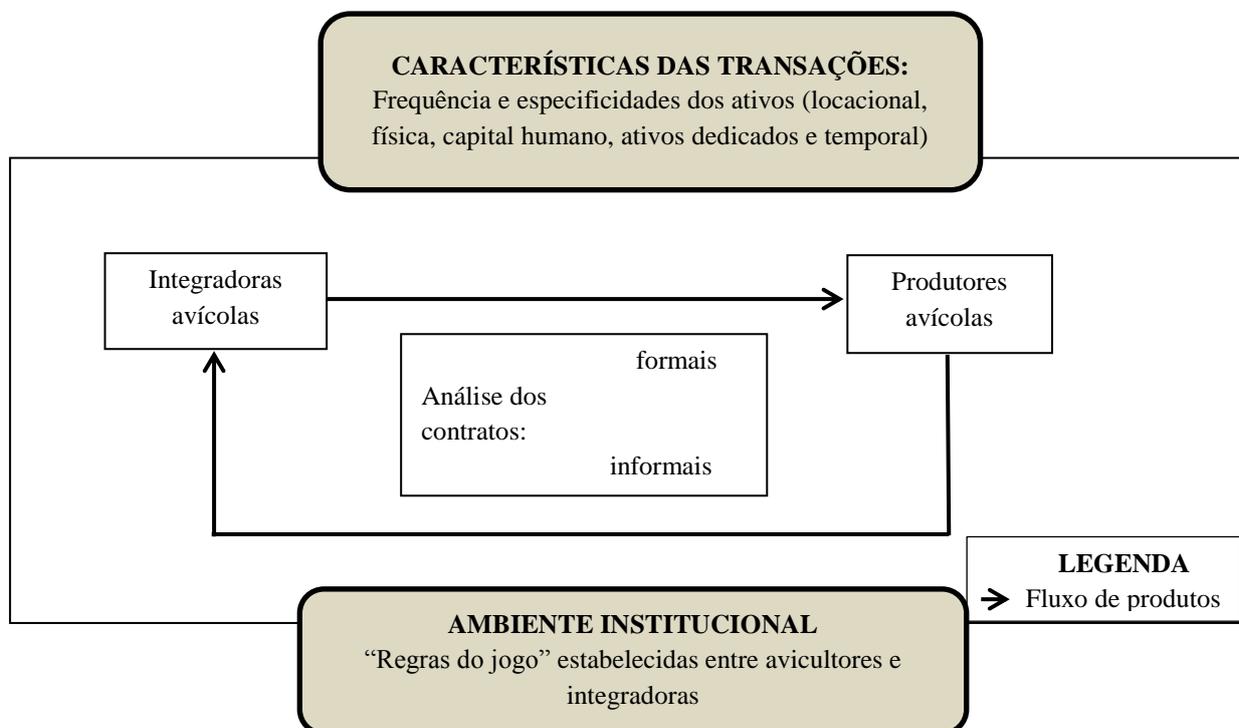
O segundo sujeito dessa pesquisa é composto pelas quatro integradoras avícolas que transacionam com os produtores de Bonito-PE e que segundo a Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0, pertence à classe 1012-1, referente ao abate de suínos, aves e outros pequenos animais, subclasse 1012-1/01, abate de aves. Esta subclasse compreende o abate de aves, a preparação de produtos de carne e de conservas de carne, a preparação de produtos de salsicharia e outros embutidos de aves e a obtenção e tratamento de subprodutos do abate como penas e peles. Cabe ressaltar que nessa pesquisa e para essa classificação, foram consideradas também as firmas que não possuem abatedouros, mas que, porém, fornecem parte dos insumos necessários à atividade e responsabilizam-se pela comercialização dos frangos.

Esta subclasse não compreende a produção de pratos prontos e congelados à base de carne de aves e o abate de aves realizado pelo comércio. Todavia, cabe informar que esta classificação engloba apenas duas das integradoras pesquisadas, as que possuem abatedouros, não compreendendo as que não possuem abatedouros (sem classificação econômica específica), que trabalham com a comercialização de frangos vivos e que também compõem o trabalho.

3.4 Modelo de análise

Para atender aos objetivos da pesquisa optou-se por uma abordagem microanalítica da ECT, tendo como unidade principal de análise os contratos de integração (formais e informais), balizadores das transações na avicultura integrada de corte. Dessa forma, levando-se em consideração aspectos do macroambiente e do microambiente, o foco do modelo proposto está na análise dos contratos estabelecidos entre os elos produtores avícolas e integradoras, de acordo com as características das transações e o ambiente institucional.

Figura 2 – Esquema representativo do modelo de análise



Fonte: Elaborado pela autora baseada no referencial teórico e pesquisa exploratória (2015).

3.5 Definição do universo da pesquisa

O universo da pesquisa é composto pelos avicultores integrados do município de Bonito-PE e integradoras com as quais transacionam.

No período da pesquisa, havia catorze (14) avicultores no município (MTE, 2014). Através de técnica censitária foi abordado todo o universo de catorze (14) avicultores, além das quatro (4) integradoras que transacionam com os mesmos.

3.6 Área de execução da pesquisa

A pesquisa foi executada no município de Bonito-PE, localizado na região de desenvolvimento do agreste central, a 141 Km da capital Recife. Este possui uma área de 395,613 Km², densidade demográfica de 94,96 habitantes por Km², um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,561 e uma população residente (IBGE, 2010) de 37.566 pessoas, sendo 70% localizada na área urbana e 30% na área rural. Seu Produto Interno Bruto (PIB) atingiu 239.712 (1000 R\$) a preços correntes de 2012 e PIB per capita de R\$ 6.386 reais, com uma composição setorial do Valor Adicionado Bruto (VAB) de 72,4% no setor de serviços, 16,0% da indústria e 11,6% na agropecuária, o que significou um incremento de R\$ 26.391 mil reais adicionado por este último segmento.

Dentre as atividades agropecuárias do município, a avicultura é a que apresenta a maior participação, sendo responsável por 50% dos estabelecimentos do setor e contribuindo com 47,2% dos empregos formais gerados pelo segmento.

Figura 3– Mapa do município de Bonito-PE



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os últimos números oficiais divulgados pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) de 2014, Bonito ocupa a segunda posição no Estado de Pernambuco em número de produtores avícolas, juntamente com Paudalho e Vitória de Santo Antão, ficando atrás apenas do município de São Bento do Una. (Quadro 4)

Quadro 4 - Municípios com os maiores quantitativos de produtores avícolas de Pernambuco, 2014

Municípios	Total em valores absolutos	Ranking
São Bento do Una	29	1º
Bonito	14	2º
Paudalho	14	2º
Vitória de Santo Antão	14	2º
Pombos	13	3º
Garanhuns	10	4º
São José do Egito	10	4º
Carpina	9	5º
Nazaré da Mata	9	5º
Bezerros	8	6º
Camaragibe	8	6º
Caruaru	7	7º
Glória do Goitá	7	7º
Belo Jardim	6	8º
Lagoa do Carro	6	8º
Recife	6	8º
Agrestina	5	9º
Bom Conselho	5	9º
Igarassu	5	9º
Paulista	5	9º
Pesqueira	5	9º
Petrolândia	5	9º
Barra de Guabiraba	4	10º
Jaboatão dos Guararapes	4	10º
Petrolina	4	10º
Riacho das Almas	4	10º
Total dos 10 primeiros	216	76,9%
Total geral em PE	281	100,0%

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do MTE (2014).

3.7 Construção dos instrumentos de coleta de dados

Seguindo a recomendação voltada a pesquisadores do campo institucional, optou-se por utilizar diversos métodos tanto na fase de coleta dos dados, quanto na análise dos resultados (VERGARA, 2005).

Para o desenvolvimento metodológico dessa pesquisa, buscou-se inicialmente adequar os conceitos teóricos da Nova Economia Institucional, mais especificamente a vertente da Economia dos Custos de Transação à realidade da avicultura de corte do município de Bonito-PE. Para que fosse possível foi necessário analisar os atributos das transações (frequência e especificidade dos ativos) e o ambiente institucional macro instituído pelo MAPA, para só então dá seguimento à proposta do trabalho, a análise dos contratos de integração (ambiente institucional micro), estabelecidos entre os avicultores e integradoras com as quais transacionam.

Após definição das categorias de análise utilizadas no modelo proposto, partiu-se para delinear a construção dos questionários.

A estrutura dos questionários aplicados contemplou perguntas abertas (qualitativa) e fechadas (quantitativa), às quais possibilitaram avaliar o alinhamento das práticas contratuais com os atributos das transações.

3.8 Procedimentos de coleta dos dados

Optou-se pela utilização de três procedimentos de pesquisa na fase de coleta de dados:

- 1) Levantamento de dados secundários do setor, abrangendo consulta a literatura corrente e a fontes oficiais do segmento, a exemplo da Associação Avícola de Pernambuco – AVIPE, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, através de sua subdivisão de aves e suínos, da Associação Brasileira de Proteína Animal – ABPA, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, periódicos e bancos de teses e dissertações, dentre outros.
- 2) Pesquisa exploratória para coleta de documentos e contratos de integração, realizada em agosto de 2015.
- 3) Aplicação de dois questionários semiestruturados junto aos avicultores integrados e técnicos das integradoras em outubro de 2015.

3.8.1 Questionário semiestruturado para os avicultores integrados

A aplicação do questionário com os avicultores integrados buscou obter informações acerca das práticas contratuais na perspectiva da ECT, definida no referencial teórico.

O questionário aplicado constou de 37 questões no total, estruturadas da seguinte forma: as questões fechadas foram analisadas através de estatística descritiva e as questões abertas através da análise de conteúdo, algumas transformadas posteriormente em tabelas.

Afora a parte de identificação da empresa, o questionário subdividiu-se em quatro blocos a saber: Bloco 1: Caracterização da cadeia produtiva (10Q); Bloco 2: Atributos das transações (13Q); Bloco 3: Ambiente institucional (5Q); Bloco 4: Práticas contratuais (9Q).

3.8.2 Questionário semiestruturado para os técnicos das integradoras

A aplicação do questionário com os técnicos das integradoras responsáveis pelo monitoramento da produção nas granjas, buscou também obter informações acerca das práticas contratuais na perspectiva da ECT, na visão do elo integradoras avícolas.

O questionário aplicado constou de 39 questões no total, estruturadas da seguinte forma: as questões fechadas foram analisadas através de estatística descritiva e as questões abertas através da análise de conteúdo, a posteriori também transformadas em sua maioria em tabelas.

Afora a parte de identificação da empresa, o questionário subdividiu-se em quatro blocos a saber: Bloco 1: Caracterização da cadeia produtiva (13Q); Bloco 2: Atributos das transações (9Q); Bloco 3: Ambiente institucional (7Q); Bloco 4: Práticas contratuais (10Q).

3.9 Método de análise

Os contratos foram analisados em função de três indicadores principais:

- 1) A existência da formalidade contratual (escrito e assinado pelas partes) para alguns avicultores.
- 2) O conteúdo dos contratos que, em última instância definem as relações entre os atores e refletem a frequência das transações e as especificidades dos ativos.
- 3) O ambiente institucional estabelecido entre as partes, em parte reflexo dos Programas e Normativas do MAPA e que foram identificados em algumas das cláusulas contratuais e documentação apresentada pelos avicultores do município.

Para o atributo das transações definido como frequência, a análise baseou-se nas características descritas por Zylberstajn (1995, p. 59) ao retomar o pensamento de Williamson⁶ (1985), subdividindo-a em:

Quadro 5 – Características das frequências das transações

Frequência das transações	Legenda
$f = 1$	Para as transações realizadas uma única vez
$f = 0$	Para as transações ocasionais
$f = r$	Para as transações recorrentes

Fonte: Williamson (1985); Zylberstajn (1995).

Em relação aos atributos das transações conceituados como especificidade dos ativos, os mesmos serão analisados da seguinte forma:

A especificidade locacional inicialmente através de análise da documentação disponibilizada pelos avicultores integrados e posterior cálculo das distâncias entre os municípios onde estão instaladas as granjas matrizeiras, incubatórios e fábricas de ração das integradoras para os dez municípios com os maiores quantitativos de avicultores, segundo os últimos números divulgados pelo MTE (2014). Para tal, foi utilizado o site de cálculo de distâncias AondeFica.com.

As demais especificidades dos ativos: físico, de capital humano, ativos dedicados e temporal foram analisadas em função do que acha-se registrado nos contratos base, na documentação disponibilizada pelos avicultores e no que foi identificado na pesquisa de campo.

⁶ WILLIAMSON, Oliver Eaton. 1985. “**The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**”. The Free Press, New York.

Em relação aos níveis de especificidade dos ativos, os mesmos serão analisados conforme proposto por Williamson⁷ (1985 apud ZYLBERSTAJN, 1995, p. 58) entre totalmente reutilizáveis, ativos com nível intermediário de especificidade ou altamente específicos. (Quadro 6)

Quadro 6 – Níveis de especificidade dos ativos

Níveis de especificidade	Legenda
$K = 0$	Ativos totalmente reutilizáveis
$K = m$	Ativos com nível intermediário de especificidade
$K = \infty$	Ativos altamente específicos

Fonte: Williamson (1985); Zylberstajn (1995).

⁷ WILLIAMSON, Oliver Eaton. 1985. “**The Economic Institutions of Capitalism: Firms, Markets, Relational Contracting**”. The Free Press, New York.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Caracterização da cadeia produtiva do frango de corte em Bonito-PE

No município de Bonito-PE, 92,9% das granjas utilizadas na avicultura de corte são de propriedade dos avicultores, com apenas um dentre os catorze pesquisados utilizando galpões arrendados. (Tabela 7)

Tabela 7– Sistema de posse das granjas
trabalhadas em Bonito-PE - 2015

Propriedade das granjas	f	%
Próprias	13	92,9
Arrendadas	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A capacidade de alojamento das granjas do município é de 1,08 milhão de pintos por ciclo, com apenas um dos produtores sendo responsável por mais de 38,0% da capacidade de alojamento. (Tabela 8)

Tabela 8 - Capacidade de alojamento
(cabeças) das granjas de Bonito-PE, 2015

	Aves alojadas (Cabeças)	%
Avicultor 9	10.000	0,9
Avicultor 10	17.000	1,6
Avicultor 8	18.000	1,7
Avicultor 11	24.000	2,2
Avicultor 3	32.000	3,0
Avicultor 14	38.000	3,5
Avicultor 1	40.000	3,7
Avicultor 6	45.000	4,2
Avicultor 7	46.000	4,3
Avicultor 2	80.000	7,4
Avicultor 13	84.000	7,8
Avicultor 5	100.000	9,3
Avicultor 4	135.000	12,5
Avicultor 12	411.000	38,1
Total	1.080.000	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A avicultura de corte é uma atividade econômica importante para a geração de trabalho e renda não apenas nos elos à montante e à jusante da cadeia produtiva, mas também para a fixação do homem no campo, aprioristicamente fornecendo as condições necessárias para seu desenvolvimento.

Nessa perspectiva, quando sondados sobre a mão-de-obra contratada especificamente para a atividade, três avicultores afirmaram possuir duas pessoas trabalhando nos aviários, outros três que possuem cinco trabalhadores e mais dois avicultores responderam que possuem apenas dois trabalhadores. O restante das opções citadas não ultrapassou a frequência de uma citação e variou entre uma faixa de uma a vinte e três pessoas ocupadas, números aparentemente pequenos, mas que ao considerar-se que se trata de apenas um dos muitos municípios integrantes da cadeia nacional, torna-se substancial. (Tabela 9)

Tabela 9 – Total de pessoas ocupadas na atividade avícola de Bonito-PE, 2015

Total de pessoas	f	%
Uma pessoa	1	3,0
Duas pessoas	3	9,1
Três pessoas	2	6,1
Quatro pessoas	1	3,0
Cinco pessoas	3	9,1
Oito pessoas	1	3,0
Nove pessoas	1	3,0
Dez pessoas	1	3,0
Vinte e três pessoas	1	3,0
Total	33	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outra questão chave em relação aos trabalhadores da atividade avícola dentro das granjas é a alta especificidade desses recursos humanos, decorrente da necessidade de um manejo rigoroso, que inicia-se antes do início do ciclo produtivo, com a construção de aviários com metragens específicas e preparação dos galpões, passando por normas de biossegurança, vazio sanitário de cerca de quinze dias, controle da ambiência, disponibilidade de água e ração nas quantidades e qualidade adequadas, fazendo com que essa mão-de-obra esteja em constante atualização através do monitoramento semanal e repasse de informações sobre manejo, realizado pelos técnicos e veterinários das integradoras.

Em relação às linhagens dos frangos, segundo a EMBRAPA (1992), algumas dessas linhagens disponíveis no mercado são: Arbor Acres, Cobb, Hybro, Hubbard, Indian River, Isa Vedette, Peterson, Pilch e Ross.

Em Bonito-PE verificou-se que 42,9 % trabalham com a linhagem Cobb, 21,4% com a linhagem Ross e outros 35,7% afirmaram alojar ambas as raças, Cobb e Ross, informação interessante quando verificou-se que há cerca de vinte anos atrás a linhagem Ross não havia sido identificada na Região Nordeste (Menelau, 1996, p. 61), demonstrando a contínua evolução da cadeia produtiva. (Tabela 10)

Tabela 10 – Linhagem dos galináceos alojados em Bonito-PE, 2015

Raça	f	%
Cobb	6	42,9
Ross	3	21,4
Cobb e Ross	5	35,7
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação à tecnologia utilizada, 56,8% dos galpões possui a tecnologia de pressão positiva (descrita pelos avicultores como sendo a que possui comedouros automáticos) e 43,2% tecnologia convencional (comedouros pendulares). A tecnologia com total controle da ambiência realizada por computadores (pressão negativa), ainda não chegou aos aviários do município. (Tabela 11)

Tabela 11 – Tecnologia utilizada nos galpões das granjas em Bonito-PE, 2015

Tecnologia	f	%
Pressão positiva	50	56,8
Convencional	38	43,2
Pressão negativa	0	0,0
Total	88	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação ao padrão das edificações para frangos de corte verificou-se que as metragens dos galpões do município estão de acordo com as recomendações da EMBRAPA (1992), que especifica como padrão uma largura de 12 m e comprimento variando de 50 a 150 m. Foram identificados galpões tanto com 12 m quanto de 10 m de largura, com comprimento variando entre o mínimo de 50 m até 1.140 m e tecnologia de pressão positiva (comedouros automáticos), totalizando cinquenta galpões; nos convencionais (que possuem comedouros pendulares) verificou-se largura de 10m e de 12m e comprimento de até 124 m, totalizando trinta e oito galpões. Observou-se ainda que nove deles apresentaram área inferior à recomendada, possuindo 10 m de largura por 20 m de comprimento, com tecnologia convencional. Cabe ainda ressaltar que, as integradoras antes de decidirem sobre a quantidade de pintos a ser alojada, efetuam toda a análise dos galpões e da tecnologia empregada. (Tabela 12)

Tabela 12 – Total de galpões por metragem e tipo de tecnologia utilizada em Bonito-PE, 2015

Tecnologia	Área	f
Pressão positiva	10x50	9
Pressão positiva	10x80	1
Pressão positiva	10x120	5
Pressão positiva	10x122	1
Pressão positiva	10x124	1
Pressão positiva	10x132	1
Pressão positiva	10x144	1
Pressão positiva	10x160	1
Pressão positiva	10x170	1
Pressão positiva	10x730	2
Pressão positiva	10x900	2
Pressão positiva	10x1.040	2
Pressão positiva	10x1.100	2
Pressão positiva	10x1.140	1
Pressão positiva	12x120	1
Pressão positiva	12x128	8
Pressão positiva	15x150	11
Convencional	10x20	9
Convencional	10x50	2
Convencional	10x60	3
Convencional	10x80	3
Convencional	10x100	17
Convencional	12x100	2
Convencional	12x120	1
Convencional	12x124	1
Total de galpões		88

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dentre as fontes de energia utilizadas nesses galpões, 64,3% dos avicultores utilizam a lenha para aquecimento de seus plantéis, com três deles atrelando o uso da lenha a um tipo de caldeira conhecida como Delbone. Com essa tecnologia a fumaça é expelida para fora dos aviários, ao contrário da utilização convencional da lenha, onde a fumaça é contida dentro dos galpões. Estima-se que a utilização desse tipo de caldeira economize metade da lenha e apenas três avicultores do município possuem essa tecnologia, utilizada em apenas um de seus galpões.

Outros 28,6% utilizam o gás e apenas um avicultor utiliza energia elétrica no aquecimento. (Tabela 13)

Tabela 13 – Fontes de energia utilizadas nas granjas de Bonito-PE, 2015

Fonte de energia	f	%	Fonte de energia	f	%
			Lenha	6	42,9
Lenha	9	64,3%	Lenha (Com caldeira)	3	21,4
			Gás	4	28,6
Outras fontes	5	35,7%	Energia elétrica	1	7,1
Total	14	100,0	Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ainda sobre as fontes de energia utilizadas no aquecimento dos plantéis do município, a questão da lenha chamou atenção por ter rebatimento na sustentabilidade e por ser delimitada por legislação ambiental específica. Pareyn et al.(2010, p.99-115), acerca da forma de exploração da lenha, destaca três modalidades possíveis: a primeira através de desmatamento legal para abertura de pastagens e fins agrícolas, a segunda por meio do manejo florestal com autorização prévia dos órgãos competentes e a terceira através do desmatamento ilegal. Gomes et. al. (2013, p. 57-58) também destacam que é possível ser aplicado no bioma caatinga o manejo florestal sustentável, numa perspectiva de conjunção ambiental e econômica, informação relevante pelo fato de algumas citações remontarem a lenha advinda do sertão.

Ao verificar-se o percentual dos avicultores que citaram o uso da lenha (64,3% do total), entrou-se em contato por telefone para sondar-se o tipo de madeira utilizada e a origem, predominantemente de árvores frutíferas e em menor escala eucalipto, algaroba e bagaço de cana. (Tabela 14)

Tabela 14 – Origem da lenha e tipos utilizados
na avicultura de Bonito-PE, 2015

Origem da lenha	f	Tipos de madeiras
Bonito	2	Eucalipto e árvores frutíferas
Ibimirim	1	Algaroba
Sertão e usinas da região	1	Bagaço de cana (brinquete) e algaroba
Bonito	3	Árvores frutíferas
Sairé, Camocim e Barra de Guabiraba	1	Árvores frutíferas, jurema e carvão
Bonito e Barra de Guabiraba	1	Eucalipto
Total	9	-

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outra questão importante em relação à sanidade e manejo das aves e que também tem rebatimento na sustentabilidade do segmento é a cama de galinha, material utilizado para cobrir o chão dos galpões e evitar o contato dos pintos e frangos com o piso. Quando não manipulada de forma adequada, pode endurecer causando o que se conhece por “emplastamento”, podendo machucar os pés dos frangos e impactar negativamente nas exportações desses para o Japão, segundo um dos integrados de uma das maiores agroindústrias avícolas que transacionam com avicultores do município.

A maior parte dos avicultores utiliza bagaço de cana (35,7%), palha de arroz (14,3%) ou ambos (35,7%). O bagaço da cana advém das usinas de Pernambuco, a palha de arroz do Maranhão e a maravalha/cavaco de uma fábrica de móveis localizada no município em questão. (Tabela 15)

Tabela 15 – Tipos de camas de aviário utilizados na avicultura de Bonito-PE, 2015

Tipos de cama de galinha	f	%
Bagaço de cana	5	35,7
Palha de arroz	2	14,3
Maravalha / Cavaco	1	7,1
Bagaço de cana e palha de arroz	5	35,7
Maravalha / Cavaco e Bagaço de cana	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Dos catorze avicultores, 57,1% afirmaram comercializar essas camas de aviário como adubo, 28,6% utilizam como adubo em suas propriedades, 7,1% como adubo tanto para consumo próprio quanto para venda e 7,1% (um avicultor) citou outras opções.

Na coleta dos frangos, constatou-se que os avicultores integrados às duas maiores integradoras (64,3% do total) efetuam o procedimento através de esteiras automatizadas, enquanto os demais avicultores fazem a coleta utilizando sacos. Esses que utilizam sacos são os integrados de duas das integradoras que comercializam as aves vivas na região. (Tabela 16)

Tabela 16 – Forma de retirada dos frangos nas granjas de Bonito-PE, 2015

Retirada dos frangos	f	%
Por esteiras	9	64,3
Por sacos	5	35,7
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Uma variável que impacta consideravelmente nos custos totais, incluindo os custos de transação, trata-se do transporte e nesse item, 92,9% dos avicultores afirmaram que as integradoras responsabilizam-se tanto pela entrega dos insumos (pintos de um dia, rações, medicamentos, desinfetantes), quanto pela coleta dos frangos. Apenas um avicultor afirmou se responsabilizar pelo transporte, cabendo a observação de que sua integradora também localiza-se no mesmo município. (Tabela 17)

Tabela 17 – Responsabilidade pelo frete
na avicultura de Bonito-PE, 2015

Responsável	f	%
Integradora	13	92,9
Avicultor	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação às integradoras que trabalham com avicultores de Bonito-PE, suas sedes principais localizam-se nos municípios de Belo Jardim, Bezerros, Bonito e Carpina e começaram a integrar avicultores do município desde os anos de 1980, 1988, 1994 e 2000. Duas delas possuem abatedouros próprios nos municípios pernambucanos de Belo Jardim e Nazaré da Mata, além de um abatedouro localizado no Estado da Bahia. Uma terceira está com seu abatedouro em fase de projeto. A capacidade de abate das mesmas é de 3,1 milhões de aves/mês, 1,7 milhões de aves/mês e 1,2 milhões de aves/mês, respectivamente.

Enquanto duas delas utilizam frota própria e terceirizada em suas entregas, as outras duas terceirizam as entregas e coletas dos frangos e apenas duas exportam.

Suas fábricas de ração localizam-se nos municípios pernambucanos de Garanhuns, Bezerros, Bonito e Carpina, além das unidades localizadas nos Estados do Maranhão, Bahia e Paraíba.

Em relação às empresas das quais adquirem vacinas e medicamentos, as empresas multinacionais citadas foram: Fordog, Merial, Induquer, DSM, Pfizer, Hipra, Phibro, Loman-Ceva, Biosyn e Vetanco. Quanto às nacionais: Zoetis, Farmabase, Tectron, Mcassab, Polinutri, Interchange, Desvet, Alltech, Ourofino, Sauvet e PolySell.

Em relação à cadeia produtiva avícola principal, as etapas próprias ou controladas pelas integradoras foram as seguintes:

- 1) Incubatório, granjas matrizeiras e granjas de frango de corte.
- 2) Dois incubatórios e granja matrizeira, além de terceirizar mais um incubatório da empresa Ebaves, localizada na BR232, Bezerros-PE.
- 3) Granjas matrizeiras, além de incubar os ovos na Ebaves.
- 4) Não dispõe da propriedade e controle de nenhuma das etapas da cadeia principal.

Em relação à aquisição de material genético, as empresas citadas foram as seguintes:

Globoaves, maior produtora independente de ovos férteis e pintos de um dia da América Latina, líder na exportação de ovos férteis. Possui equipamentos de classificação de ovos e realizam a ovoscopia e vacinação in ovo, tudo supervisionado por equipe certificada. A empresa possui unidades no Paraná, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais e Mato Grosso, além de escritórios de vendas em Pernambuco, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo. Também dispõe de unidades na Argentina e no Paraguai.

Uma segunda integradora citou a Coob Vantrex (empresa americana) como fornecedora de ovos férteis, incubados na Ebaves.

A terceira integradora afirmou adquirir os pintos de um dia da empresa G3, localizada no município de Pombos.

A produção das integradoras é escoada para: atacadistas e varejistas (duas delas); atacadistas, varejistas e exportadoras (para uma delas) e a última comercializa via atacadistas, varejistas e *tradings*.

Dentre os derivados de frangos utilizados em outras cadeias produtivas foram enumerados, a saber: as penas utilizadas na composição das rações; vísceras na farinha de carne e óleo de frango. Cabe ressaltar que essas foram as respostas de apenas duas integradoras, já que as demais comercializam frangos vivos.

Em relação à utilização de normas e manuais de boas práticas pelas integradoras, uma delas afirmou seguir as normas do MAPA, duas que seguem as recomendações da Adagro e a última informou possuir e seguir uma série de manuais próprios, a exemplo do procedimento operacional padrão (POP) e manual de manejo, além das campanhas de aquecimento, qualidade da água, bem-estar animal, recebimento de ração e alojamento.

4.2 Características das transações

4.2.1 Frequência das transações

A frequência com que ocorrem as transações além de configurar-se como um de seus atributos, reflete a especificidade dos ativos, inter-relacionando-se, em alguns casos, com outras especificidades, a exemplo da especificidade dos ativos locacional e de ativos dedicados.

Cabe ressaltar que nessa pesquisa considerou-se ativos dedicados os pintos, frangos, medicamentos e vacinas, já que a utilização dos mesmos para outras finalidades acarretaria alteração nos custos e na receita dos agentes.

Para Azevedo (1996, p. 156), custos decorrentes desse tipo de especificidade advêm das condições de mercado geradas pelo produto e definidas pela proporção do que é transacionado, pressuposto esse atestado pela proporção de integração da avicultura de corte, estimada em mais de 90%, ou seja, com investimentos voltados ao atendimento de um determinado mercado.

Os frangos criados no modelo de integração são específicos em relação ao mercado consumidor e conseqüentemente à agroindústria processadora, explicando o peso e idade exigidos para coleta. Também são específicos em relação às integradoras que trabalham com frangos vivos, as quais comercializam com consumidores de perfil diferenciado, que exigem frangos maiores e vivos para serem abatidos na hora, típico das donas de casa nordestinas do interior. Assim, em decorrência da especificidade do mercado gerado pelo produto frango, as frequências das transações relativas às entregas dos pintos, das rações, dos medicamentos e vacinas, além da coleta dos frangos são diferentes para os dois tipos de mercado identificados.

Dessa forma, quanto maior a frequência das transações, maior a probabilidade de construção de reputação e limitação ao comportamento oportunista (Cabral, 2011, p.108), variáveis necessárias às transações bilaterais de longo prazo.

Outro tipo de especificidade que interfere na frequência das transações é a especificidade temporal, referente ao tempo necessário para efetivação da transação, disso dependendo seu valor de retorno. Tanto as vacinas e medicamentos quanto os pintos de um dia e os frangos estão relacionados ao aspecto temporal. Os medicamentos e vacinas pelo fato de serem controlados pelo ambiente institucional na importação, fabricação e uso, são prescritos para serem utilizados em quantidades e prazos definidos de acordo com a idade dos pintos, data de abate e ocorrência de doenças.

Ainda sobre as vacinas e pintos de um dia, cabe destacar a Portaria nº 70 de 03/03/1994, que institui que as aves de um dia deverão ser expedidas diretamente do incubatório ao local de destino e obrigatoriamente vacinadas contra a doença de Marek, comprovando além da especificidade temporal das vacinas e dos pintos de um dia, a especificidade locacional decorrente da necessidade de proximidade dos incubatórios dos aviários de engorda, para que os pintos de um dia não desidratem e impactem nos investimentos realizados.

Dessa forma, constatou-se que 85,7% das entregas de pintos de um dia são realizadas de uma única vez e apenas eventualmente em duas entregas. Esse tipo de transação é caracterizada como de frequência realizada uma única vez ($f = 1$). (Tabela 18)

Tabela 18 - Frequência de entrega dos pintos de um dia nas granjas de Bonito-PE, 2015

Frequência	f	%
Uma vez	12	85,7
Duas vezes	2	14,3
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Ao analisar-se o resultado da entrega das rações à luz da teoria dos custos de transação, o primeiro questionamento que nos ocorre é identificar o motivo dessas entregas não serem realizadas de uma só vez para que se obtenha menores custos de transação advindos da especificidade locacional. E novamente a resposta refere-se à especificidade do produto transacionado, passível de contaminação não apenas no transporte, mas principalmente no armazenamento. Além disso, para cada fase de engorda há um tipo de ração indicada, de acordo com a idade dos pintos. A frequência da entrega das rações é do tipo recorrente, caracterizada como $f = r$. (Tabela 19)

Tabela 19 - Frequência da entrega das rações por ciclo

Quantitativo	f	%
Três vezes	1	7,1
Oito vezes	2	14,3
Dez vezes	3	21,4
Onze vezes	1	7,1
Dezoito vezes	1	7,1
Dezenove vezes	1	7,1
Vinte vezes	2	14,3
Trinta vezes	1	7,1
Trinta e três vezes	1	7,1
Não soube informar	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Pela análise da documentação disponibilizada pelas integradoras que possuem abatedouros, verificou-se que os avicultores recebem de três a seis tipos de rações. A documentação comprobatória atestando a composição das rações é enviada aos avicultores por duas das integradoras, juntamente com a Nota Fiscal. Uma delas trabalha com três tipos básicos de ração, a de corte inicial, corte crescimento e corte acabamento. Na documentação apresentada pela agroindústria que produz sua própria ração, consta selo de controle do MAPA e informação de utilização de grãos transgênicos, onde constata-se o controle exercido pelo ambiente institucional para esse tipo de insumo. (Tabela 20)

Tabela 20 - Quantidade de rações utilizadas pelos avicultores de Bonito-PE

Respostas	f	%
Três tipos	2	14,3
Quatro tipos	9	64,3
Cinco tipos	1	7,1
Seis tipos	2	14,3
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

As rações são compostas predominantemente de milho, soja e premix, além de vitaminas, minerais, farinha de carne ou farelo de soja. Também foram citados probióticos, sorgo e calcário.

Em relação à entrega de vacinas e medicamentos, em relação à Portaria nº 70 de 03/03/1994, as vacinas além de serem registradas no MAPA e de ser obrigatória a vacinação nos incubatórios contra a doença de Marek, cabe destacar uma das regras estabelecidas pela Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que aprova no âmbito do PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle:

-Controle de vacinas por Unidade da Federação (UF) referente à quantidade produzida ou importada e da quantidade utilizada.

Essa normativa justifica o motivo dos pintos já saírem vacinados dos incubatórios e dos medicamentos serem enviados apenas eventualmente quando há ocorrência de alguma doença e aplicados na água segundo cinco avicultores, em quantidades controladas. Esse tipo de transação é caracterizada como ocasional ($f = 0$) para os medicamentos e realizada apenas uma vez ($f = 1$) para as vacinas transacionadas por apenas uma integradora. Tanto os medicamentos quanto as vacinas configuram-se como insumos altamente específicos ($k = \infty$).

A exceção dessa integradora que envia vacinas duas vezes por ciclo produtivo a seus integrados explica-se pela teoria dos custos de transação ao corroborar com a possibilidade de criação de reputação, necessária para parcerias de longo prazo.

Outra exceção foi um dos avicultores ter realizado migração para outra integradora à época da pesquisa de campo, logo, impossibilitando a análise para essa questão. (Tabela 21)

Tabela 21 - Frequência da entrega de medicamentos

Respostas	f	%
Uma vez	1	7,1
Não avaliado	1	7,1
Eventualmente	12	85,7
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Constatou-se ainda que as integradoras também enviam defensivos e fungicidas para limpeza das granjas eventualmente ($f=0$), além de vitaminas quando o peso está abaixo do previsto. Ademais, um dos avicultores também utiliza formol na pulverização das granjas.

4.2.2 Especificidade dos ativos

Sobel (2011, p. 740-741) ao resgatar o pensamento de Williamson (1996), afirma que as especificidades dos ativos surgem de diversas situações e são de seis tipos: locacional, capital físico, de capital humano, ativos dedicados, marca e temporal. Verificou-se cinco dessas especificidades nas transações contratuais estabelecidas entre as integradoras e os avicultores de Bonito-PE.

A primeira delas, a especificidade locacional objetiva não apenas diminuir os custos com transporte, mas também os custos com armazenagem. Logo, à medida que as distâncias entre as granjas matrizeiras, incubatórios e fábricas de ração das integradoras diminuem em relação a seus avicultores integrados, subentende-se uma queda nos custos de transação, pelo menos aprioristicamente, apesar de que em se tratando das rações, mesmo as entregas realizadas para pequenas distâncias são recorrentes, em decorrência da especificidade desse tipo de produto.

Dessa forma, inicialmente ao invés de apenas descrever-se a especificidade locacional como a maioria dos trabalhos que utilizam o mesmo arcabouço teórico faz, optou-se por utilizar-se um site de cálculo de distâncias entre cidades distintas. Também incluiu-se nos referidos quadros, as regiões de desenvolvimento, altitude e clima dos dez municípios que possuem os maiores quantitativos de produtores avícolas de Pernambuco (MTE, 2014), variáveis essas relacionadas à ambiência, objetivando-se melhor subsídio à análise.

Após cálculo das distâncias entre os municípios e identificação das regiões de desenvolvimento, altitudes e clima de cada um deles, verificou-se que a maioria desses municípios localiza-se no agreste central (nove do total), região que possui um clima que vai desde o úmido, subúmido, seco subúmido ao semiárido, com altitude variando entre 407 e 654 m.

Observou-se também que as regiões de desenvolvimento (Região Metropolitana e Mata Norte) englobam ambas cinco municípios do *ranking* dos dez que possuem os maiores números de avicultores do Estado, seguidas pelas regiões da Mata Sul e Agreste Meridional, com dois municípios cada uma e por fim, apresentando apenas um município cada, as regiões do Sertão do Pajeú, Sertão do São Francisco e Sertão de Itaparica. Ou seja, pela variedade de climas por regiões de desenvolvimento, essa não foi considerada uma das características preponderantes na escolha da implantação e desenvolvimento da atividade avícola nos municípios em questão, demonstrando que com a atual tecnologia e manejo adequado, os problemas de ambiência são resolvidos. (Quadro 7)

Quadro 7 – Municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores por regiões de desenvolvimento, altitude da sede em m e clima

Município	Ranking	Região de Desenvolvimento	Altitude da sede (m)	Clima
Pesqueira	9º	Agreste central	654	Seco subúmido
São Bento do Una	1º	Agreste central	614	Semi-árido
Belo Jardim	8º	Agreste central	608	Semi-árido
Caruaru	7º	Agreste central	554	Semi-árido
Barra de Guabiraba	10º	Agreste central	482	Úmido
Bezerros	6º	Agreste central	470	Semi-árido
Bonito	2º	Agreste central	443	Úmido e úmido subúmido
Agrestina	9º	Agreste central	427	Seco subúmido
Riacho das Almas	10º	Agreste central	407	Semi-árido
Jaboatão dos Guararapes	10º	Região Metropolitana	76	Úmido e subúmido
Camaragibe	6º	Região Metropolitana	55	Úmido
Igarassu	9º	Região Metropolitana	19	Úmido e subúmido
Paulista	9º	Região Metropolitana	13	Úmido e subúmido
Recife	8º	Região Metropolitana	4	Úmido e subúmido
Carpina	5º	Mata Norte	184	Seco subúmido
Glória do Goitá	7º	Mata Norte	158	Seco subúmido
Paudalho	2º	Mata Norte	69	Úmido e subúmido

Continua

Quadro 7 – Municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores por regiões de desenvolvimento, altitude da sede em m e clima

Conclusão

Município	Ranking	Região de Desenvolvimento	Altitude da sede (m)	Clima
Lagoa do Carro	8º	Mata Norte	128	Seco subúmido
Nazaré da Mata	5º	Mata Norte	89	Seco subúmido
Pombos	3º	Mata Sul	208	Úmido e subúmido
Vitória de Santo Antão	2º	Mata Sul	156	Seco subúmido
Garanhuns	4º	Agreste Meridional	842	Seco subúmido
Bom Conselho	9º	Agreste Meridional	654	Semi-árido e seco subúmido
São José do Egito	4º	Sertão do Pajeú	585	Semi-árido
Petrolina	10º	Sertão do São Francisco	376	Árido
Petrolândia	9º	Sertão de Itaparica	282	Árido

Fonte: Elaborado pela autora baseada em dados do MTE (2014); Banco de dados do Estado; Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade.

Ademais, cabe destacar que três das quatro integradoras avícolas que transacionam com os avicultores de Bonito-PE possuem suas sedes em outras cidades, justificando-se o cálculo das distâncias.

A primeira delas possui sua sede no município de Belo Jardim-PE, com unidade também em Garanhuns e granja matrizeira em Agrestina. Verificou-se que a distância média em Km de Belo Jardim para esses municípios foi de 154,0 Km, com amplitude de 499,0 Km, em decorrência da distância para o município de Petrolina, que excluindo-se da análise, obteve-se média de 138,2 Km, inferior em quase 20 Km. A distância calculada entre Belo Jardim e Bonito foi de 105,0 Km. (Quadro 8)

Quadro 8 – Distância em Km do município de Belo Jardim para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	24,2
Bonito	2º	105,0
Paudalho	2º	176,0
Vitória de Santo Antão	2º	139,0
Pombos	3º	121,0
São José do Egito	4º	190,0
Carpina	4º	188,0
Nazaré da Mata	5º	199,0
Bezerros	5º	79,3
Camargibe	6º	182,0
Caruaru	6º	54,1
Glória do Goitá	7º	155,0
Lagoa do Carro	8º	156,0
Garanhuns	8º	82,3
Recife	8º	183,0
Agrestina	9º	69,7
Bom Conselho	9º	130,0
Igarassu	9º	205,0
Paulista	9º	199,0
Pesqueira	9º	32,0
Petrolândia	9º	282,0
Barra de Guabiraba	10º	111,0
Jaboatão dos Guararapes	10º	177,0
Petrolina	10º	531,0
Riacho das Almas	10º	78,2
Média		154,0
Amplitude		506,8
Mediana		155,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o site Aondefica; MTE (2014).

Sua segunda unidade, localizada em Garanhuns, fica a 128,0 Km de Bonito-PE. A distância média em Km de Garanhuns para esses municípios é de 186,6 Km, com amplitude de 495,8 Km, decorrente da distância para o município de Petrolina, que ao ser excluído e recalculado, fornece média de 171,6 Km. (Quadro 9)

Quadro 9 – Distância em Km do município de Garanhuns para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	55,7
Bonito	2º	128,0
Paudalho	2º	223,0
Vitória de Santo Antão	2º	186,0
Pombos	3º	168,0
São José do Egito	4º	233,0
Carpina	4º	235,0
Nazaré da Mata	5º	246,0
Bezerros	5º	126,0
Camaragibe	6º	228,0
Caruaru	6º	101,0
Glória do Goitá	7º	201,0
Belo Jardim	7º	79,8
Lagoa do Carro	8º	202,0
Recife	8º	230,0
Agrestina	9º	92,0
Bom Conselho	9º	50,2
Igarassu	9º	252,0
Paulista	9º	245,0
Pesqueira	9º	92,6
Petrolândia	9º	258,0
Barra de Guabiraba	10º	139,0
Jaboatão dos Guararapes	10º	222,0
Petrolina	10º	546,0
Riacho das Almas	10º	125,0
Média		186,6
Amplitude		495,8
Mediana		201,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o site Aondefica; MTE (2014).

Essa mesma integradora possui granja matrizeira no município de Agrestina-PE, distante 35,8 Km do município de Bonito-PE. Excluindo-se Petrolina, a distância média de sua granja matrizeira para os municípios com maiores quantitativos de avicultores (MTE, 2014) foi de 122,5 Km. (Quadro 10)

Quadro 10 – Distância em Km do município de Agrestina para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	75,4
Bonito	2º	35,8
Paudalho	2º	142,0
Vitória de Santo Antão	2º	105,0
Pombos	3º	87,4
São José do Egito	4º	247,0
Carpina	4º	154,0
Nazaré da Mata	5º	165,0
Bezerros	5º	45,2
Camaragibe	6	148,0
Caruaru	6º	22,5
Glória do Goitá	7º	121,0
Belo Jardim	7º	69,9
Lagoa do Carro	8º	124,0
Garanhuns	8º	92,1
Recife	8º	149,0
Bom Conselho	9º	137,0
Igarassu	9º	171,0
Paulista	9º	164,0
Pesqueira	9º	100,0
Petrolândia	9º	349,0
Barra de Guabiraba	10º	47,0
Jaboatão dos Guararapes	10º	143,0
Petrolina	10º	599,0
Riacho das Almas	10º	46,6
Média		141,6
Amplitude		576,5
Mediana		124,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o site Aondefica; MTE (2014).

A segunda integradora tem suas instalações no município de Carpina-PE e apresentou uma distância média para a lista dos municípios de 156,8 Km, com uma amplitude maior, de 708,8 Km, causada pelos municípios de Petrolina e Petrolândia. A mediana foi de 110,0 Km e ao excluir-se os dois municípios referidos, obteve-se uma média de 117,9 Km e distância de 144,0 Km de Bonito-PE. (Quadro 11)

Quadro 11 – Distância em Km do município de Carpina para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	210,0
Bonito	2º	144,0
Paudalho	2º	13,2
Vitória de Santo Antão	2º	55,9
Pombos	3º	66,9
São José do Egito	4º	320,0
Nazaré da Mata	5º	14,7
Bezerros	5º	110,0
Camaragibe	6º	44,9
Caruaru	6º	138,0
Glória do Goitá	7º	37,6
Belo Jardim	7º	187,0
Lagoa do Carro	8º	7,2
Garanhuns	8º	235,0
Recife	8º	57,7
Agrestina	9º	157,0
Bom Conselho	9º	280,0
Igarassu	9º	57,3
Paulista	9º	73,1
Pesqueira	9º	217,0
Petrolândia	9º	492,0
Barra de Guabiraba	10º	143,0
Jaboatão dos Guararapes	10º	58,2
Petrolina	10º	716,0
Riacho das Almas	10º	84,5
Média		156,8
Amplitude		708,8
Mediana		110,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o site Aondefica; MTE (2014).

Essa integradora também possui abatedouros próprios, no município de Luiz Eduardo Magalhães-BA, com capacidade de abate de 1.200.000 aves ao mês e em Nazaré da Mata-PE, com capacidade de 1.700.000 aves/mês, este último, localizado no Estado de Pernambuco e teve suas distâncias calculadas, apresentando uma média de 167,0 Km para o conjunto de municípios e 156,0 Km para Bonito-PE. (Quadro 12)

Quadro 12 – Distância em Km do município de Nazaré da Mata-PE para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	222,0
Bonito	2º	156,0
Paudalho	2º	24,7
Vitória de Santo Antão	2º	67,3
Pombos	3º	79,1
São José do Egito	4º	331,0
Carpina	4º	14,1
Bezerros	5º	121,0
Camargibe	6º	56,4
Caruaru	6º	149,0
Glória do Goitá	7º	49,1
Belo Jardim	7º	199,0
Lagoa do Carro	8º	20,4
Garanhuns	8º	246,0
Recife	8º	69,1
Agrestina	9º	168,0
Bom Conselho	9º	291,0
Igarassu	9º	58,9
Paulista	9º	71,6
Pesqueira	9º	229,0
Petrolândia	9º	503,0
Barra de Guabiraba	10º	154,0
Jaboatão dos Guararapes	10º	69,7
Petrolina	10º	728,0
Riacho das Almas	10º	97,6
Média		167,0
Amplitude		713,9
Mediana		121,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o site Aondefica; MTE (2014).

A terceira integradora possui sua sede no município de Bezerros-PE, localizado a 35,5 Km de Bonito-PE. A distância média para a lista de municípios foi de 126,8 Km, com uma amplitude de 578,8 Km e mediana de 101,0 Km. (Quadro 13)

Quadro 13 – Distância em Km do município de Bezerros para municípios de Pernambuco com maiores quantitativos de avicultores

Município	Ranking	Distância em Km
São Bento do Una	1º	101,0
Bonito	2º	35,5
Paudalho	2º	99,1
Vitória de Santo Antão	2º	62,0
Pombos	3º	44,5
São José do Egito	4º	256,0
Carpina	4º	111,0
Nazaré da Mata	5º	122,0
Camaragibe	6º	105,0
Caruaru	6º	29,2
Glória do Goitá	7º	77,7
Belo Jardim	7º	78,7
Lagoa do Carro	8º	90,1
Garanhuns	8º	126,0
Recife	8º	106,0
Agrestina	9º	48,1
Bom Conselho	9º	171,0
Igarassu	9º	128,0
Paulista	9º	122,0
Pesqueira	9º	109,0
Petrolândia	9º	383,0
Barra de Guabiraba	10º	33,9
Jaboatão dos Guararapes	10º	90,8
Petrolina	10º	608,0
Riacho das Almas	10º	32,2
Média		126,8
Amplitude		578,8
Mediana		101,0

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o aplicativo Aondefica; MTE (2014).

Para a quarta integradora não realizou-se o cálculo das distâncias devido a mesma localizar-se em Bonito-PE.

Assim sendo, em decorrência das distorções nas médias causadas pelos municípios de Petrolina e Petrolândia, optou-se por utilizar-se na análise as medianas, para uma melhor compreensão da especificidade locacional. A média das medianas calculadas foi de 135,3 Km, enquanto que a média das distâncias para Bonito-PE foi de 100,7 Km, atestando o que diz a teoria da ECT sobre a especificidade locacional, que nesse caso apontou distâncias relativamente pequenas, contribuindo para menores custos de transação gerados com transporte. Corroborando com esse pressuposto, uma das integradoras em relação à quantidade mínima de alojamento afirmou que até 50 Km a quantidade mínima é de 10.000 aves e a partir dessa distância, a quantidade mínima necessária no alojamento é de 25.000 mil aves, atestando-se a aplicabilidade da teoria.

Em relação aos ativos envolvidos na produção (especificidade física), a pesquisa identificou que trata-se de cláusula contratual tanto dos contratos formais quanto informais e faz parte das obrigações dos integrados a responsabilidade pela infraestrutura, incluindo as máquinas e equipamentos, galpões, energia, água, enquanto as integradoras participam fornecendo os pintos, rações, medicamentos. Dessa forma, os investimentos são menores para ambas as partes e os riscos são partilhados, apesar de mais concentrado no elo integradora e conseqüentemente menores são os custos de manutenção da atividade econômica.

Em relação à especificidade temporal presente na atividade avícola, inserem-se as vacinas e medicamentos, ambas controladas pelo ambiente institucional macro instituído pelo MAPA. O valor de retorno relativo à aplicação das vacinas nos períodos corretos pode interferir no retorno dos investimentos realizados, caso o período de vacinação não seja respeitado. Assim também os medicamentos, liberados para os avicultores em quantidades e períodos específicos e em caso de doenças, com alguns tipos atrelados ao planejamento de abate, para a devida excreção do organismo das aves. Assim sendo, neste caso a especificidade temporal advém das características dos produtos vacinas e medicamentos, com o ambiente institucional controlando todas as etapas, desde as quantidades produzidas até sua efetiva utilização.

Sobre a especificidade dos ativos dedicados, os frangos produzidos no sistema de integração estão inseridos nesse grupo, em decorrência dos custos advindos das condições de mercado geradas, com uma proporção de mais de 90% da produção nacional voltada ao atendimento de um mercado consumidor de frangos congelados, resfriados, em cortes e embutidos. Ou seja, a utilização desses frangos para atendimento a um mercado consumidor diferente, acarretaria alterações nos custos de transação, de produção e possível queda da receita, a exemplo do que foi atestado por Azevedo (1996, p.156) ao analisar a citricultura.

As vacinas e medicamentos também podem ser considerados ativos dedicados por serem investimentos específicos para uma determinada transação, no caso, para transações realizadas entre os elos produtores e integradores do agronegócio avícola.

Apesar da alta especificidade dedicada do produto frango de corte, atestada pelas “regras do jogo” do ambiente institucional, o qual normatiza toda a produção, desde a produção e aquisição do material genético, passando pelos controles estabelecidos nas granjas matrizeiras e incubatórios, indo até a forma de transporte das aves e manejo específico, ao sondar-se os avicultores sobre as garantias relativas à idade dos pintos de um dia, constatou-se a assimetria de informação, que mesmo recebendo a GTA onde consta todos os dados dos lotes das aves, não souberam responder em 100% dos casos. (Tabela 22)

Tabela 22 – Garantias citadas pelos avicultores sobre a idade dos supostos pintos de um dia

Respostas	f	%
Nenhuma	8	50,0
GTA	3	18,8
Experiência	2	12,5
Normas do MAPA	1	6,3
Peso dos pintos	1	6,3
Fezes dos pintos	1	6,3
Total	16	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outra especificidade inserida nos contratos e de obrigação dos avicultores integrados é a especificidade de capital humano, ativo esse altamente específico por ser responsável por todo o manejo e atividades desenvolvidas nas granjas, possuidores de conhecimento tácito e que recebem continuamente informações sobre a atividade, repassadas pelos técnicos e veterinários das integradoras, em consonância com a Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que aprova no âmbito do PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle e institui que devem ser realizados programas de educação continuada, dirigidos aos médicos, técnicos e produtores avícolas.

Constatou-se que 85,7% dos avicultores integrados do município recebem continuamente informações e treinamentos voltados à atividade avícola, a maior parte nas próprias granjas. (Tabela 23)

Tabela 23 - Sobre informações e treinamentos voltados à atividade avícola recebidos pelos trabalhadores

Respostas	f	%
Sim	12	85,7
Não	2	14,3
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A única especificidade que não pôde ser constatada na pesquisa foi a especificidade de marca, incidente à jusante da cadeia produtiva.

4.3 Ambiente institucional

Em decorrência do ambiente institucional verificado inicialmente através da análise da documentação apresentada pelos avicultores, a exemplo de testes laboratoriais de Salmoneloses e de qualidade da água utilizada realizados por uma das integradoras e de algumas dessas normativas serem seguidas também nos aviários de engorda dos pintos, como os controles zoossanitários e de vigilância epidemiológica permanente, além de já receberem os pintinhos vacinados na maioria dos casos, cabe destacar alguns tópicos da Portaria nº 542, de 16/11/1998, que trata das normas de higiene e segurança sanitária para habilitação de estabelecimentos avícolas de criação de aves e incubatórios avícolas para intercâmbio no MERCOSUL, inclusive por ter-se identificado que duas das integradoras pesquisadas exportam.

As atividades realizadas na produção avícola do município estão alinhadas com as normativas instituídas pelo MAPA, mais especificamente com o PNSA. Portanto, ao serem questionados sobre os critérios que devem ser cumpridos e que impactam na remuneração, todos os avicultores citaram o manejo como questão chave a ser seguida; alguns citaram também a infraestrutura necessária, mas sempre relacionando ao consumo de ração. Se o controle da ambiência, manejo das cortinas, disponibilidade de água na quantidade e qualidade exigida, além da disponibilidade de comedouros e bebedouros nas quantidades necessárias não forem observados e atendidos à risca, os pintos podem não atingir o peso necessário no prazo estabelecido, corroborando com uma taxa de conversão alimentar ineficiente e maior consumo de ração.

Em decorrência da ração representar cerca de 65% do custo de produção, explica-se a forma de remuneração estabelecida pelas integradoras, através de tabela de conversão alimentar. Além disso, uma das integradoras paga bônus. (Tabela 24)

Tabela 24 - Formas de remuneração dos
avicultores integrados de Bonito-PE

Respostas	f	%
Pela tabela de conversão alimentar	8	57,1
Pela tabela de conversão alimentar e bônus	6	42,9
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação aos bônus pagos por essa integradora, os mesmos funcionam como incentivos atrelados a critérios que impactam em maiores níveis de eficiência. Além do bônus pago pela economia de ração, também verificou-se bônus relativo à uma melhor qualidade da água e investimentos em equipamentos mais eficientes, que tenham menores níveis de perda de ração. Cabe destacar que esses aspectos de flexibilidade não estão contidos nos contratos. (Tabela 25)

Tabela 25 - Tipos de bônus citados pelos avicultores

Respostas	f	%
Qualidade da água e economia de ração	2	33,3
Qualidade da água, economia de ração e investimento em equipamentos	2	33,3
Qualidade da água e investimento em equipamentos	1	16,7
Economia de ração	1	16,7
Total	6	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A principal vantagem do sistema de integração apontada pelos avicultores foi a questão mercadológica. Mercado garantido para seu produto, a um preço mínimo pago por ave, variável dentro de uma tabela de conversão alimentar elaborada pelas integradoras antes (ex ante) do início do ciclo produtivo e que geralmente é atualizada a cada dois anos, contribui para a diminuição dos riscos, dos custos de produção e custos de transação.

As demais questões levantadas referem-se à divisão dos investimentos necessários à atividade, os quais enquanto os avicultores responsabilizam-se pela infraestrutura dos galpões, máquinas e equipamentos, fornecimento de água, energia e mão-de-obra, inclusive responsabilizando-se por todos os encargos, as integradoras fornecem os pintos de um dia, medicamentos, vacinas, rações, desinfetantes, chegando até a intermediar a compra de equipamentos e da cama de galinha em alguns casos. (Tabela 26)

Tabela 26- Vantagens citadas pelos avicultores em serem integrados

Respostas	f	%
Mercado	12	85,7
Não precisa de capital de giro	6	42,9
Insumos	3	21,4
Menores custos	3	21,4
Assessoria técnica	2	14,3
Menores riscos	2	14,3
Transporte	1	7,1
Não precisar investir em infraestrutura, a exemplo de fábricas de ração	1	7,1
Retirada dos frangos de uma só vez	1	7,1
Não necessitar de alto capital inicial	1	7,1
Total*	32	228,6

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

*Por se tratar de uma pergunta aberta, o somatório não corresponde a 100% (14 avicultores).

Na perspectiva das integradoras, as vantagens percebidas foram: especialização da mão-de-obra, infraestrutura disponibilizada e os altos custos caso optasse por verticalizar essa etapa produtiva.

Enfim, para que se atinjam resultados satisfatórios para ambos os elos da cadeia produtiva, as “regras do jogo” principais a serem respeitadas dizem respeito ao manejo estabelecido pelas integradoras, variável fortemente relacionada à especificidade do capital humano. Algumas dessas regras estão descritas em cláusulas gerais nos contratos formais de integração, outras, são estabelecidas e operacionalizadas através de contratos informais baseados na dependência bilateral e confiança estabelecida em contratos de longo prazo.

4.4 Análise dos contratos

Os contratos funcionam como coordenadores da cadeia produtiva, reduzindo riscos aprioristicamente pela redução da assimetria informacional, através da descrição dos direitos e deveres das partes envolvidas.

Verificou-se na pesquisa de campo e na análise dos documentos disponibilizados pelos avicultores, que os contratos apresentam características neoclássicas, por reconhecerem que as transações demandam arranjos de longo prazo, além de possuírem aspectos de flexibilidade, com o contrato original servindo de base para as negociações.

Das integradoras que trabalham com os avicultores de Bonito-PE, apenas uma delas formaliza as “regras do jogo” através da descrição dos direitos e deveres por escrito, com assinatura de ambas as partes. Essa integradora engloba 64,3% dos avicultores integrados do município. (Tabela 27)

Tabela 27 - Tipo de contratos de integração na avicultura de Bonito-PE

Tipo de contrato	f	%
Formais	9	64,3
Informais	5	35,7
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Todas as transações efetuadas através de contratos formais ou informais são realizadas sem intermediários, o que, a rigor elimina o custo de transação decorrente da organização dos contratos por escritórios e profissionais especializados.

Verificou-se que esses contratos vigoram por prazo indeterminado, enquanto for de interesse entre as partes envolvidas e desde que atinja a viabilidade técnica econômica estabelecida, segundo critérios definidos por tabela de remuneração do parceiro proprietário (integradoras), constituindo-se essa, uma das cláusulas contratuais, além de eliminar os custos de transação que incidiriam caso os contratos fossem sempre refeitos.

Observou-se que alguns avicultores migraram de integradoras recentemente, apesar de possuírem anos de trabalho na atividade avícola, tendo o mais antigo mais de 40 anos de experiência. Apesar da periodicidade das atuais parcerias variar de trinta dias a trinta anos, cabe ressaltar que o tempo de estabelecimento desses contratos, em sua maioria, colaboram com os pressupostos dos contratos neoclássicos, com as transações demandando arranjos de longo prazo e com aspectos de flexibilidade (ZYLBERSZTAJN, 1995, p. 52-56). (Tabela 28)

Tabela 28 - Tempo da atual relação
contratual entre avicultores e
integradoras de Bonito-PE em 2015

Período	f	%
30 dias	1	7,1
90 dias	1	7,1
Um ano	2	14,3
Dois anos	2	14,3
Três anos	2	14,3
Oito anos	1	7,1
Dez anos	1	7,1
Onze anos	1	7,1
Treze anos	1	7,1
Dezessete anos	1	7,1
Trinta anos	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação à pergunta sobre alterações nas cláusulas contratuais, inicialmente, todos os avicultores integrados afirmaram que os termos contratuais nunca foram alterados, mas que, porém, a tabela de remuneração é alterada a cada um ou dois anos. Todavia, ao serem questionados sobre alterações em variáveis da atividade avícola, surgiram informações relevantes. Em relação à idade de coleta dos frangos, peso médio, taxa de conversão alimentar, consumo de ração, taxa de mortalidade, quantidade de pintos alojados, qualidade da água, formas de manejo e tipos de máquinas e equipamentos, afirmaram que houve alterações em algumas dessas variáveis, mesmo sem conseguirem citar o tempo decorrido para que essas alterações ocorressem, constatando-se que os avicultores mais experientes tinham mais condições de avaliar essas mudanças.

A idade de coleta dos frangos, inicialmente era de 60 dias, passando para 45 dias e hoje variando entre 42 e 45 dias, dependendo da agroindústria envolvida na transação. Para as integradoras que trabalham com frangos vivos esse prazo se estende até aproximadamente 50 dias, a depender da demanda.

A taxa de conversão alimentar, variável relacionada ao ganho de peso por consumo de ração também evoluiu, em decorrência da melhoria das rações, do material genético, das vacinas e medicamentos, novas formas de manejo e equipamentos mais eficientes que estragam menos ração, fazendo com que os frangos atinjam o peso estipulado em menos tempo.

A quantidade alojada vai de 10 pintos por m² a 12 pintos por m², a depender do controle correto da ambiência e da tecnologia empregada, sendo definida e monitorada pela integradora.

Todas essas variáveis não estão devidamente explícitas nos contratos e configuram-se como os aspectos de flexibilidade dos contratos neoclássicos, demonstrando a importância da tecnologia e das especificidades dos ativos para o desenho dos arranjos contratuais estabelecidos na cadeia produtiva avícola.

As tecnologias visualizadas nas máquinas e equipamentos utilizados, sejam nos comedouros, bebedouros, caldeiras, ventiladores ou tipos de lonas específicas para controle da ambiência, além de se configurarem como ativos específicos do tipo físico estão relacionados às exigências contratuais advindas da especificidade do produto frango.

A afirmação de Williamson (2012, p.33) de que “as partes do contrato são pragmáticas e que ramificações dos contratos alternativos são intuídas, se não pensadas, resultando algumas vezes em omissões e distorções”, pôde ser identificada através do esforço de uma das integradoras atuantes no município, a qual oferece bônus a seus integrados, atrelados às novas exigências, a exemplo da qualidade da água, descrita no contrato em forma de cláusula geral.

No contrato, essa cláusula geral verificou-se como uma das obrigações dos avicultores, definida como a preparação das instalações necessárias, incluindo a parte hidráulica, não especificando que seriam realizados testes em amostras de água, delineamento adotado na prática e consoante com a Portaria nº 542, de 16/11/1998, que trata das normas de higiene e segurança sanitária para habilitação de estabelecimentos avícolas de criação de aves e incubatórios avícolas para intercâmbio no MERCOSUL, que dentre uma de suas normativas institui núcleos de reprodução livres de *Salmonella Pullorum* e *Salmonella Gallinarum*, Micoplasmose Aviária, o que pôde constatar-se através de outra de suas normativas, a de provas de diagnósticos laboratoriais credenciados. Ver certificado sanitário no anexo 2.

Williamson (2012, p. 20) ao resgatar o pensamento dos economistas da escola de Organização Industrial (OI), campo de especialização que examina os contratos através da abordagem de monopólio, ou seja, em termos dos propósitos aos quais servem, enriquece a discussão. Tanto para a ECT quanto para a escola de OI, a eficiência está no centro da questão, no entanto, enquanto que para a primeira a eficiência serve para reduzir custos de transação, para a OI a eficiência serviria a propósitos monopolistas.

Interpretando-se o posicionamento adotado por essa integradora à luz da OI, este seria explicado como uma forma encontrada pela firma de “roubar” os avicultores de suas concorrentes para posteriormente ajustar os incentivos e exercer seu poder de monopólio. Todavia, apesar de ter a melhor remuneração dentre as atuantes no município, as migrações ocorridas recentemente decorreram do custo de oportunidade de uma das integradoras concorrentes, que está desinvestindo no setor avícola e ampliando suas atividades no ramo imobiliário, incentivando a migração de seus avicultores parceiros para uma de suas concorrentes. Ademais, apesar dos bônus ofertados, também possui as maiores exigências em relação aos equipamentos utilizados, qualidade da água, conversão alimentar e monitoramento sobre as camas de galinha, nesse último caso em decorrência da alta especificidade do produto “pés de galinha” exportados para um dos principais importadores avícolas do Brasil, o Japão.

Verificou-se a ocorrência de avicultores que não se adaptaram a esse nível de exigência e optaram por transacionar com uma das integradoras que comercializam frangos vivos, também inseridas no rigoroso ambiente institucional estabelecido, porém, com menores exigências em comparação às normas seguidas pelas integradoras exportadoras, também alinhadas às normativas dos mercados importadores.

Estratégia interessante adotada por uma das integradoras que comercializam frangos vivos diz respeito à construção de reputação, necessária para parcerias de longo prazo. Através de transações mais frequentes estabelecidas pelo envio de vacinas a seus integrados, enquanto as demais já enviam os pintinhos vacinados diretamente dos incubatórios, em atendimento as normativas do PNSA, a reputação construída permitiu contratos de parceria estabelecidos durante anos, mesmo com menores remunerações pagas a seus integrados, demonstrando de forma empírica a prevalência do arcabouço teórico da economia dos custos de transação sobre outras teorias, principalmente por demonstrar a relevância de questões práticas de racionalidade limitada e assimetria de informação.

Além da tecnologia empregada, a especificidade do capital humano é o ativo mais importante não apenas na cadeia produtiva de frango de corte, como em qualquer outra atividade econômica. Em decorrência de sua alta especificidade advinda do rigoroso ambiente institucional avícola e da necessidade constante de atualização em atendimento às mudanças institucionais, legais e tecnológicas, os treinamentos e repasse de informações sobre novas formas de manejo são realizados de forma contínua dentro das granjas pelos técnicos das integradoras. Esses constam do ambiente institucional macro, estabelecido pela Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que aprova no âmbito do PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle. Uma de suas regras institui que devem ser realizados programas de educação continuada, dirigidos aos médicos, técnicos e produtores avícolas.

Os contratos de integração fazem parte do ambiente institucional estabelecido entre os avicultores e integradoras, com algumas de suas cláusulas interligadas às exigências sanitárias e outras estabelecidas em decorrência do direito de propriedade. Cabe ressaltar que, pela possibilidade de quebra contratual, perda de reputação e de renda futura, o monitoramento dos plantéis é realizado semanalmente pelas integradoras, demonstrando que de fato, os contratos substituem a integração vertical.

Dessa forma, parte do custo de manutenção da atividade econômica configurado no monitoramento das atividades nas granjas demonstra um dos custos de transação da avicultura integrada do município, aprioristicamente inferior aos riscos relacionados ao não monitoramento, em decorrência das especificidades dos ativos.

Enquanto as integradoras investem seu capital na compra e fornecimento das matérias-primas, a saber: pintinhos, rações, medicamentos e vacinas, dentre outros, os avicultores participam fornecendo a infraestrutura física necessária, como os galpões, equipamentos, instalações elétricas e hidráulicas, diminuindo dessa forma o aporte necessário para ambas as partes e com todo o monitoramento e coordenação realizados pelas integradoras, detentoras do direito de propriedade dos pintinhos. Os deveres e obrigações dos elos estudados configuram-se como mais uma das cláusulas contratuais.

A atividade avícola, especificamente por seus produtos finais serem alimentares, obedece a rigorosas normas sanitárias e de manejo. Logo, algumas das cláusulas contratuais verificadas e voltadas à especificidade do ativo capital humano foram: preparo das instalações e equipamentos, manter o acesso às granjas e galpões em perfeitas condições, seguir as recomendações técnicas do parceiro proprietário, realizar a coleta e o carregamento dos caminhões das integradoras seguindo as exigências da assistência técnica do parceiro proprietário, retirar a cama dos frangos, realizar a limpeza dos galpões no prazo estabelecido, proceder à carga e descarga, conferência e guarda das rações, medicamentos e vacinas, estar presente no recebimento dos pintinhos e retirada das aves, avisar ao parceiro proprietário quando da ocorrência de qualquer anormalidade e contar, remover e registrar a mortalidade das aves.

Assim sendo, observou-se conduta alinhada às exigências do ambiente institucional avícola nacional, a exemplo do direcionamento de acionar os veterinários quando da suspeita da ocorrência de doenças, em atendimento à Instrução Normativa nº 17 de 07/04/2006, que aprova no âmbito do PNSA, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle, o qual define que a Defesa Sanitária Animal (DSA) seja acionada para ocorrência de mortalidade acima de 10% em até 72 horas, além da obrigatoriedade compartilhada de veterinários e proprietários na comunicação de supostas ocorrências da doença de Newcastle.

Ainda sobre a especificidade do capital humano, verificou-se que o manejo está atrelado ao ambiente institucional no âmbito do MAPA, desde o controle realizado diariamente da taxa de mortalidade, procedimentos adotados em relação a suspeita de doenças, limpeza e desinfecção das granjas e depósitos das camas de aviário e rações, até a separação das granjas onde estão instalados os pintos de um dia dos frangos com idade mais avançada e proibição da criação de outras aves.

Dentre as catorze cláusulas contratuais estabelecidas pela agroindústria que integra mais de 64,0% dos avicultores do município, uma refere-se às obrigações entre as partes, registrando as proporções de cada uma, ficando sob responsabilidade do parceiro criador (avicultores), treze das dezenove obrigações estabelecidas pelo parceiro proprietário.

Tanto nos contratos formais quanto nos informais observou-se que, em decorrência do direito de propriedade dos frangos pertencer às integradoras, as decisões são tomadas por estas, assim como a remuneração estabelecida, as obrigações entre as partes, a quantidade alojada dos pintinhos, forma de pagamento, local de pesagem dos frangos, impostos incidentes sobre a remuneração, proibição da criação de outras aves, do envio de novos lotes, garantia das mercadorias, recebimento das mercadorias e até o foro escolhido para quaisquer resoluções de disputas judiciais.

Em resposta à pergunta sobre o poder de decisão sobre os termos da parceria, 78,6% dos avicultores afirmaram que as decisões são tomadas pelas integradoras e 21,4% por ambas as partes. (Tabela 29)

Tabela 29 - Poder de decisão sobre os termos da parceria

Quem decide	f	%
Avicultores	0	0,0
Integradoras	11	78,6
Ambos de comum acordo	3	21,4
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Todos os integrados (catorze avicultores) afirmaram que as integradoras são quem decidem sobre a quantidade de pintos alojados, datas de entrada e saída dos lotes. (Tabela 30)

Tabela 30 - Decisão sobre a quantidade de pintos alojados

Quem decide	f	%
Avicultores	0	0,0
Integradoras	14	100,0
Ambos de comum acordo	0	0,0
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O preço pago por cada frango é definido por tabela de remuneração elaborada pelas integradoras antes do início do ciclo produtivo, em 100% dos casos analisados, cláusula essa contratual, com o preço variando a depender da taxa de conversão alimentar. (Tabela 31)

Tabela 31 - Forma de fixação dos preços dos frangos

Opções	f	%
Fixo	0	0,0
Variável	0	0,0
Variável dentro da tabela de remuneração	14	100,0
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Outra cláusula contratual estabelecida refere-se à propriedade das balanças nas quais são pesados os frangos. Dentre os avicultores participantes do estudo, 92,9% afirmaram ser das integradoras a posse das balanças. Essa questão gerou algumas discussões sobre o assunto e um dos avicultores informou que pelo fato dos técnicos da integradora demorarem a responder sobre o peso dos frangos enviados, informação liberada após conferência da sobra da ração, o levou a comparecer à sede da integradora para acompanhar todo o processo de recebimento e pesagem dos frangos. Constatou-se que a balança é automática e que faz a contagem a cada cem frangos, todavia, os frangos são pesados na chegada do abatedouro, após dieta pré abate, o que dá margem à discussões levantadas pelo referencial teórico da ECT, referente ao comportamento oportunista.

As outras duas integradoras que comercializam aves vivas efetuam a pesagem nas próprias granjas, porém, apenas um avicultor informou utilizar além da balança da integradora, também balança própria. (Tabela 32)

Tabela 32 - Propriedade das balanças nas quais são pesadas as rações, pintos e frangos

Respostas	f	%
Da integradora	13	92,9
Do avicultor	0	0,0
De ambos	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A propriedade das máquinas e equipamentos é uma cláusula contratual na qual a integradora (parceiro proprietário) exige que seja de responsabilidade do avicultor (parceiro criador), sendo 92,9% pertencentes a esses últimos e apenas um avicultor tendo arrendado juntamente com os galpões. (Tabela 33)

Tabela 33 - Propriedade das máquinas e equipamentos utilizados nos aviários

Respostas	f	%
Próprio	13	92,9
Arrendado	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

A tecnologia empregada na atividade produtiva avícola tem um rebatimento direto em duas questões relevantes para a atividade, a ambiência e o manejo. Não por acaso, trata-se de uma cláusula contratual, na qual para 78,6% dos avicultores são exigidas a adequação, atualização e quantidade mínima necessária dos equipamentos utilizados. (Tabela 34)

Tabela 34 - Exigência das integradoras para atualização dos equipamentos

Respostas	f	%
Sim	11	78,6
Não	3	21,4
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Na fase exploratória da pesquisa, identificou-se a exigência das integradoras para atualização dos equipamentos utilizados nos galpões, algumas oferecendo a opção de intermediação da compra junto aos fornecedores para posterior desconto da remuneração dos avicultores. Inicialmente, supôs-se que essa possibilidade poderia ser uma forma da integradora garantir a permanência desses avicultores na atividade por mais tempo, no entanto, essa hipótese foi descartada quando em resposta a essa questão, dos onze avicultores que responderam afirmativamente à questão, apenas três (27,3%) informaram que a única opção ofertada para compra dos equipamentos era via integradora. (Tabela 35)

Tabela 35 - Opções de compra dos equipamentos oferecidas pelas integradoras

Respostas	f	%
Mercado	2	18,2
Integradora	3	27,3
Mercado e integradora	6	54,5
Total	11	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em relação à periodicidade dessa atualização dos equipamentos, dos 11 avicultores que confirmaram essa demanda advinda da integradora, 42,8% concluíram que essa ocorrência decorreu da necessidade de reposição por quebra, 28,6% quando o quantitativo dos equipamentos era inferior ao necessário e um que a periodicidade era anual. (Tabela 36)

Tabela 36 - Motivos apontados para compra de novas máquinas e equipamentos

Respostas	f	%
Reposição/quebra	6	42,8
Quando quantitativo inferior ao necessário	4	28,6
Anualmente	1	7,1
Eventualmente, quando necessário	2	14,3
Não informou	1	7,1
Total	14	100,0

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Em referência a oferta de equipamentos na região, contatou-se a existência de fornecedores de equipamentos avícolas em Bonito-PE: Multiaves e a GSI/Agromarau. A primeira localiza-se em Recife e representa as empresas Casp (equipamentos para avicultura), Basf (indústria química), Farmabase Saúde Animal (medicamentos veterinários), Bequisa (defensivos agrícolas), Nufarm (setor agrícola), Syngenta e Guarany Tradição e Tecnologia (Projetos de sustentabilidade).

A segunda empresa fornecedora de equipamentos para a avicultura no município é a GSI/Agromarau, firma do Rio Grande do Sul que fornece equipamentos para armazenagem (silos) e equipamentos para a avicultura e suinocultura, com representação em Recife, outros Estados do Brasil e países como Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Dessa forma e independente do fornecedor escolhido, a frequência de investimento em novos equipamentos é do tipo ocasional, ou seja, $f = 0$ e são ativos totalmente reutilizáveis ($k = 0$) dentro da mesma atividade.

5 CONCLUSÃO

Os contratos de integração estabelecidos entre produtores e integradoras avícolas, sejam formais (escritos) ou informais (acordos verbais) têm características tanto neoclássicas, com o contrato original servindo de base para as negociações e arranjos de longo prazo, quanto relacionais, com as transações baseadas nos laços sociais e na reputação, sem a necessidade de laços judiciais.

Verificaram-se aspectos de flexibilidade através da operacionalização desses contratos, aprioristicamente estabelecidos em cláusulas gerais, mas que, todavia, apesar de não acordadas inicialmente, são aceitas e cumpridas pelos parceiros criadores (avicultores) em decorrência do direito de propriedade pertencer aos parceiros proprietários (integradoras) e de tratar-se de um acordo de parceria, com as integradoras coordenando as transações através de estruturas híbridas de governança, ou seja, formas intermediárias entre os contratos clássicos e de integração vertical (contrato relacional), onde apesar das partes serem autônomas, há um certo grau de dependência bilateral.

Esses aspectos de flexibilidade são incentivados por uma das integradoras através de bônus atrelados às cláusulas não contidas nos contratos, a exemplo da qualidade da água atestada em testes laboratoriais, compra de novos equipamentos e economia de ração (subentendida em forma de melhores resultados na taxa de conversão alimentar). Cabe destacar que nem todas as integradoras trabalham com incentivos, porém, em relação à disponibilidade de equipamentos em quantidade e condições adequadas e economia de ração são exigências de todas.

Quanto ao atributo especificidade dos ativos nas transações, identificaram-se: a especificidade temporal contida nas vacinas, medicamentos e pintos de um dia; a especificidade física nas máquinas e equipamentos utilizados nas granjas; a especificidade locacional verificada através do cálculo das distâncias, demonstrando a importância de pequenas distâncias entre as unidades das integradoras para os municípios, como forma de redução dos custos de transação; a especificidade de ativos dedicados configurada nos pintos de um dia, frangos, vacinas e medicamentos; e a especificidade de capital humano, através da mão-de-obra utilizada nas granjas. Dentre essas especificidades, as únicas contidas de forma mais explícita nos contratos são as especificidades de capital físico, exigida contratualmente na forma de instalações e equipamentos necessários a um perfeito funcionamento, ou seja, não delimitando quantidade, atributos, marcas; a segunda especificidade contida nos contratos é a de capital humano, descrita na forma de obrigações que vão desde a preparação das instalações até o carregamento dos caminhões com os frangos, passando pelo atendimento às normas e manejo estabelecidos.

Quanto ao atributo frequência das transações e relacionando-a aos níveis de especificidade dos ativos, observou-se: predomínio da frequência de entrega realizada uma única vez ($f = 1$) para os pintos de um dia, coleta dos frangos e entrega de vacinas, esta última realizada por apenas uma das integradoras; frequência recorrente na entrega das rações; e frequências ocasionais ($f = 0$) na compra de máquinas e equipamentos e no envio de medicamentos.

As especificidades identificadas nesses ativos foram: ativos totalmente reutilizáveis ($k = 0$) para os equipamentos, além dos fungicidas e defensivos; ativo com nível intermediário de especificidade ($k = m$), a exemplo dos frangos e rações; e ativos altamente específicos ($k = \infty$), como os pintos de um dia, medicamentos e vacinas.

Assim sendo, de forma geral as transações acabaram sendo recorrentes entre os avicultores e integradoras em decorrência do monitoramento semanal realizado por essas últimas, característica essa que corrobora com a construção de reputação, necessária em contratos de longo prazo e que objetiva desestimular o comportamento oportunista através da possibilidade de quebra contratual e conseqüente perda de renda futura.

Interessante constatar que apesar da prevalência de atributos voltados aos contratos do tipo neoclássico, atributos dos contratos relacionais e clássicos também foram identificados. No primeiro caso, para as frequências recorrentes e especificidade do ativo com algum grau de reutilização ($k > 0$) como é o caso do capital humano, configuram-se como atributos de contratos do tipo relacional, bilateral e de longo prazo. Já para as transações realizadas com quaisquer frequência e especificidade do ativo totalmente reutilizável ($k = 0$), trata-se de transações compatíveis com contratos do tipo clássico, com fortes incentivos, como se constata nos incentivos voltados à aquisição de novos equipamentos, qualidade da água e economia de ração. Dessa forma, pela presença de níveis intermediários ou altamente específicos de ativos, o grau de exposição ao risco é relevante, acarretando na internalização da transação, nesse caso, através da substituição da integração vertical pela coordenação vertical realizada através dos contratos.

Logo, apesar da garantia de mercado oferecida aos avicultores no sistema de integração, os contratos ao mesmo tempo em que delimitam os deveres e direitos das partes envolvidas, contribuindo para a diminuição da assimetria de informação, ampliam essa problemática no elo produtor ao serem operacionalizados através de aspectos de flexibilidade não acordados claramente na fase contratual ex ante. Todavia, para as integradoras avícolas, os contratos são instrumentos eficientes de coordenação, com cláusulas gerais operacionalizadas com flexibilidade, garantia de seus direitos de propriedade sobre os ativos transacionados e instituição de salvaguardas contratuais, garantindo um monitoramento constante dos ativos e diminuição dos riscos envolvidos.

Assim sendo, até mesmo a união desses avicultores com o objetivo de barganhar melhores preços nas negociações fica dificultada por estarem transacionando com quatro integradoras diferentes e pelo fato de já terem tentado criar uma cooperativa no passado. Dessa forma, apesar de cada integradora possuir exigências específicas, além das cláusulas comuns a todas, alguma forma de associação entre os avicultores do município faz-se necessária para a diminuição da assimetria informacional advinda da racionalidade limitada, ao mesmo tempo em que contribuiria subsidiando-os em futuras negociações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROTEÍNA ANIMAL – ABPA. Disponível em: <<http://abpa-br.com.br/setores/avicultura>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

AGÊNCIA DE DEFESA E FISCALIZAÇÃO AGROPECUÁRIA DE PERNAMBUCO – ADRAGO. Disponível em: <<http://www.adagro.pe.gov.br>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

AGÊNCIA ESTADUAL DE PLANEJAMENTO E PESQUISAS DE PERNAMBUCO - CONDEPE/FIDEM. **Cadernos municipais**. Base de Dados do Estado. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/filtroCadernoEstatistico.aspx>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

AONDE FICA. **Distâncias com roteiros e mapas entre cidades**. Disponível em: <<http://www.aondefica.com/roteirosgg.asp>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de et. al. **Cadeia produtiva de frango de corte**. Revista Gestão & Regionalidade – Vol. 24 – Nº 72 – pp. 6-16, set-dez/2008. Disponível em: <http://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_gestao/article/viewFile/95/58>. Acesso em: 30 mai. 2015.

ASSOCIAÇÃO AVÍCOLA DE PERNAMBUCO – AVIPE. **Links úteis**. Disponível em: <<http://www.avipe.org.br/links.php>>. Acesso em: 22 fev. 2015.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE ALIMENTAÇÃO – ABIA. **Receita das exportações de frango**. Disponível em: <http://www.abia.org.br/vs/vs_conteudo.aspx?id=278>. Acesso em: 26 mai. 2015.

ASSUNÇÃO, Paulo Eterno Venâncio; SPINELLI, Eiko Mori Andrade; CARDOSO, Jordão Silva. Caracterização da produção de tomate-industrial no município de Morrinhos/GO: da utilização de defensivos à vantagem dos contratos in Teoria e Evidência Econômica – Ano 19, n. 40, p. 162.

AVISITE. **Disponibilidade de milho**. Disponível em:

<<http://www.avisite.com.br/noticias/index.php?codnoticia=16550>>. Acesso em: 14 jan. 2016.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. **Integração vertical e barganha**. 1996, p. 14-156. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo: USP/FEAC.

AZEVEDO, Paulo Furquim de. Nova economia institucional: referencial geral e aplicações para a agricultura. **Revista Agricultura em São Paulo**, SP, v. 47, n. 1, p. 33-52, 2000.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70 Lda, 2009.

BATALHA, Mário Otávio. **Gestão do agronegócio: textos selecionados**. 1ª ed. Coordenado por: Mário Otávio Batalha. São Carlos: EdUFSCar, 2005, p.431-441.

BDE – Banco de dados do Estado. **Regiões de Desenvolvimento**. Disponível em: <<http://www.bde.pe.gov.br/estruturacao geral/mesorregioes.aspx>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

BIBLIOTECA DIGITAL USP. **Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP: documento eletrônico e impresso**. Disponível em: <http://www.theses.usp.br/index.php?option=com_content&view=article&id=52&Itemid=67>. Acesso em: 08 dez. 2015.

CABRAL, Romilson Marques. **Custos de transação**. In: CALLADO, Antônio André Cunha (Org.). **Agronegócio**. 2 ed. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2008, p.103-117.

CABRAL, Romilson Marques. **Relações possíveis entre empreendedorismo, arranjos organizacionais e institucionais: estudo de casos múltiplos no Pólo de Confecções do Agreste Pernambucano**. 2007, p. 58. Tese de doutoramento (Administração), Universidade Federal da Bahia.

CEPEA – Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada ESALQ/USP. **PIB Agro CEPEA-USP/CNA**. Disponível em: <<http://cepea.esalq.usp.br/pib/>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

COMMONS, John Rogers. **Institutional economics**. University of Wisconsin Press: Madison, 1934, pp. 4-8.

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento. **Acompanhamento da safra brasileira de grãos**. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/16_01_12_14_17_16_boletim_graos_janeiro_2016.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES – **Portal de periódicos**. Disponível em: <http://www.periodicos-capes.gov.br/ez19.periodicos.capes.gov.br/index.php?option=com_pmetabusc&mn=88&smn=88&type=m&metalib=aHR0cDovL21scGx1cy5ob3N0ZWQuZXhsaWJyaXNncm91cC5jb20vcHJpbW9fbGlicmFyeS9saWJ3ZWlvYWN0aW9uL3NIYXJjaC5kbz92aWQ9Q0FQRVM=&Itemid=119>. Acesso em: 13 jul. 2015.

DAVIS, Lance Edwin and NORTH, Douglass Cecil. **Institutional change and american economic growth**. Cambridge University Press: Cambridge, 1971.

DIAS, Pollyana Pugas. **O desenvolvimento do ecoturismo em Pernambuco: uma análise sob a ótica da governança**. Pernambuco: UFRPE. 2013, p. 52-64. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal Rural de Pernambuco.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/suinos-e-aves/busca-de-publicacoes/-/publicacao/433992/producao-e-manejo-de-frangos-de-corte>>. **Produção e manejo de frangos de corte**. Acesso em: 10 nov. 2015.

FARINA, Elizabeth Maria Mercier Querido. **Competitividade: mercado, estado e organizações**. 1ª ed. São Paulo: Pioneira, 1997, p. 286.

GIBBS, Graham. **Análise de dados qualitativos**. Tradução de Roberto Cataldo Costa; Coleção Pesquisa Qualitativa. Coord: Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008, p.48.

GOLDBERG, Ray Allan. **Agribusiness coordination: a systems approach to the wheat, soybean, and Florida orange economies**. Division of research. Graduate school of business and administration. Harvard University, 1968, 256 pp.

GOMES, Mayra Jérsica Soares et. al. **Geração de renda e o manejo florestal em assentamentos de Pernambuco**. Revista de Política Agrícola – Ano XXII – Nº 4 – out./nov./dez.2013. p. 57-66.

HOBBS, Jill Elizabeth. **A Transaction cost approach to supply chain management**. Supply Chain Management, v.1, n.2, 1996, pp.15-27.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Produção agropecuária**, dez. 2014, p.17-21. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/agropecuaria/producaoagropecuaria/abate-leite-couro-ovos_201403_publ_completa.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2015.

INSTITUTO DE PESQUISAS AGRONÔMICAS – IPA. **Apresentação, missão e objetivos**. Disponível em: <<http://www.ipa.br/novo/apresentacao>>. Acesso em: 28 dez. 2015.

JANK, Marcos Sawaya; NASSAR, André Meloni. **Competitividade e globalização**. In Economia & Gestão dos Negócios Agroalimentares. Organizadores: Décio Zylbersztajn e Marcos Fava Neves. São Paulo: Pioneira, 2000, p. 428.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia de pesquisa: um guia prático**. Itabuna-Bahia: Via Litterarum Editora, 2010, p. 28.

KOENIG, Cláudia de Lima Cheron et al. **O setor de vinhos finos no Brasil: Vinícolas Miolo, Don Laurindo e Vinibrasil**. In: MÉNARD, Claude; SAES, Maria Sylvia Macchione; SILVA, Vivian Lara dos Santos; RAYNAUD, Emmanuel (Org.). Economia das organizações – Formas plurais e desafios. São Paulo: Atlas, 2014, p. 233-247.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisas**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.69.

MARSHAL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**; tradução revista de Rômulo de Almeida e Ottolmy Strauch. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p.212-213. (Os economistas).

MATTOSO, Marcos Joaquim et. al. **Cadeia produtiva do milho** in Cadeias produtivas no Brasil – Análise da competitividade. Editores técnicos: Rita de cássia Milagres Teixeira Vieira et. al. 1ª ed. Brasília-DF: Embrapa comunicação para transferência de tecnologia, 2001, p. 322.

MENELAU, Almir Silveira et.al. **Estudo do complexo agroindustrial de aves e ovos do Nordeste**. Recife: UFRPE/SUDENE/FADURPE/PADR-UFRPE, 1996, p. 61-66.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO – MAPA. **Informações sobre insumos**. Disponível em: < <http://www.agricultura.gov.br/>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – MTE. **Empregos formais**. Disponível em: < <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 24 mai. 2015.

MONDELLI, Mário. **Coordenação do sistema agroindustrial da carne bovina: determinantes dos arranjos contratuais entre produtores e processadores no Uruguai**. 2007, p. 30-33. Dissertação de mestrado (Mestrado em Economia) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

MOTTER, Adelar Antonio. **Contratos no agribusiness – análise do aspect tecnológico na cadeia de vegetais supercongelados**. Londrina: IAPAR, boletim técnico nº 50, 1996, p. 7.

NEVES, Marcos Fava. **Sistema agroindustrial citrícola: Um exemplo de quase-integração no agribusiness brasileiro**. 1995, p. 19. Dissertação de mestrado (Mestrado em Administração) _ Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://pensa.org.br/wp-content/uploads/2011/10/O_sistema_agroindustrial_citricola_um_exemplo_de_quase-integracao_no_agribusiness_brasileiro_1995.pdf> . Acesso em: 13 fev. 2016.

NEVES, Marcos Fava. **Um modelo para planejamento de canais de distribuição no setor de alimentos**. 1999, p.73-77. Tese de doutoramento (Doutorado em Administração) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

NORTH, Douglass Cecil. **Ensaio e artigos - custos de transação, instituições e desempenho econômico**. Tradução Elizabete Hart; Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1994, p. 9-97.

PAREYN, Frans Germain Corneel. **Os recursos florestais nativos e a sua gestão no estado de Pernambuco: o papel do manejo florestal sustentável**. In: GARIGLIO, Maria Auxiliadora; SAMPAIO, Everardo Valadares de Sá Barretto; CESTARO, Luis Antônio; KAGEYAMA, Paulo Yoshio (Org.). *Uso sustentável e conservação dos recursos florestais da Caatinga*. Brasília, DF: Serviço Florestal, 2010.p. 99-115.

PINDYNCK, Robert Stephen; RUBINFELD, Daniel L. **Microeconomia**. 5ª ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2002, p. 491.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Editora Best Seller, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. **Cadeia produtiva da avicultura** – cenários econômicos e estudos setoriais, 2008. Disponível em: <http://189.39.124.147:8030/downloads/avicultura.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2015.

SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE ANIMAL – SINDAN. **Lista de associados**. Disponível em: <www.sindan.org.br>. Acesso em: 11 jul. 2015.

SOBEL, Tiago F. et.al. **Fruticultura e economia dos custos de transação: determinantes das estruturas de governança dos pequenos produtores do polo Petrolina Juazeiro**. XVI Encontro Regional de Economia, Fortaleza-CE, 2011. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/exec/artigoRenPDF.aspx?cd_artigo_ren=1261>. Acesso em: 22 fev. 2015.

STIGLITZ, Joseph Eugene. **Information and the change in the paradigma in economics.** Disponível em: <http://nobelprize.org/nobel_prizes/economics/laureates/2001/stiglitz-lecture.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016.

UNIÃO BRASILEIRA DE AVICULTURA – UBABEF. **Relatório Anual 2014.** São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.ubabef.com.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2014.

VARIAN, H. R. **Microeconomia;** tradução [da 6.ed.original] de Maria José Cyhlar Monteiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de pesquisa em administração.** São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

VIEIRA, Sonia. **Estatística básica.** São Paulo: Cengage Learning, 2013.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **Markets and hierarchies: Analysis and antitrust implications.** New York: Free Press, 1975, pp. 26-37.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **Organization theory: from Chester Barnard to the present and beyond.** Edited by Oliver E. Williamson, 1995, pp. 178-179.

WILLIAMSON, Oliver Eaton. **As instituições econômicas do capitalismo.** Tradução de Frederico Araújo Turolla (coord.). 1ª Ed. São Paulo: Pezco, 2012.

ZYLBERSZTAJN, Décio. **Estruturas de governança e coordenação do agribusiness: uma aplicação da nova economia das instituições.** 1995, p. 6-59. Tese de doutoramento (Doutorado em Economia Agrária). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo.

ZYLBERSZTAJN, Décio. Papel dos contratos na coordenação agroindustrial: um olhar além dos mercados. **Aula magna de abertura do XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER,** Ribeirão Preto-SP, 2005, p. 390. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/resr/v43n3/27739.pdf>>. Acesso em: 31 ago 2014.

APÊNDICE A – Fotografias da etapa de campo

Fotografia 1 – Galpão com lona de controle de ambiência em Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 2 – Galpão com pintos de um dia em Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 3 – Círculo de contenção em galpão avícola de Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 4 – Bebedouros e comedouros convencionais em galpões avícolas de Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 5 – Bebedouro automático de galpões avícolas em Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 6 – Comedouros convencionais tabulares em galpões avícolas de Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 7 – Comedouros automáticos em galpões avícolas de Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 8 – Silo para ração em granja de Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 9 – Silos utilizados em fábrica de ração de uma integradora



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 10 – Caldeira utilizada no aquecimento de galpão avícola em Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Fotografia 11 – Controle de temperatura realizado por caldeira de galpão avícola em Bonito-PE



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

APÊNDICE B – Questionário aplicado na pesquisa de campo com os avicultores integrados de Bonito-PE

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
Programa de Pós-graduação em Administração e Desenvolvimento Rural - PADR



PESQUISA: CONTRATOS COMO FORMA DE MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA

INTEGRADO DA EMPRESA:

RAZÃO SOCIAL:	
CNPJ:	Nº DO QUESTIONÁRIO:
RESPONDENTE:	CARGO:
ANO DA FUNDAÇÃO:	DATA DA ENTREVISTA:
ENDEREÇO:	
TEL:	E-MAIL:

BLOCO 1 – CARACTERIZAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Q1 – As granja(s) são própria(s) ou arrendada(s)? 1() Próprias 2() Arrendadas	Q2 – Qual a área dos galpões? Largura: Comprimento:
Q3 – Qual a capacidade de alojamento?	Q4 – Qual o nº total de pessoas ocupadas na atividade avícola?
Q5 – Com qual (s) linhagem (s) de galináceos o Sr.(a) trabalha? 1() Cobb 3() Cobb e Ross 2() Ross 4() Outra, qual? ____	
Q6 – Qual o tipo de tecnologia utilizada nas granjas? 1() Pressão negativa 3() Convencional 2() Pressão positiva 4() Outra, qual? ____	
Q7.1 – Qual a fonte de energia utilizada no aquecimento da(s) granja(s)? 1() Energia elétrica 3() Gás 2() À lenha 4() Outro, qual? ____	
Q7.2- Se à lenha (2), de onde vem e qual o tipo de madeira?	
Q8 – Como são coletados os frangos pelas integradoras? 1() Por esteiras automatizadas. 2() Por sacos. 3() Outra, qual? ____	
Q9 – Quem paga o frete de entrega dos insumos e recolhimento dos frangos? 1() A integradora. 2() Os avicultores. 3() Outro, quem? ____	
Q10.1- Qual a cidade de origem e o destino da cama de galinha? Q10.2- Quais os tipos de cama de galinha utilizados? Marque quantas opções forem	

necessárias.	
1() Bagaço de cana	3() Maravalha/Cavaco de madeira
2() Palha de arroz	4() Outros, quais? ____
OBS:	

BLOCO 2 – ATRIBUTOS DAS TRANSAÇÕES

<p>Q11 – Quantas vezes foram entregues pintos de 1 dia no último ciclo produtivo?</p> <p>1() Apenas uma vez.</p> <p>2() Duas vezes.</p> <p>3() Três vezes.</p> <p>4() Mais de três vezes, quantas?</p>
<p>Q12 – Qual a garantia que o avicultor possui sobre a idade dos pintos entregues pela integradora?</p>
<p>Q13 – Como é atestada a qualidade da matriz genética (pintos de 1 dia) entregue pela integradora?</p>
<p>Q14 - Quantas vezes foram entregues as rações no último ciclo produtivo?</p> <p>() Apenas uma vez.</p> <p>() Duas vezes.</p> <p>() Três vezes.</p> <p>() Mais de três vezes, quantas?</p>
<p>Q15 – Quantos tipos de ração são utilizadas?</p>
<p>Q16 – Qual a composição das rações utilizadas?</p>
<p>Q17.1 – De quem é a balança onde são pesados os pintos, rações e frangos entregues? Como se dá esse processo?</p> <p>1() Da integradora.</p> <p>2() Do avicultor.</p> <p>3() Da integradora e do avicultor.</p> <p>Q17.2 – Como se dá esse processo?</p>
<p>Q18.1 - Quantas vezes foram entregues medicamentos e ou vacinas no último ciclo produtivo?</p> <p>1() Apenas uma vez.</p> <p>2() Duas vezes.</p> <p>3() Três vezes.</p> <p>4() Eventualmente, quando necessário.</p> <p>Q18.2 - OBS:</p>
<p>Q19 – As máquinas e equipamentos utilizados são:</p> <p>1() Próprios.</p> <p>2() Arrendados.</p>
<p>Q20 – Há exigência por parte da integradora para atualização dos equipamentos utilizados?</p> <p>1() Sim.</p> <p>2() Não.</p>

BLOCO 4 – PRÁTICAS CONTRATUAIS

<p>Q29 - Em relação ao contrato estabelecido entre avicultores e integradoras, os mesmos são:</p> <p>1() Formalizados através das assinaturas de ambas as partes, avicultores e integradoras.</p> <p>2() Informal, baseado em normas estabelecidas entre as partes através da confiança e de acordos verbais, dentre outros.</p> <p>3() Outro. Qual? _____</p>
<p>Q30 - As negociações entre avicultores e integradoras são realizadas:</p> <p>1() Sem intermediários.</p> <p>2() Com intermediários. Quais?</p>
<p>Q31- Há quanto tempo existe a relação contratual com a integradora com a qual transaciona atualmente?</p>
<p>Q32- Quantas vezes os termos contratuais foram alterados durante a parceria?</p>
<p>Q33- Quais das variáveis abaixo foram alteradas durante o atual contrato de parceria? Marque quantas opções forem necessárias e ao lado informe quantas vezes ocorreram alterações durante a atual parceria.</p> <p>1 () Idade de coleta dos frangos.</p> <p>2 () Peso médio dos frangos.</p> <p>3 () Taxa de conversão alimentar.</p> <p>4 () Quantidade de ração consumida.</p> <p>5 () Taxa de mortalidade.</p> <p>6 () Quantidade de pintos alojados.</p> <p>7 () Condições estruturais do(s) aviário(s).</p> <p>8 () Volume e qualidade da água utilizada.</p> <p>9 () Formas de manejo.</p> <p>10() Tipos de máquinas e equipamentos utilizados.</p> <p>11() Outros, quais?</p>
<p>Campo para observações:</p>
<p>Q34- Quem decide quando e quais os termos da parceria devem ser revistos?</p> <p>1() Os avicultores.</p> <p>2() As integradoras.</p> <p>3() Ambos de comum acordo.</p> <p>4() Outro, qual? _____</p>
<p>Q35- Quem decide sobre a quantidade de pintinhos alojados?</p> <p>1() Os avicultores.</p> <p>2() As integradoras.</p> <p>3() Ambos de comum acordo.</p> <p>4() Outro, qual? _____</p>
<p>Q36- O preço aplicado em cada ciclo produtivo é?</p> <p>1() Fixo</p> <p>2() Variável.</p> <p>3() Variável, mas dentro da tabela de remuneração.</p>
<p>Q37- Quem decide o preço que deve ser pago ao avicultor por ave?</p> <p>1() A integradora.</p>

3() Matrizeiro. 4() Incubatório. 5() Outro (s). Qual (is)? ____
Q9- Em caso negativo em alguma das quatro primeiras opções da questão anterior, de qual (is) empresa (s) e país (es) é adquirido o material genético?
Q10.1- Possui abatedouro próprio? 1() Sim 2() Não Q10.2 - Se sim, em qual cidade e qual a capacidade produtiva?
Q11- Para onde é escoada a produção? Marque quantas opções forem necessárias: 1() Atacadistas. 2() Varejistas. 3() Tradings. 4() Exportação direta. 5() Outras. Qual (is) ? ____
Q12- Quais os principais produtos derivados do frango produzido pela integradora na qual o Sr. (a) trabalha?
Q13- Algum derivado do frango é utilizado por outra cadeia produtiva? Se sim, qual (is)?

BLOCO 2 – ATRIBUTOS DAS TRANSAÇÕES

Q14 – Existe um número mínimo para alojamento dos pintinhos por avicultor?
Q15 – Como é atestada a idade dos pintos entregues aos avicultores?
Q16 – Como é atestada a qualidade da matriz genética adquirida pela integradora de seus fornecedores?
Q17 – Qual a composição das rações entregues aos avicultores de Bonito-PE?
Q18 – Em média, quantas vezes foram entregues vacinas e ou medicamentos no último ciclo produtivo a cada avicultor? 1() Apenas 1 vez. 2() 2 vezes. 3() 3 vezes. 4() Eventualmente, quando necessário. Q18 - OBS:
Q19 - Existe algum medicamento e ou vacina que deve ser usada em data específica, não podendo ser devolvida à integradora? 1() Sim. 2() Não. Q19 – OBS:
Q20 – Há exigência por parte da integradora para atualização dos equipamentos utilizados pelos avicultores?

Q28 – A integradora na qual o Sr.(a) trabalha segue normas e manuais de boas práticas?

1() Sim. Quais?

2() Não.

Q29 – Quais as vantagens para a integradora da parceria com os avicultores integrados?

BLOCO 4 – PRÁTICAS CONTRATUAIS

Q30 - Em relação aos contratos estabelecidos com os avicultores de Bonito-PE, os mesmos são:

1() Formalizados através das assinaturas de ambas as partes.

2() Juridicamente informal, baseado em normas estabelecidas entre as partes através da confiança e de acordos verbais, dentre outros.

3() Outro. Qual? _____

Q31 - As negociações com os avicultores de Bonito-PE são realizadas:

1() Sem intermediários.

2() Com intermediários. Quais?

Q32 – Há quanto tempo a empresa na qual o (a) Sr.(a) trabalha transaciona com os avicultores de Bonito-PE?

Q33 – Quais são os termos contratuais que devem ser seguidos pelos avicultores durante a parceria?

Q34 – Quantas vezes os termos contratuais foram alterados durante a parceria?

Q35 – Em caso afirmativo na questão anterior, com qual frequência ocorreram essas alterações e ou renegociações durante a atual parceria?

1() 1 vez durante a parceria.

2() Sempre que necessário.

3() Eventualmente, em casos excepcionais.

4() Outro, qual?_____

Q36 – Quem decide quando e quais os termos da parceria devem ser revistos?

1() Os avicultores.

2() As integradoras.

3() Ambos de comum acordo.

4() Outro, qual?_____

Q37 – Quem decide sobre a quantidade de pintinhos alojados?

1() Os avicultores.

2() As integradoras.

3() Ambos de comum acordo.

4() Outro, qual? _____

Q38 – O preço aplicado em cada ciclo produtivo é?

1() Fixo

2() Variável.

3() Variável, mas dentro da tabela de remuneração.

Q39 – Quem decide o preço que deve ser pago ao avicultor por ave?

1() A integradora.

2() O mercado.

3() Outro, qual?_____

ANEXO 1 – Modelo de contrato de integração estabelecido entre avicultores e integradoras no município de Bonito-PE, 2015.

Instrumento Particular de Contrato de Parceria Avícola, entre as partes e de acordo com o que abaixo melhor se declara:

Felo presente instrumento particular, de um lado como **PARCEIRO PROPRIETÁRIO** e assim, para maior facilidade será doravante denominada no texto deste instrumento, com sede às margens da _____, no município de _____, estado de Pernambuco, inscrita no CNPJ sob o nº 01.682.895/0001-00, neste ato representada pelo seu diretor presidente Sr. _____ brasileiro, separado judicialmente, empresário, inscrito no CPF sob o nº _____ residente e domiciliado à Rua _____ - bairro _____ e sua diretora Adjunta Sra. _____ brasileira, casada _____ em _____ e do outro lado como **PARCEIRO CRIADOR**, e assim, para maior facilidade será doravante denominado no texto deste instrumento, o(a) Sr(a). _____ brasileiro(a), agricultor(a), residente e domiciliado no município de BONITO, inscrito(a) no CPF sob o nº _____ sem entre si, justo e contratado o presente contrato de parceria avícola que se regulará mediante às cláusulas e condições em anexo que, livremente estabeleceram, outorgaram e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA-DO OBJETO – O presente contrato de parceria, tem por objeto a criação de frangos de corte, de propriedade do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA-DO IMÓVEL – O **PARCEIRO CRIADOR** é o legítimo proprietário ou arrendatário do imóvel denominado de _____ ZONA RURAL – Município BONITO, onde possui instalações próprias para criação e engorda de mais ou menos 80.000 aves.

CLÁUSULA TERCEIRA-DA REMUNERAÇÃO – O **PARCEIRO CRIADOR** receberá a título de pagamento por cada ave produzida, valor constante da Tabela de Remuneração elaborada pelo **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**, a qual estará sempre à disposição do **PARCEIRO CRIADOR**, no escritório do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**.

CLÁUSULA QUARTA- DAS OBRIGAÇÕES DOS CONTRATANTES:

II – OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO PROPRIETÁRIO:

- Fornecimento de pista de 01(unos) dia;
- Fornecimento de Ração necessária à criação dos frangos;
- Vacinas e medicamentos quando se fizerem necessários;
- Assistência Técnica;
- Fornecimento de desinfetantes para limpeza dos galpões;
- Fornecer os caminhões e rádios necessários para o transporte das aves em ponto de abate.

III – OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO CRIADOR:

- Preparar as instalações(galpão, depósito de ração) e equipamentos(comedouros, bebedouros, campânulas, etc...) necessários a um perfeito funcionamento, sem como instalações elétricas e hidráulicas;
- Mantê-las em volta dos galpões uma faixa de no mínimo 06(seis) metros acuada;
- Mantê-las o acesso à granja em perfeitas condições de uso e tráfego de caminhões do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**;
- Fornecer mão de obra necessária à criação das aves, conforme recomendação técnica do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**, ficando sob sua responsabilidade os salários, encargos sociais e trabalhistas, não existindo vínculo laboral entre as partes e nem com relação aos ajudantes e empregados do **PARCEIRO CRIADOR**, sem como que o **PARCEIRO CRIADOR** responde por qualquer ato de seus ajudantes e empregados;
- Fazer coleta dos frangos e carregar o caminhão dentro das técnicas exigidas pela assistência técnica do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**;
- Retirar a cama de frango e proceder a limpeza dos galpões(aspargagem, queima, lavagem e desinfecção) no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis após a retirada das aves;
- Providenciar nova cama para o recebimento do lote de acordo com as especificações técnicas, com antecedência de 03(três) dias antes do alojamento dos pintos de 01 dia;
- Adquirir a quantidade de gás ou outra fonte de energia necessária para o aquecimento dos pintinhos e pagar a energia consumida, bem como todas as demais despesas necessárias à criação dos frangos;
- Dar livre acesso ao **PARCEIRO PROPRIETÁRIO** e seus representantes legais à todas as instalações, com a finalidade de inspeção das aves sob a responsabilidade do **PARCEIRO CRIADOR**;
- Proceder a descarga, conferência e guarda das rações, medicamentos e vacinas, em local apropriado a cada um desses produtos, de forma segura, eficiente e adequada, de maneira a proceder a devolução ao **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**, dos produtos não utilizados e que estejam em suas embalagens originais, ainda fechadas, e em perfeito estado quanto a qualidade, indicando os produtos não utilizados e que se apresentam nestas condições;
- Estar presente quando da entrega dos pintinhos e retirada das aves responsabilizando-se pelo recebimento dos pintos junto ao veículo transportador;
- Avisar ao **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**, imediatamente, dentro de 02(duas) horas quando da constatação em qualquer anomalia que possa atingir o desenvolvimento normal da criação, como por exemplo: doenças;
- Contar e remover as aves mortas, dando baixa da mortalidade nos estoques segundo as normas do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**.

CLÁUSULA QUINTA-DO ALOJAMENTO DOS PINTINHOS - A quantidade de aves a serem alojadas, data de entrada e saída deverá obedecer as normas técnicas do **PARCEIRO PROPRIETÁRIO**.

CLÁUSULA SEXTA-DO PRAZO - O prazo de duração do presente contrato é por tempo indeterminado, facultando a qualquer uma das partes, rescindi-lo, desde que observado os seguintes critérios:

a) Sem motivo justo;

b) Pelo PARCEIRO PROPRIETÁRIO, quando constatada a inviabilidade técnica e econômica da criação de aves pelo PARCEIRO CRIADOR, segundo os critérios da Tabela elaborada pelo PARCEIRO PROPRIETÁRIO, que os mesmos reconhecerem como perfeitamente exequível, ou quando parecer conclusivo o Quadro Técnico do PARCEIRO PROPRIETÁRIO assim o determinar não necessitando no caso de comunicação com prazo determinado.

CLÁUSULA SÉTIMA-DA FORMA DE PAGAMENTO - O prazo para pagamento da remuneração ao PARCEIRO CRIADOR de que trata a cláusula terceira, será efetuado na sexta-feira da semana em que completar 14(quatorze) dias da saída do último frango, que deverá ser quitada através de recibo.

CLÁUSULA OITAVA-DO LOCAL DE PESAGEM - O peso dos frangos será sempre o da balança do PARCEIRO PROPRIETÁRIO, o que deverá ser acompanhado sempre pelo PARCEIRO CRIADOR.

CLÁUSULA NONA-DOES IMPOSTOS - Todos os impostos incidentes sobre a remuneração constante da cláusula terceira será de responsabilidade do PARCEIRO CRIADOR. Podendo o PARCEIRO PROPRIETÁRIO reter os impostos nos casos definidos por lei. Bem como em caso de absoluta necessidade.

CLÁUSULA DÉCIMA-DA CRIAÇÃO DE OUTRAS AVES - O PARCEIRO CRIADOR não poderá criar nenhuma ave caseira, sem como estiver em sua propriedade, o descumprimento desta cláusula será considerada grave e passível de responsabilização e indenização dos prejuízos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA-DO ENVIO DE NOVOS LOTES - O PARCEIRO PROPRIETÁRIO enviará novo lote de pintos de 01(jum) dia quando a granja houver completado pelo menos 15(quinze) dias de vazio sanitário, sendo que a contagem deste período tem início quando a desinfecção do galpão for concluída, este período poderá ser dilatado em função de problemas sanitários ou mercadológicos a critério do PARCEIRO PROPRIETÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA-DA GARANTIA DAS MERCADORIAS - O PARCEIRO CRIADOR assume neste momento a condição de fiel depositário na forma do Art. 150 do C.P.O., respondendo pelos prejuízos que por dolo ou culpa, venha causar ao PARCEIRO PROPRIETÁRIO das mercadorias enviadas à sua propriedade, conforme a cláusula quarta deste contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso de extinção desta cláusula, o PARCEIRO CRIADOR autoriza desde já a emitir, aceitar por si, cobrar ou executar na forma da Lei, LETRA DE CÂMBIO com vencimento à vista, que reconhece, desde já como título líquido certo e exequível na forma dos Arts. 585, I e II e 586 do C.P.O., ou outro equivalente como DUPLICATA ou NOTA PROMISSÓRIA, independente de aceite.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA-DO RECEBIMENTO DAS MERCADORIAS - O PARCEIRO CRIADOR nomeia e constitui neste ato seu preposto, como seu PREPOSTO para o recebimento das pintinhos, rações e entrega dos frangos ao PARCEIRO PROPRIETÁRIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA-DO FORO - Fica eleito o foro de comarca de _____ estado de Pernambuco, com renúncia expressa a qualquer outro foro por mais especial e privilegiado que seja e independentemente do domicílio atual ou futuro das partes contratantes, para dirimir todas as dúvidas ou questões porventura oriundas do presente contrato.

É, por estarem assim, justos e contratuais firmam o presente instrumento em 02(duas) vias de igual teor e forma, o que fazem juntamente com 02(duas) testemunhas e tudo presente, para que se produza os jurídicos e legais efeitos.

PE, 23 de Setembro de 2015

PARCEIRO PROPRIETÁRIO

PARCEIRO CRIADOR

Testemunhas

ANEXO 2 – Certificado Sanitário emitido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento à granja matrizeira de uma das integradoras, em 2015.



**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO - MAPA
SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE
PERNAMBUCO - SFA / PE
SERVIÇO DE INSPEÇÃO E SAÚDE ANIMAL**

CERTIFICADO SANITÁRIO 003/2014/PE

Validade do Certificado: até 14 de MARÇO de 2015.

CERTIFICAMOS que o(s) núcleo(s) abaixo(s) relacionado(s), do estabelecimento avícola denominado _____ de propriedade de _____ localizado no município de _____, Estado de Pernambuco, e escritório situado na _____ nº _____ - PE, CEP: _____, classificado segundo a sua finalidade como GRANJA MATRIZEIRA de Galinhas (*Gallus gallus domesticus*), registrada no Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento SFA/PE, sob número 50.929-9, atende às exigências estabelecidas nas normativas sanitárias vigentes, realizando o monitoramento sanitário segundo os critérios do PNSA e apresentando a seguinte condição sanitária:

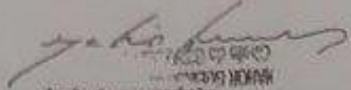
IDENTIFICAÇÃO DO NÚCLEO	Salmonella Pullorum	Salmonella Gallinarum	Salmonella Enteritidis	Salmonella Typhimurium	Mycoplasma synoviae	Mycoplasma gallisepticum	SE. meliogenicus
PI, PA, PS, PZ	LIVRE	LIVRE	LIVRE	LIVRE	LIVRE	LIVRE	NA

Legenda: NA= Não Aplicável

Recife, 14 de março de 2014.



Assinatura e carimbo
Médico Veterinário responsável pela avaliação



Assinatura e carimbo
Chefe do Serviço de Saúde Animal

Este certificado tem sua validade, condicionada à manutenção do estado sanitário dos núcleos e/ou do estabelecimento avícola, podendo ser suspenso a qualquer momento por motivo de ordem sanitária.

ANEXO 3 – Guia de Trânsito Animal – GTA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE SAÚDE ANIMAL

GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL (GTA)
(VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

UF: PE SÉRIE: F NÚMERO: 700853

1. BOVIDEOS Bovinos Bubalinos

da 10 meses M 13 a 24 meses M 25 a 36 meses M + de 36 meses M TOTAL

2. MARCHA DO REBANHO

3. AVES Gallinas Outras Fêmeas Machos Outras Fêmeas Machos Outras Fêmeas Machos

4. SUEDOS Machos Fêmeas Total

5. OUTRAS ESPÉCIES Pesos (KG) Unidades

6. CAPRINOS até 6 meses M F Acima de 6 meses M F TOTAL

7. OVINOS até 6 meses M F Acima de 6 meses M F TOTAL

8. ANIMAIS AQUÁTICOS Peixes Crustáceos Moluscos Anfíbios Reptílios Lêmings Protozoários Outros Embrionados Outros Pesos (KG) Volumes (m³) Unidades Total

9. TOTAL POR CATEGORIA *Trinta e nove mil e setecentas e seis*

10. PROCECÊNCIA Nome Endereçamento Código do Estabelecimento Município *un*

11. DESTINO Nome Endereçamento Código do Estabelecimento Município *un*

12. FINALIDADE Abate Engorda Reprodução Exposição Leão Exportar

13. Meio de Transporte A pé Rodoviário Ferroviário Aéreo Marítimo/Fluvial Outro

14. VACINAÇÕES FEBRILAFÉVICA BRUCELOSE MAREK *09/10/2015*

15. ATESTADO DE EXAMES Resumido Detalhado A/E Certificação

16. RESERVAÇÃO *Originário do Estabelecimento*

17. UNIDADE EMISSORA

18. IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO EMITENTE

19. EMITENTE Médico Veterinário Federal Estadual Habilitado Funcionário Autorizado

20. EMISSÃO *Localidade: Jardim*
Data: *09/10/2015* Hora: *09:00*
Validade: *15* dias
Número: *01.0030*

COPIA COPIA COPIA

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

4353203

* Documento para o trânsito de animais de acordo com o Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.
** A presente GTA será inválida nos casos de (1) emissão, recusa ou adulteração, (2) interrupção do trânsito entre a procedência e o destino, com desembarque dos animais.